

2008

CPLP



Construindo
a Comunidade



**Construindo
a Comunidade**





**12 anos
Vitalidade
e Dinamismo**



ÍNDICE

010

I- A CPLP NOS SEUS 12 ANOS DE EXISTÊNCIA LUÍS DE MATOS MONTEIRO DA FONSECA

016

II- SEGURANÇA E DEFESA NA CPLP **OUTRAS PERSPECTIVAS NOVOS RUMOS** LUÍS MANUEL BRÁS BERNARDINO

050

III- 12 ANOS DE CPLP: VITALIDADE E DINAMISMO **VECTORES DE ACTUAÇÃO**

CONCERTAÇÃO POLÍTICO/DIPLOMÁTICA

GRUPOS CPLP

COOPERAÇÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

ILLP

O ACORDO ORTOGRÁFICO

DEFESA E PROMOÇÃO

TERMINEMOS ESTE CONTO

TRÊS ESPAÇOS LINGUÍSTICOS

- **ASSOCIAÇÕES E UNIÕES**
- **SEMANA CULTURAL**
- **ACORDOS E PROTOCOLOS**
- **BREVE CRONOLOGIA (1996~2006)**

140

IV- UMA ORGANIZAÇÃO PARA O NOVO MILÉNIO **UMA VISÃO DE FUTURO**

HÉLDER VAZ LOPES - DIRECTOR-GERAL DO SE CPLP

A FUNDAÇÃO

A REFORMA DO SECRETARIADO

ESTATUTOS E OBJECTIVOS

ÓRGÃOS

AS PRESIDÊNCIAS

SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

SECRETÁRIOS EXECUTIVOS ADJUNTOS

**O BPI
SAÚDA A
7ª CIMEIRA
DOS CHEFES
DE ESTADO
DA COMUNIDADE
DE PAÍSES
DE LÍNGUA
PORTUGUESA.**



Angola



Guiné-Bissau



Moçambique



Timor



Cabo-Verde



Brasil



São Tomé e Príncipe



Portugal



BPI

- 156** **V- ESTADOS-MEMBROS**
- 164** **VI- OBSERVADORES ASSOCIADOS**
- 168** **VII- A SOCIEDADE CIVIL**
OBSERVADORES CONSULTIVOS
EMBAIXADORES DE BOA VONTADE
GUNTER POLLACK
- 178** **VIII- CIDADANIA**
- 182** **IX- DESPORTO**
- 186** **X- ÚLTIMAS REUNIÕES**
- 200** **XI- CONTACTOS**
- 208** **XII- FICHA TÉCNICA**

ENERGIA SEM FRONTEIRAS

A Galp Energia dá asas à sua ambição, chegando a cada vez mais países, nos mais variados pontos do globo. Uma empresa multinacional em expansão presente na produção de energia eléctrica, exploração e refinação de petróleo, distribuição e comercialização de gás natural e dos mais diversos produtos petrolíferos nomeadamente fuel, gasóleo, gasolina, GPL, lubrificantes, betumes e outras especialidades. Uma fonte de energia multicultural, segura e respeitadora do meio ambiente.



galp energia

a sua energia positiva





Embaixador Luís de Matos
Monteiro da Fonseca
Secretário Executivo
2004-2008

A CPLP NOS SEUS 12 ANOS DE EXISTÊNCIA

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa celebra 12 anos de existência. Nesse período uma longa caminhada foi percorrida, tendo-se alcançado uma etapa que permite indagar novos caminhos, ousar novas metas.

A criação da CPLP tornou possível estabelecer entre os Estados membros um relacionamento de grande proximidade e saudável cooperação, que se reflecte no aprofundamento das relações humanas e na eficácia das acções desenvolvidas.

Entre as instituições e seus dirigentes, entre as organizações da sociedade civil dos países da CPLP, assim como entre os cidadãos, reforçaram-se e ganharam nova dimensão os laços gerados na convivência histórica dos povos a que os líderes políticos decidiram dar continuidade em termos inovadores em 1996.

Este relacionamento especial, caracterizado pela solidariedade, amizade e respeito mútuo traduz-se, na prática, em mais valias importantes, como, por exemplo, o facto de os países com mais recursos encaminharem o maior volume da sua cooperação para os restantes países membros da Comunidade.

Do mesmo modo, ele possibilita a adopção de medidas tendentes a facilitar a convivência e a reforçar o conhecimento mútuo e a amizade entre os povos dos oito países.

Por outro lado, aperfeiçoa-se a coordenação política, multiplicando-se as instâncias de consulta e parceria entre os

Estados, tanto no plano diplomático como a nível técnico. Daqui resultou um incremento de actividade tanto internacional como intra-comunitária, com manifesto impacto sobre a visibilidade e prestígio da CPLP que, enquanto porta-voz de posições comuns dos Estados membros, é hoje um interlocutor reconhecido no plano internacional.

Com o fim do ciclo que agora termina pode-se considerar que estão reunidas as condições para que a CPLP se desenvolva com maior pujança e afirmação, entrando decididamente numa nova etapa em que se tornarão mais tangíveis para os cidadãos os benefícios da existência da Comunidade.

CPLP: COMUNIDADE, EM PRIMEIRO LUGAR

Nem sempre, ao se referir à CPLP, suficiente atenção é prestada ao aspecto essencial da sua existência: o de ser uma Comunidade. Comunidade que tem necessariamente de se considerar em construção.

O mais comum é identificar-se a CPLP com um endereço, lá onde funciona o seu Secretariado Executivo - que, sendo importante para o desenvolvimento da CPLP, é, sobretudo, um instrumento de que os Estados membros fazem uso para realizarem os seus objectivos.

Importa pois sublinhar, embora pareça repetitivo, que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa começa por ser aquilo que a própria designação indica: uma Comunidade.

Uma comunidade de Estados soberanos como espaço de pertença, em que os cidadãos dos oito países membros se reconheçam e vão descobrindo e construindo blocos de identidade. É o espaço da língua de utilização comum, da adopção de práticas comuns, da identificação de valores adoptados por todos e, mesmo, da geração de afectos.

É partindo desta perspectiva que devem ser apreciadas as acções que os diferentes actores desenvolvem para a afirmação e desenvolvimento da CPLP: os governos, o Secretariado Executivo, as estruturas de cooperação, as organizações da sociedade civil e os cidadãos empenhados em participar na realização deste projecto.

AS REFORMAS

Nos últimos anos a CPLP foi objecto de reformas importantes que se destinavam a criar melhores condições para a realização dos seus objectivos. Como organização jovem, essas reformas foram ditadas sobretudo pela necessidade de adaptar a organização aos desafios da actualidade e às expectativas dos cidadãos.

Para tanto procedeu-se à reestruturação do Secretariado Executivo com vista a conferir-lhe maior capacidade de intervenção e articulação com outras entidades. De realçar foi a criação do cargo de Director Geral, recrutado por concurso público, substituindo o Secretário Executivo Adjunto que era de designação política, tal como o Secretário Executivo.

Um novo e importante órgão foi criado para preencher uma lacuna na cadeia institucional que coordena a CPLP: a Assembleia Parlamentar. Esta nova instância acrescenta uma dimensão importante à actuação da CPLP e permite aproximá-la mais dos cidadãos, para além de exercer uma acção de acompanhamento sobre os restantes órgãos e de os seus integrantes poderem, no âmbito da sua acção parlamentar nacional estar atentos e intervir a favor de medidas e acções que promovam a consolidação da Comunidade.

A institucionalização dos grupos da CPLP nas capitais e sedes de organizações internacionais tem-se revelado de grande valia para a coordenação de posições político-diplomáticas, assim como tem permitido promover a divulgação da língua portuguesa e da riqueza cultural dos nossos países.

A criação do estatuto de observador foi outra medida de enorme alcance para o futuro da CPLP.

Os observadores consultivos, organizações da sociedade civil e outras instituições que compartilhem de propósitos e ideais convergentes com os da CPLP e que desejem contribuir para a afirmação da Comunidade, constituem um importante elo de ligação da CPLP com os cidadãos dos nossos países. Cerca de meia centena de organizações de todos os sectores da sociedade já obtiveram este estatuto.

Na sua maioria, estas organizações representam redes de interesses que se estendem a todos os países de língua portuguesa. Para facilitar a sua actuação conjugada e criar condições da sua participação activa nas iniciativas da CPLP foi instituída uma reunião anual com o Secretariado a preceder os Conselhos de Ministros, a fim de que as suas opiniões possam ser canalizadas a este órgão.

As perspectivas deste mecanismo de participação são aliciantes para a CPLP, que tem assim a oportunidade promover uma “rede de redes” particularmente eficaz, sobretudo com as perspectivas favoráveis de as ligar através dos recursos cada vez mais disponíveis das tecnologias de informação.

PROJEÇÃO INTERNACIONAL

A outra categoria de observadores, a dos associados que possibilita a participação de países e, bem assim, de organizações internacionais, tem igualmente despertado elevado interesse. Após a aceitação da Ilha Maurício e da Guiné Equatorial pela VI Conferência, o Senegal deverá ser o próximo candidato a ser admitido. Um elevado número de países de diferentes continentes já exprimiu interesse em se associar à CPLP, sendo previsível que o número de observadores associados venha a crescer consideravelmente nos próximos anos.

É enorme a importância da aproximação da CPLP com países fora do seu espaço natural de intervenção. O mundo moderno encontra-se cada vez mais interligado e

os Estados cada vez mais interdependentes. A aproximação dos observadores associados abre ainda a possibilidade de se expandir a influência da língua portuguesa e de se divulgar as culturas dos nossos países.

A projecção internacional da CPLP tem-se consolidado igualmente através de um esforço de cooperação desenvolvido junto de outras organizações internacionais. A CPLP, que tem o estatuto de observador na Assembleia Geral da ONU e participa como convidado em outros organismos das Nações Unidas, desenvolve uma ampla rede de colaboração com entidades congéneres.

Por exemplo, por iniciativa conjunta com a CEDEAO foi criado o Grupo de Contacto para a Guiné Bissau, com vista a mobilizar apoios internacionais para ajudar a estabilização desse país da CPLP.

Outro importante acontecimento registado no âmbito das relações internacionais foi a assinatura do memorando de entendimento com a Comissão Europeia que estabelece as bases de uma cooperação política e de apoio ao desenvolvimento entre as duas organizações.

A LÍNGUA PORTUGUESA

A recente adopção dos instrumentos de ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa pode representar um passo importante para a promoção da língua portuguesa no seio da Comunidade assim como no resto do Mundo. Uma vez ratificado por todos os Estados membros, teremos finalmente uma grafia única para a Língua Portuguesa, o que facilitará a circulação de material impresso e estimulará a sua difusão nos países estrangeiros.

A língua portuguesa vem sendo, ao longo de séculos, o veículo de expressão de uma plêiade de escritores, poetas, pensadores e ensaístas que têm contribuído de forma assinalável para o florescimento da cultura universal. Deixou a sua matriz impressa em vários crioulos que se falam na África, Américas e no Oriente. Ela não só continua

a crescer em número de falantes, a um ritmo que lhe é proporcionado pela rapidez da expansão demográfica em alguns países, como vem também ganhando em importância e visibilidade com a afirmação estratégica global do Brasil e regional de Angola e Moçambique.

Com efeito, a utilização do Português no Mundo tem vindo a conhecer um desenvolvimento notável, seja em termos da sua propagação por via do crescimento populacional e aumento da escolaridade dos países da CPLP, seja em resultado do incremento das relações económicas internacionais desses países e da sua influência política nas regiões em que se inserem, levando, designadamente, a uma maior utilização do idioma nas organizações internacionais.

Nessa perspectiva, as presenças de Portugal na União Europeia, do Brasil, no bloco Mercosul, dos PALOP na União Africana e nos respectivos blocos regionais, assim como brevemente a de Timor no espaço da ASEAN, são potenciadoras da difusão da língua portuguesa, a partir da sua utilização como língua de trabalho nessas organizações.

Os esforços desenvolvidos pelos nossos países à escala internacional têm produzido os seus frutos e hoje o Português é reconhecido, à semelhança do que já acontece na UNESCO e na OIT, como língua de trabalho em várias organizações internacionais e regionais. Do mesmo modo, têm sido realizadas diligências para promover o ensino do português noutros países e também em Estados membros onde esta fragilidade é evidente – como é o caso de Timor-Leste.

A decisão de se adoptar como tema central da VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP a questão da promoção da Língua Portuguesa no Mundo, projecta-a para o topo das prioridades da agenda da CPLP e anuncia um forte compromisso dos Estados membros com a defesa da língua e, certamente, com a afirmação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.



Luís Manuel Brás Bernardino¹

SEGURANÇA E DEFESA NA CPLP

OUTRAS PERSPECTIVAS NOVOS RUMOS

A COMPONENTE DE DEFESA E SEGURANÇA DA CPLP

O cenário internacional no período da Guerra-Fria pronunciou que, se por um lado, diminuíram os conflitos entre os Estados, por outro, aumentaram os conflitos dentro desses Estados. Esta característica inovadora da multiplicação dos conflitos ditos “intraestatais” e regionalizados, induziu as organizações a consolidarem a cooperação no domínio da defesa e da segurança. Conceitos como “segurança colectiva” ou “segurança cooperativa”, indicaram uma partilha de responsabilidades entre os Estados no âmbito da segurança e principalmente da defesa, trazendo para o actual Sistema Político Internacional e para as organizações (internacionais ou regionais), novos desafios e inovadoras formas de encarar esta interdependência. Actualmente, constata-se que as ameaças e os riscos globais e transversais que afectam os Estados modernos e a comunidade em geral, carecem de respostas múltiplas, melhor articuladas e de dimensão maior. Os Estados e as organizações, mesmo as que não têm como propósito principal o domínio da cooperação nas vertentes da segurança e da defesa, como foi o caso da CPLP, foram “obrigadas” a incluí-las nas suas agendas para a cooperação e no apoio ao desenvolvimento sustentado, reformulando os seus objectivos, as suas estratégias e criando órgãos específicos e dedicados que passaram a ocupar-se desta vertente. Nesse intuito, constata-se que a componente de defesa e segurança da Comunidade constituíram áreas de preocupação praticamente desde a sua criação, embora não estivessem formalizadas nos Estatutos e na Declaração Constitutiva de 1996.

Fotografias: CPLP; Agência Lusa



A vertente da cooperação da “nova” dimensão de defesa e da segurança pública surge ao âmbito das políticas externas dos (na altura) sete Estados-membros da organização, na tentativa de concertar posições, dando corpo a um dos seus principais objectivos – a cooperação e a concertação político-diplomática inter-Estados. O vínculo à área da defesa ficou mais forte após 1998, quando em Portugal se realizou (por iniciativa Portuguesa) a 1ª Reunião de Ministros da Defesa, em que Portugal, os PALOP e o Brasil², estabelecem as primeiras linhas orientadoras da futura vertente de defesa da CPLP.

Após a 4ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília em 2002, a cooperação na área da defesa passou a estar incluída nos Estatutos da CPLP e as reuniões de Ministros da Defesa, passaram a realizar-se no quadro das outras reuniões ministeriais sectoriais estatutariamente consignadas. Ao longo de mais de uma década de existência, foram sendo dados passos seguros no sentido de consolidar e aprofundar a relação entre os Estados signatários, com vista a fortalecer a Comunidade e cada um dos seus Estados-membros nesta vertente específica. Este processo institucional, que

ocorreu transversalmente em todas as áreas da cooperação, teve uma expressão peculiar na vertente da defesa, que sendo das áreas mais recentes da cooperação, teve um crescimento sustentado, participativo e considerado por muitos como exemplar. Importa pois no âmbito desta análise, fazer esse caminho, percorrendo sumariamente a evolução dos instrumentos e dos órgãos de defesa e segurança da CPLP ao longo da década de existência³.

DE PRAIA A BISSAU

O pilar da segurança e da defesa são considerados intrinsecamente um elemento estruturante num Estado de Direito, vindo a assumir uma forte preponderância na reconstrução do Estado, nomeadamente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), pois a “...própria actividade da instituição militar, onde a coesão, além



dos valores, é instrumento essencial de acção, fomentou procedimentos e comportamentos comuns, e cooperou, muitas vezes em posição dominante, com o ensino e a divulgação da língua portuguesa...”⁴. Neste sentido, a vertente da cooperação no sector da segurança e da defesa, tem contribuindo para a consolidação dos Estados e o fortalecimento das alianças, nomeadamente através da Cooperação Técnico-Militar. Aspecto que mereceria só por si uma outra reflexão mais detalhada. No quadro da CPLP, várias foram as Cimeiras onde se versaram assuntos relacionados com a segurança e com a defesa no seio da organização, mesmo antes de esta área existir formalmente no quadro dos seus objectivos de cooperação institucional entre Estados. Resumir essas tomadas de posição, decisões, iniciativas e deliberações, é percorrer o crescimento institucional desta vertente entre a Cimeira da Praia (1998) e a designada “Cimeira da Década”, em Bissau (2006), compreendendo o que representou e representa para a CPLP, especialmente para a cooperação nestes domínios, esta década de existência e vivência comum.

A “Declaração da Praia”, primeiro documento oficialmente emitida pela CPLP (para além da Declaração Constitutiva), saída da Reunião magna de Chefes de Estado e de Governo (órgão máximo da Comunidade), congregou as decisões tomadas ao nível do Conselho de Concertação Permanente, aprovada na Reunião do Conselho de Ministros da CPLP na Cidade da Praia (Cabo Verde) e firmada na 2ª Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 17 de Julho de 1998. Nesta reunião e face às convulsões internas na Guiné-Bissau, os Chefes de Estado resolvem oficializar o apoio da Comunidade a este Estado-membro e realizar algumas iniciativas diplomáticas, tendentes a contribuir para a resolução do conflito por meios pacíficos e negociais. Nesse sentido, criou-se para o efeito um “Grupo de Contacto”, ao nível dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, com a finalidade de explorar as adequadas vias diplomáticas para pôr termo ao conflito interno que afectava todo o país. Aspecto que no âmbito da prevenção e resolução de conflitos, viria a constituir-se na bandeira da política externa e da diplomacia para a paz da CPLP, principalmente dentro dos seus Estados-membros, mormente em África e mais tarde em Timor-Leste.

A diplomacia preventiva passava a ser o meio mais eficaz de levar a paz e a estabilidade aos países mais instáveis. Neste

quadro e no âmbito da gestão de crises intramuros em África, a CPLP procurou concertar posições e encontrar aliados nas Organizações Regionais Africanas (ORA), nomeadamente com a Organização de Unidade Africana (OUA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)⁵, o que representava uma aposta clara no diálogo e na interacção com as organizações africanas e num âmbito mais alargado com a ONU. Aspecto que serviria de cobertura legal às iniciativas no quadro da segurança e da defesa a levar a efeito no futuro, facto que constitui ainda actualmente uma referência nesta matéria específica. Esta “troika” era liderada por Cabo Verde, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros e composta pelos membros de todos os países da CPLP, tendo ficado ainda acordado uma moção no âmbito do que actualmente se designa por “peacebuilding”⁶, no sentido de apoiar a estabilização e principalmente a reconstrução pós-conflito na Guiné-Bissau.

A assinatura do “Acordo Geral de Cooperação dos Países de Língua Oficial Portuguesa”, na Cimeira da Praia, levou à implementação coordenada de programas e projectos de cooperação conjuntos, em que os Estados-membros designaram os seus “pontos focais”, como órgãos coordenadores e supervisores da realização desses projectos. Esta iniciativa veio trazer um novo alento à desmultiplicação de acções de cooperação num quadro de crescimento institucional, levando ao aparecimento de outros pilares na Comunidade, nomeadamente abrindo a porta para a legislação enquadrante da área da defesa e da segurança, que iria surgir nos anos seguintes. Nesta envolvente, realizou-se em Portugal (1998), por iniciativa lusa, a primeira reunião interministerial nesta área, ainda fora do quadro institucionalmente legal da CPLP.

A “Declaração de Cascais”, assinada na 4ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em 22 de Julho de 1999 (pós-cimeira), materializaria a inclusão, ainda que com o estatuto de observador, daquele que viria a ser o oitavo (e último, por agora) membro efectivo da organização⁷. Neste fórum, foram apresentadas algumas condenações ao processo de paz em Angola e ao papel desempenhado pela “União

Nacional para a Independência Total de Angola” (UNITA) neste conflito, nomeadamente através da condenação das insistentes violações do cessar-fogo, apoio ao recrutamento e da utilização de mercenários, inviabilizando a acção da ONU e o restabelecimento da paz em Angola. Outro marco significativo para a componente da segurança e da defesa, na vertente da “diplomacia para a paz”, foi a constituição de uma “Missão de Observação”, para acompanhar o processo de consulta popular conduzido pelas Nações Unidas em Timor-Leste. A CPLP integrava a sua primeira missão de verificação eleitoral, no âmbito da “United Nations Mission in East Timor” (UNAMET), conferindo-lhe um crescendo de visibilidade, intervenção e protagonismo na cena internacional, o que constituiria uma rampa de lançamento para outras missões similares que se seguiriam neste contexto.

A “Declaração de Maputo”, assinada durante a 3ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo (Moçambique), faz-se referência ao bom desempenho do “Grupo de Contacto” para a Guiné-Bissau, bem como da “Missão de Observação para Timor-Leste”, indiciando já uma vocação para este tipo de missões, no âmbito da operacionalização dos mecanismos de gestão de conflitos, principalmente no seio da Comunidade. Neste âmbito, foi assinada uma declaração conjunta sobre “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”, procurando-se definir as linhas mestras da política de cooperação, assumindo-se o compromisso de desenvolver mecanismos internos de cooperação estratégica de geometria variável. Esta cooperação multidimensional ia desde a área da economia, o combate ao crime organizado e transnacional, à valorização da língua portuguesa, ao reforço das capacidades técnicas e administrativas dos Estados, o aprofundamento dos mecanismos de concertação político-diplomática e o assumir “...da responsabilidade comum de Defesa dos valores e dos objectivos comuns no que concerne ao respeito e à Segurança entre as nações...”⁸. Esta declaração faz referência no quadro da CPLP, pela primeira vez, à preocupação pela segurança e da defesa, um forte indício do edificar deste pilar da cooperação nestas vertentes, que era já sentida como uma necessidade emergente e que viria a ocorrer mais tarde.

A CPLP acompanha os desenvolvimentos nas ORA, nomeadamente no seio da OUA, fazendo-se referência ao facto



Fotografia: Agência Lusa

de ter sido declarado na 35ª Sessão Ordinária dos Governos e Chefes de Estado (onde se incluíam os cinco PALOP), realizada em Argel (Julho de 1999), definindo o ano de 2000 como o “Ano da Paz, da Segurança e da Solidariedade em África”. Um marco nos esforços da segurança e do apoio ao

desenvolvimento, tendo em vista uma África mais segura e uma pacificação dos diversos conflitos regionais que proliferavam pelo continente africano e que a Comunidade não quis deixar passar sem uma apropriada referência. Neste âmbito, a 6ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, reunida em Assembleia Ordinária, em São Tomé e Príncipe (31 de Julho de 2001), resolve finalmente introduzir a componente da defesa na área dos objectivos da organização⁹. Este vínculo ficou mais forte, nomeadamente por intermédio da inclusão no seio do Artº 3º b., levando este assunto à consideração dos Chefes de Estado e de Governo, na Cimeira de Brasília, no ano seguinte. Contudo, formalmente desde 2001, estava dado o passo institucional para se assumir oficialmente a vertente da defesa na comunidade, o que permitiria à CPLP assumir outras ambições e assumir novas responsabilidades no âmbito

da segurança e da defesa, quer como organização, quer individualmente pelos seus Estados-membros no contexto regional, continental e mundial.

A “Declaração de Brasília”, assinada na 4ª Conferência de Chefes de Estado da CPLP, em Brasília, na República Federativa do Brasil, marca a adesão formal da República Democrática de Timor-Leste à Comunidade, passando a CPLP a ter oito Estados-membros efectivos e a fechar o restrito ciclo da Lusofonia. Nesta cimeira foram constituídas “Missões de Observação da CPLP” no intuito de acompanhar as eleições em Timor-Leste (2001), São Tomé e Príncipe (2002) e nas eleições Presidenciais em Timor-Leste (2002), numa mostra de crescente intervenção e maturidade institucional, em prol da construção da Democracia, tal como já havia sido feito



em Angola e na Guiné-Bissau, facto que muito contribuiu para a resolução pacífica destes conflitos, sem no entanto solucionar as “rootcauses” que ainda prevalecem. Neste particular, a Guiné-Bissau constitui-se actualmente no país da CPLP com maior número de crises internas e com um crescente e preocupante grau de instabilidade e de subdesenvolvimento associado, facto que irá constituir um dos principais desafios para a Comunidade num futuro próximo. A aprovação da “Declaração sobre Paz, Desenvolvimento e Futuro da CPLP”, simboliza o momento em que todos os países da CPLP alcançam esse desiderato, sendo reconhecido formalmente o papel da União Africana (UA)¹⁰, como parceiro privilegiado na senda da segurança e do desenvolvimento sustentado no continente africano e ainda o estabelecimento e adopção da “Nova Parceria para o Desenvolvimento da África” (NEPAD), passando a constituir o mecanismo específico de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, em especial nos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A “Declaração de São Tomé”, assinada por ocasião da 5ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na República Democrática S. Tomé e Príncipe, confirma a vocação da Comunidade para o estabelecimento de “Missões de Observação” de processos eleitorais, destacando-se a presença em Moçambique (2003) e na Guiné-Bissau (2004). Na supracitada Declaração faz-se referência à necessidade de apoiar política e diplomaticamente, bem como de fomentar a cooperação entre os Estados-membros, nomeadamente em situações de crise, associando-se assim ao espírito da “Carta das Nações Unidas”, tendo em vista garantir a paz e a segurança regional e internacional. Neste sentido, a CPLP manifesta a sua determinação em aprofundar a cooperação no âmbito das medidas de carácter preventivo, para fazer face às crises internas no seio de alguns dos seus Estados-membros. O estatuto de observador da CPLP junto da ONU havia sido estabelecido em 1999, praticamente desde a criação da organização (Resolução 54/10 de 26 de Outubro de 1999). Neste contexto, a Comunidade viria a intervir pela primeira vez directamente no âmbito de uma reunião magna do Conselho de Segurança das NU. Neste âmbito, em 20 de Fevereiro de 2004, num momento histórico para a CPLP, esta foi chamada a pronunciar-se sobre o “Relatório Especial do Secretário-Geral

sobre a Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste”¹¹, tendo participado nessas reuniões o seu Secretário Executivo, Embaixador José Augusto de Medicis (Resolução 59/21 de 8 de Novembro de 2004). Este facto representou não só um marco para a Comunidade, como veio possibilitar a inclusão de outros acordos de cooperação entre estas duas organizações, abrindo multilateralmente o diálogo em português, agora a uma escala verdadeiramente mundial.

No âmbito da diplomacia preventiva, no quadro da resolução do conflito na Guiné-Bissau, é enviada uma missão de bons ofícios, chefiada por Ramos Horta, como enviado especial da CPLP, no sentido de promover a paz social e política neste país. Esta participação constitui-se novamente num bom exemplo dos tipos de missões que a CPLP pode levar a efeito em África, não só no seio dos PALOP, mas por via da União Africana ou das Organizações Sub-Regionais Africanas, noutros espaços regionais. Em anexo à “Declaração de São Tomé”, reportam-se as iniciativas dos vários pilares da Comunidade, em que concretamente na área da Defesa, faz-se referência a algumas iniciativas sectoriais, não só visando incrementar a importância desta componente no seio da Comunidade, como lançar os alicerces para um conjunto de legislação e organismos que doravante iriam marcar a estratégia de crescimento da organização na consolidação da cooperação institucional na área da segurança e da defesa.

Nesta Cimeira, aprovou-se ainda uma intenção de prosseguir com a realização de Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da Série “Felino”, com o objectivo maior de potenciar a uniformização de doutrinas e procedimentos operacionais conjuntos entre as Forças Armadas dos Estados-membros da Comunidade. Em consonância, foi incumbido o Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa da CPLP (CAE), de organizar através do seu Núcleo Nacional Permanente (NNP) de Portugal (sediado no IESM), um seminário subordinado ao tema: “O papel da CPLP na Prevenção e Gestão de Crises Regionais”, donde viria a sair um conjunto de consensos de carácter doutrinário e de múltiplos aspectos operacionais, que visavam contribuir para uma melhor adequação das estruturas da CPLP em prol da segurança dos seus Estados-membros. Outra vertente

que mereceu apropriada referência foi a troca de informações estratégicas entre os países, a cooperação na vertente do combate ao crime organizado, ao tráfico ilegal de armamento, de bens e de pessoas, a par do apoio às populações em situação de calamidade ou vítimas de desastres naturais. Este singular aspecto foi o fio condutor para a elaboração do projecto de “Protocolo de Cooperação da Comunidade Países Língua Portuguesa no Domínio da Defesa” (PCDD), que viria a ser assinado cerca de dois anos depois, constituindo um marco institucional importante e um trampolim para a boa cooperação na área da segurança e da defesa no futuro da Comunidade.

A “Declaração de Bissau”, assinada na 6ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na cidade de Bissau (Guiné-Bissau), assinala a década de existência da “Comunidade Lusófona”. A aprovação de uma declaração específica sobre o âmbito da conferência “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: desafios e contribuições da CPLP”, centra o tema no apoio ao desenvolvimento sustentado e na consolidação dos objectivos de cooperação estratégica, tendentes a contribuir para este desiderato universal. Na área da defesa ficaria por assinar o PCDD pois, por aspectos de ordem institucional não foi realizada no mês Julho, a 9ª Reunião de Ministros da Defesa (Cabo Verde) que antecederia obrigatoriamente a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo e serviria para preparar este importante documento no intuito de ser assinado ao mais alto nível institucional na “Cimeira da Década”¹². Mais do que um marco era o simbolismo próprio de um momento que por mérito próprio se mostrava pronto como um processo consolidado e em vias de assumir outros desafios...

Nesta Cimeira, a CPLP reitera a aposta no reforço dos compromissos com as Organizações Regionais Africanas, como forma de consolidar a Democracia, o Estado de Direito, o respeito pelos Direitos Humanos e pela justiça social, considerados como pressupostos para alcançar a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentado em África. Ressalta ainda a necessidade de desenvolver neste âmbito, uma verdadeira “...acção estratégica, numa perspectiva de interacção com os diversos níveis de integração e de cooperação regional em que os seus estados-membros se inserem...”¹³.



A CPLP contribui desta forma para uma maior internacionalização e um reforço das relações com a ONU, nomeadamente com as suas “agências especializadas” e possibilita ainda a realização de parcerias estratégicas de geometria variável, com os actores africanos em vários domínios, especialmente no apoio ao desenvolvimento e na segurança regional participada. Reafirma-se ainda a necessidade de criar mecanismos de alerta precoce (Continental Early Warning System - CEWS) dentro dos países, visando identificar a emergência de crises ou tensões e ainda reforçar as capacidades militares dos Estados-membros da CPLP, principalmente na assistência humanitária e no apoio à consolidação das instituições, fortalecendo o Estado e contribuindo para reforçar a perspectiva da “good governance” no seio dos PALOP. Esta necessidade derivava da crescente instabilidade recente verificada em alguns dos países da Comunidade, nomeadamente Timor-Leste, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

No contexto da monitorização dos processos de construção

e consolidação das democracias nos seus Estados-membros e concretamente para permitir o acompanhamento dos processos eleitorais, criam-se “Missões de Observação”, principalmente para os países mais instáveis, o que levou a Comunidade a diligenciar no sentido de levar a efeito iniciativas em Timor-Leste (Abril e Maio de 2007). O tema escolhido para a Cimeira de Bissau versou os “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: desafios e contribuições da CPLP”, considerado pelos países como uma temática ajustada e pertinente, face à actual realidade africana e em linha com as estratégias de outras organizações com responsabilidades em África. Este facto permite à CPLP uma outra relevância e um maior protagonismo, não só no continente africano, onde pretende exercer o esforço nas estratégias de apoio ao desenvolvimento, mas por via da globalização, em todo o mundo. Ao assumir tão eloquente desafio, a CPLP prepara-se para se envolver na maior luta do início do Século XXI, contribuir para o desenvolvimento sustentado e para a segurança dos africanos em África.

OS INSTRUMENTOS DE DEFESA E SEGURANÇA DA CPLP

O início formal da vertente de Defesa na CPLP ocorreu, na nossa opinião, a quando da 1ª Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP (1998), constatando-se que dois anos depois da assinatura do Acto Constitutivo, o pilar da defesa e da segurança davam (ainda fora do âmbito restrito e estatutário da organização) os primeiros passos. A dinâmica da organização em crescendo, integradas num mundo em convulsão permanente (em que o factor segurança assume especial relevância), foi o factor que levou os Estados-membros (principalmente devido ao empenho de Portugal), a abrir as portas para a cooperação institucional numa área que preocupava todos os Estados-membros. Em Oeiras, deram-se os primeiros passos, abriram-se as primeiras portas da globalização da Cooperação Técnico Militar assistindo-se à sua formalização em Protocolo, cerca de oito anos depois (2006). Neste espaço de tempo, avanços e recuos pairaram sobre a mesa das negociações, contingências que importa neste lapso temporal analisar e retratar. Neste sentido, a evolução do pilar da defesa e da segurança e nomeadamente dos seus principais instrumentos e órgãos, representam hoje um importante vector de entendimento e da cooperação entre os oito Estados-membros da CPLP, fortalecendo e enriquecendo a organização internamente e capacitando-a para outras estratégias e intervenções no contexto mundial.

Entende-se como instrumentos de defesa e segurança, as estruturas e órgãos que conferem operacionalidade a esta vertente da cooperação, que constituem os pilares do diálogo no âmbito da ligação entre os Estados-membros para as dinâmicas da segurança e da defesa, sendo na interligação entre estes domínios, entre a Comunidade e os países que se jogam os actuais interesses da CPLP.

Estamos a referir-nos nomeadamente aos seguintes instrumentos:

- » Conferências de Chefe de Estado e de Governo;
- » Reunião dos Ministros de Defesa;
- » Reunião de General Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA);
- » Fórum de Defesa da CPLP;
- » Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD);
- » Centro de Análise Estratégicas para Assuntos de Defesa da CPLP (CAE/CPLP);
- » Exercícios Militares da Série "Felino";
- » Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa (PCDD);
- » Reuniões dos Directores Gerais de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED);
- » Reunião dos Directores dos Serviços de Informações Militares (DSIM).

Assim, no âmbito da segurança e da defesa da CPLP, analisa-se numa perspectiva integrada mas estritamente sectorial, algumas das suas mais importantes componentes, numa perspectiva de trazer para a reflexão outras áreas de intervenção e inovadoras formas de pensar esta área da cooperação estratégica. Ou seja, considerar outras perspectivas e apontar novos rumos para a estratégia de defesa e segurança da Comunidade.

AS REUNIÕES DOS MINISTROS DA DEFESA E DE CHEFES ESTADO-MAIOR GERAL FORÇAS ARMADAS

As Reuniões dos Ministros da Defesa e de Chefes Estado-Maior Geral Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP, constituem os órgãos de decisão e de acompanhamento das acções desenvolvidas pela

Comunidade no âmbito da defesa e da segurança, para além de ser um fórum de discussão, de troca de informações estratégicas, e das “preocupações” relativas à segurança, quer no âmbito da organização, quer ao nível regional de inserção, ou mundial. Neste sentido, desde a 1ª Reunião de Ministros da Defesa, em 1998¹⁴, têm sido realizadas anualmente nos vários países da CPLP, numa base de oferecimento rotativo, reuniões de Ministros de Defesa que visam contribuir para o evoluir da componente da cooperação nesta área específica. Levaram-se a efeito nesta década (a reunião de 2008, ocorreu em Timor-Leste). Em 12 de Setembro de 2006, em Cabo Verde, realizou-se talvez mais importante reunião, tendo-se aprovado “condicionalmente” o “Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no



Domínio da Defesa”. Este acto simbólico e vital para a evolução desta componente no quadro dos objectivos da CPLP representam, não só a consolidação do caminho percorrido no passado, como o estabelecimento de outros níveis de ambição para o futuro. Pensamos mesmo que o fracasso no estabelecimento do Protocolo para a área da cooperação na defesa, seria a prazo, o debilitar dos laços de confiança, amizade e de sentido de estado entre os países da Comunidade, limitando grandemente a afirmação da CPLP nos Estados-membros e no mundo.

As reuniões ao nível dos CEMGFA das Forças Armadas dos Estados-membros passaram a decorrer em paralelo com as reuniões ministeriais, que para além de analisarem numa perspectiva militar conjunta, as propostas e os desenvolvimentos no pilar da Defesa, passava a integrar a vertente doutrinária, operacional e logística, do planeamento, conduta e avaliação dos Exercícios da Série “Felino”, que lhes passou a estar por inerência, acometido. Actualmente, estes exercícios têm vindo em crescendo a empenhar mais meios humanos e materiais, verificando-se uma melhor coordenação na organização, no planeamento e na conduta operacional, constituindo-se num facilitador do eventual emprego conjunto de meios militares em prol dos superiores interesses dos Estados-membros e da CPLP. A componente operacional surge assim como a plataforma do treino operacional conjunto e combinado, onde os militares em permanência (ainda que reduzida) treinam procedimentos operacionais, técnicas e consolidam conhecimentos e principalmente amizades. Neste âmbito, cremos que no futuro as Reuniões de Ministros de Defesa e de CEMGFA, necessitam de ver incrementado o número e tipo dos assuntos abordados, havendo necessidade ainda de eventualmente alargar o âmbito das participações, podendo incluir sinergias ao nível de outros actores regionais e globais, nomeadamente patrocinando seminários e reuniões bi ou multilaterais com a NATO, UE e as ORA, pois os assuntos de segurança e defesa são actualmente problemáticas globais. A abertura destas reuniões, por convite, a outros actores regionais e globais, para além do espaço da lusofonia, seria uma forma de atrair outros alinhamentos estratégicos e de fomentar outras parcerias para o apoio à segurança e ao desenvolvimento sustentado em África, onde a CPLP pode desempenhar um papel de charneira entre países, organizações e continentes.

O SECRETARIADO PERMANENTE DE ASSUNTOS DE DEFESA DA CPLP

Na Declaração Final da 2ª Reunião dos Ministros da Defesa (1999), estes concordaram em constituir um Secretariado Permanente de Assuntos de Defesa da CPLP, ficando sediado em Lisboa. O normativo viria a ser aprovado na 3ª Reunião de Ministros da Defesa, em Luanda (2000), marcando oficialmente o início das suas actividades em prol da segurança

e da defesa da CPLP. A missão do SPAD passou a ser a de “... estudar e propor medidas concretas para a implementação das ideias de cooperação multilateral, identificadas no quadro da globalização.”¹⁵. O formato organizativo, inicialmente tido como “aligeirado”¹⁶, estava em consonância com o reduzido volume de actividades da CPLP no domínio da defesa, situação que se vem alterando significativamente, constatando-se actualmente que a sua composição é a mesma, mas as actividades e atribuições aumentaram grandemente. Este aspecto é tanto mais importante por quanto o SPAD não dispõe de verbas próprias para levar a efeito as suas actividades, pois estas estão incluídas nas despesas decorrentes com o funcionamento da rubrica, “comunicações e expediente”, incluída noutra rubrica designada por “globalização”, sendo suportadas pelo orçamento da Direcção Geral de Política Defesa Nacional (DGPDN), no Departamento de Cooperação Técnico-Militar do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

A acta da primeira reunião do SPAD foi elaborada em 28 de Março de 2000, em reunião presidida pelo Tenente-General Gonçalves Ribeiro, tendo a participação de delegados dos países da CPLP (Brasil na qualidade de observador). Desde aí, foram realizadas diversas reuniões, à razão de duas por ano (estando contudo estipulado nos normativos que seriam quatro), constatando-se um volume de actividade que em crescendo tem dinamizado e contribuindo decisivamente para o fortalecimento da componente de defesa da CPLP. Especialmente pela acção dos quatro Directores Gerais de Política Defesa Nacional, que coordenaram a sua acção, cabendo-lhes o engenho e a arte de fazer evoluir em passos seguros este denominador comum da cooperação entre os países da Comunidade.

O SPAD, sendo simultaneamente o coração e o cérebro desta componente, deve na nossa opinião, adquirir uma condição maior, multidisciplinar e principalmente multinacional, agregando os Estados-membros e comprometendo-os às dinâmicas que se pretendem no futuro. Pensamos ainda que o crescimento institucional deste órgão e conseqüentemente da componente de defesa e segurança da CPLP consegue-se pela dinamização, transnacionalidade e multilateralismo das suas missões, composição e atribuições, pois que no contexto regional e global, esses são atributos fundamentais e imprescindíveis para se alcançar o sucesso institucional e o reconhecimento internacional.

O CENTRO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA DA CPLP

A imperativa necessidade, face às mudanças impostas pelas envolventes nacionais e internacionais, de acompanhar os desenvolvimentos na área da segurança e da defesa e simultaneamente de reforçar os laços de cooperação estratégica neste domínio, ditaram a criação por deliberação conjunta dos Ministros de Defesa da CPLP, da criação do “Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa da CPLP”¹⁷, abreviadamente designado por CAE. Durante a 6ª Reunião Ordinária, no dia 31 de Julho de 2001, ocorrida em São Tomé e Príncipe, decide-se aprovar as alterações efectuadas aos Estatutos da CPLP, passando a incorporar no Artigo 3º b), entre outras áreas, a vertente da cooperação na defesa e da segurança pública. Tendo como base a emenda efectuada aos Estatutos da Comunidade e movidos pela vontade colectiva de ver reforçados os laços de cooperação no domínio da defesa face as mudanças impostas pela envolvente conjuntura internacional os Ministros de Defesa dos Países de Língua Portuguesa decidiram criar o Centro de Análise, acto que teve lugar no decorrer da 5ª Reunião deste Fórum, realizada em Lisboa em 27 e 28 de Maio de 2002. O CAE é um órgão que visa a pesquisa, o estudo e a difusão de conhecimentos, no domínio da estratégia, com interesse para os objectivos da Comunidade, tendo como objectivo primordial “... promover o estudo de questões estratégicas de interesse comum que habilitem à tomada de posições concertadas nos diversos foros internacionais e acompanhar os desenvolvimentos na Comunidade Internacional”.

Os seus objectivos gerais são os seguintes:

- » Promover a pesquisa, reflexão e intercâmbio de conhecimentos, tendo em vista a interpretação, actualização e aplicação de doutrinas e procedimentos estratégicos na área da Defesa, de interesse comum;
- » Promover o estudo de questões estratégicas de interesse comum que habilitem à tomada de posições concertadas nos diversos fora internacionais;
- » Desenvolver e promover estudos e projectos de investigação sobre Estratégia na área da Defesa, tendo em consideração as

necessidades dos Estados Membros;

- » Promover o intercâmbio com Centros de Estudos de interesse para o CAE dentro e fora da Comunidade;
- » Promover o arquivo e a divulgação de estudos e documentos, no âmbito das suas actividades.

Numa tentativa de descentralização da componente de defesa, constituiu-se a sede do CAE em Moçambique, mais concretamente em Maputo, constituindo-se uma Direcção, unicamente constituída por Moçambicanos e encabeçada pelo Coronel Domingos Salazar Manuel (que assumiu o papel de Director do Centro e que ainda se mantêm), constituindo-se cumulativamente uma rede de Núcleos Nacionais Permanentes nos Estados-membros. Esta dinâmica foi a forma encontrada para operacionalizar este mecanismo de análise, sendo a constituição destes Núcleos da responsabilidade dos Ministros da Defesa de cada um dos Estados-membros. A estes Núcleos compete-lhes estatutariamente, contribuir para o desenvolvimento de estudos e análises de projectos de investigação no âmbito dos objectivos do CAE. Para cada ano é definido uma temática de análise, que abrange as preocupações da Comunidade na área da defesa e da segurança, comprometendo-se a ser discutida em conjunto e apresentada em reunião ou em seminário alargado, aspectos que nem sempre tem sido positivamente conseguidos. Até ao momento foram analisadas e editadas algumas publicações (Instituto de Estudos Superiores Militares - IESM) sobre as seguintes temáticas abordadas:

- » O Papel da CPLP na Prevenção de Conflitos e Gestão de Crises Regionais;
- » O carácter multidisciplinar da luta contra o terrorismo;
- » A profissionalização das Forças Armadas, a Ética e a Profissão Militar.

Com sede desde a sua criação em Moçambique, numa tentativa “inocula” de descentralização dos componentes de defesa e segura da CPLP, constata-se que em Portugal, este Núcleo está agregado à Secção de Ensino de Estratégia do IESM, tendo já levado a efeito algumas iniciativas para apresentação dos trabalhos e publicado as conclusões dos temas estudados. Contudo, constata-se que as dinâmicas internas e os processos de troca de informação e experiências, nem sempre têm funcionado, não permitindo o aproveitamento cabal das suas capacidades face às expectativas

criadas. Cremos que muito mais há a fazer, que na nossa opinião, passa pela iniciativa conjunta de descentralizar este conhecimento, ligando-se em rede aos meios universitários e científicos, nacionais e internacionais, para além de se poder constituir no órgão da CPLP no seio dos PALOP, parte integrante no sistema de alerta continental africano (CEWS), reforçando e contribuindo para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana.

OS EXERCÍCIOS MILITARES CONJUNTOS E COMBINADOS DA SÉRIE “FELINO”

Os Exercícios Militares da Série “Felino” constituem uma referência na componente de defesa da Comunidade, sendo apontados como um bom exemplo do crescimento institucional que se tem assistido nesta década de crescimento no seio da CPLP. Estes nasceram praticamente com a componente de Defesa, principalmente quando se pretendeu aproveitar estrategicamente um dos melhores mecanismos de cooperação efectiva entre os países lusófonos, que constitui a CTM. Neste intuito, foi possível operacionalizar “facilmente” esta dinâmica, até porque esta cooperação existia, por parte de Portugal, quase ininterruptamente nos PALOP desde as independências (mais de trinta anos) e em Timor-Leste ainda antes de este país se constituir como um Estado independente (2001). Este aspecto levou à aprovação da realização de exercícios conjuntos e combinados no âmbito das Operações de Apoio à Paz, com o intuito de criar sinergias e estreitar os laços de amizade e união entre os militares das Forças Armadas dos países da CPLP. Portugal ficaria com a missão de organizar o primeiro Exercício «Felino 2000»¹⁸, em moldes acordados entre os países participantes, num processo inovador de planeamento operacional integrado que englobaria os países da CPLP. Estes exercícios passaram-se a realizar com uma frequência anual, num sistema rotativo pelos Estados-membros, tendo-se realizado em Outubro de 2006 (Brasil) o maior exercício, envolvendo cerca de 950 militares¹⁹ e estando já agendado para finais de 2008, em Portugal. Estes exercícios constituem actualmente um óptimo mecanismo de interoperacionalidade e operacionalidade das já outrora

aludidas “Forças Armadas Lusófonas”²⁰, possibilitando o emprego de meios e Forças dos países da CPLP, isoladamente ou integrando uma Organização Internacional ou Regional, em prol da segurança num determinado Estado, que até pode não ser da CPLP.

No âmbito do treino e da formação militar, aprovou-se em 2004, o “Programa Integrado de Exercícios Militares Combinados da CPLP”, destinados à preparação de unidades para o desempenho de Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária, sendo realizados anualmente e de uma forma alternada no formato de Exercícios de Posto de Comando assistido por computador (CPX) e de Exercícios com Tropas no Terreno (FTX), padrão que se mantêm actualmente²¹, apesar de Cabo Verde ter apresentado recentemente uma proposta consistente no sentido de duplicar o âmbito e o número destes exercícios militares, bem

como de intensificar o empenhamento dos Estados-membros. O conceito de “interoperabilidade” no seio das Forças Armadas da CPLP dominou a 6ª Reunião de Ministros da Defesa, em São Tomé, sendo considerado um vector fundamental da política de defesa e de constituir-se num instrumento activo para a paz e segurança na organização. Esta estratégia assenta na realização continuada de exercícios conjuntos e combinados e levou à elaboração do “1º Programa Integrado de Intercâmbio no Domínio da Formação”²², como complemento ao treino e do emprego de Forças da Comunidade Lusófona em Operações Humanitárias e de Apoio à Paz. Reflectindo a necessidade sentida de uniformização de doutrinas, procedimentos operacionais, planeamento e troca de informações estratégicas. Actualmente, a realização dos exercícios militares da série “Felino”, constituem um reconhecido êxito, sendo a prova provada de que se deve cimentar e reforçar os passos dados pela Comunidade na cooperação na área da segurança partilhada e da defesa integrada, principalmente através da assinatura e da realização das iniciativas inscritas no Protocolo de Defesa, pois se estas falharem implicará graves repercussões internas e externas para a CPLP. Neste âmbito,





cremos que o futuro destes Exercícios passará por um reforço de meios humanos e matérias colocados ao seu dispor, por uma integração com outros exercícios militares de âmbito diferente, nomeadamente no âmbito do Programa euro-francês designado por “EuroReCAMP”²³ e por uma melhor sistematização do processo de planeamento, conduta e avaliação dos exercícios, bem como dos procedimentos operacionais, havendo que possibilitar aos “países CPX”, a realização também de exercícios FTX.

O PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO

DOMÍNIO DA DEFESA

O designado “Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa” foi coordenado e elaborado pelo SPAD e demorou cerca de três anos a estar integralmente redigido e consolidado, havendo constantes avanços e recuos, sendo no entanto uma mostra da forma consistente e partilhada como funciona a componente da defesa, no quadro dos demais objectivos da Comunidade. Apesar de não ter sido assinado na Cimeira de Bissau, veio a concretizar-se três meses depois, em Cabo Verde, na 9ª Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, em 15 de Setembro de 2006. O PCDD²⁴ tem como objectivo geral promover e facilitar a cooperação entre os Estados-membros no domínio da defesa através da sistematização e clarificação de algumas acções a empreender, nomeadamente:

- » Criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de Defesa Militar;
- » Promover uma política comum de cooperação nas esferas da Defesa e Militar;
- » Contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas

com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP, funcionando como um instrumento para a manutenção da paz e da segurança.

Neste intuito pretende consolidar algumas das iniciativas que já vinham sendo realizadas com relativo sucesso do antecedente, onde se inclui a implementação do “Programa de Intercambio no Domínio da Formação Militar”, o prosseguimento dos Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da Série Felino e a realização de encontros de Medicina Militar e de Jogos Desportivos Militares da CPLP. Contudo, abre-se portas à cooperação para a troca de informação estratégica, para a busca de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos países da Comunidade, o reforço da sensibilização das comunidades nacionais para as questões da defesa e as Reuniões de Directores Gerais de Política de Defesa Nacional (ou equivalentes) e de Directores dos Serviços de Informações Militares.

O Protocolo veio também contribuir para regulamentar e definir a forma como os recursos da CPLP, em caso de decisão de actuação conjunta e combinada podem ser empregues, referindo a este propósito que, deve ser feita uma indicação dos meios disponíveis para esse emprego, nomeadamente no âmbito de Operações de Paz e de Assistência Humanitária, sempre sob a égide da ONU e em sintonia com as legislações nacionais, sendo elaborado pelo SPAD para cada caso, um “Memorando de Entendimento”. No intuito de solidificar alguns dos aspectos já conseguidos no quadro da cooperação, veio estabelecer ainda alguns normativos para os órgãos da componente de defesa e segurança da Comunidade, onde se refere as reuniões aos vários níveis, o CAE e o SPAD, fazendo referência à necessidade da regulamentação daqueles que representavam a novidade face ao antecedente. cremos que o Protocolo de Defesa permitirá alinhar as estratégias de cooperação na defesa e segurança no seio da CPLP, veio tornar mais sólida a componente e abrir portas para outras vertentes de cooperação, possibilita um reconhecimento do caminho efectuado e mostra às outras organizações que se pode constituir numa parceria credível no âmbito da prevenção e resolução de conflitos regionais em África. No entanto o futuro da CPLP passa pela assumpção integral das suas capacidades e das responsabilidades próprias que

transporta numa década de existência, mas com os quinhentos anos de história herdada de Portugal. Agora, mais do que nunca, como referia o Embaixador Aparecido de Oliveira, num seminário no IAEM, poucos anos depois da sua constituição e na perspectiva do novo século, que “...a CPLP pode ser, certamente o será, um instrumento de superior eficácia para que alcancemos o objectivo fundamental: uma grande Comunidade...”.

UMA PERSPECTIVA AFRICANA DA CPLP. NOVAS PERSPECTIVAS PARA A SEGURANÇA E DEFESA...

É preciso entender que actualmente a “união linguística geográfica” que é muitas vezes o epíteto da CPLP é uma caracterização redutora e que na realidade constatamos que a Comunidade representa muito mais do que uma simples questão de tradição, gosto poético ou uma questão de cultura e história comum. É todo um espaço de interesse estratégico relevante, dinâmico, extrovertido e concorrente na projecção espacial não só da língua e da cultura, mas de muitos outros factores do potencial estratégico que encerra, tais como: economia, desenvolvimento, espaço de soberania, projecção de segurança, controlo de espaços geoestratégicos vitais, acesso a recursos e fundamentalmente uma projecção de influência na tomada de decisão não só ao nível regional, mas principalmente no contexto mundial. Nesse sentido, consideramos que a intervenção no espaço africano encerra para a CPLP, não só um direito, mas principalmente um dever, um dever para PALOP, para os Africanos e para o mundo. Neste contexto, constatamos que actualmente a cooperação entre as Organizações Internacionais e as Organizações Regionais Africanas deverá ser a principal base da estrutura de segurança continental africana, pois são estas as que se encontram mais perto dos problemas, o que significa que são aquelas a quem mais interessa resolvê-los, em encontrar as soluções. Contudo, não é só por esse motivo que estas organizações são fundamentais, constatamos também que a segurança em África necessita tanto de um envolvimento

de curto prazo (com medidas essencialmente político-militares) como de longo prazo (com medidas político-económicas, relacionadas com o desenvolvimento sustentado). Por esse motivo, as organizações africanas devem ser vistas como os principais actores capazes de cumprir esta missão a tempo inteiro, sendo por isso, os eixos privilegiados de acção das estratégias de Portugal e especialmente da CPLP para África. Segundo este desiderato, pensamos que a Comunidade pode e deve desempenhar um papel de ligação entre estas (e outras) instituições regionais e estabelecer parcerias em vários níveis (universidades, centros de análises estratégicas congéneres, órgãos de informação, etc.) que possibilite a utilização do CAE como um mecanismo útil de troca de informações e de análise estratégica em face das dinâmicas regionais onde pode e deve ter intervenção, ou seja, em África.

A CPLP, tendo neste continente cinco dos seus oito Estados-membros, está institucionalmente interessada em garantir-lhes segurança e condições para um desenvolvimento participado e eficiente. Na dinâmica das Relações Internacionais, estes objectivos conseguem-se internamente através de uma maior cooperação entre os Estados-membros e externamente, colaborando com as organizações africanas e com a sociedade internacional. Esta cooperação contribui para a paz e desenvolvimento na região, o que no caso da CPLP em África, implicaria um reforço na cooperação interna e adoptar políticas mais activas de cooperação na vertente externa, pois ao nível multilateral, organizações como a UE, ONU, UA e a CPLP tal como outros grupos de países têm responsabilidades na paz e na estabilidade em África. Esta cooperação pode ser desenvolvida em nome da partilha de conhecimentos e a troca de informações estratégicas, pela assumpção das valências e das capacidades para a qual o CAE foi criado (que presentemente não dispõe), implicando um “dar-se a conhecer” e a participar nos fóruns regionais apropriados.

O desenvolvimento do continente africano e a capacidade de garantir a auto sustentabilidade em termos de segurança, levou os africanos a estabelecerem uma Arquitectura de Paz e Segurança Africana que se baseia nas ORA, estando a UA (desde 2002), apostada em mostrar que é capaz de assumir essa responsabilidade





e de liderar as questões da paz e da segurança em cooperação com outras organizações. A divisão geográfica do continente africano em cinco regiões e estando associado a cada uma delas uma organização sub-regional, criou uma dinâmica diferenciada e diferenciadora dentro do continente Africano. Os PALOP, estando geograficamente descontinuados, fazem parte de diferentes organizações com diferentes níveis de problemas, de desenvolvimento e de interesses, o que obriga necessariamente a uma maior necessidade de coordenação nas acções e políticas externas da Comunidade, bem como a uma multilateralidade de comportamentos cooperativos desta, com as diferentes organizações africanas. Como exemplo do supracitado, refere-se o facto da CPLP, ter estabelecido em 1998, um diálogo com a OUA e com a CEDEAO, na crise na Guiné-Bissau, tendo ainda recentemente (2006) estabelecido em Lisboa, um acordo formal com a “União Económica e Monetária da Africa Ocidental” (UEMOA) e restabelecido com a CEDEAO. Neste contexto, a CPLP e a CEDEAO decidiram constituir um “Grupo de Contacto Internacional para a Guiné-Bissau” (GCIGB), à semelhança do que foi constituído em outras parcerias por intermédio da CEDEAO para a Libéria, Serra Leoa e Costa do Marfim. O GCIGB é constituído por nove países (Portugal, Angola, Guiné-Conacri, Senegal, Gambia, França, Nigéria, Gana e Níger) e sete organizações (nomeadamente a ONU, UE, CPLP e a CEDEAO), constituindo-se Portugal como potência ex-colonizador e por esse motivo nação líder no processo de pacificação, muito à semelhança do que acontece com os EUA na Libéria, o Reino Unido na Serra-Leoa e a França na Costa do Marfim. Estas acções ocasionais e esporádicas, parecem pouco, notando-se no entanto uma necessidade institucional de intervenção em África, facto que se constata pois a Comunidade tem de se abrir para África, onde o CAE pode, mais uma vez, servir de elo entre organizações. Esta estratégia encontra-se bem patente na declaração saída da Cimeira de Bissau, em que se refere que a modalidade de acção privilegiada para se alcançar os ODM é o estabelecimento de parcerias com as ORA, citando concretamente que “...numa perspectiva de interacção com os diversos níveis de integração e de cooperação regional em que os seus Estados-membros se inserem...”.

Na área da segurança e defesa regional, esta interligação com a Arquitectura de Paz e Segurança Africana, pode-se fazer pela via do reforço das capacidades individuais dos Estados-membros africanos da CPLP, conferindo-lhes capacidades para intervirem com os seus pares nas suas áreas de interesse conjuntural. Pois em cada uma das ORA, existe uma componente militar, a quem compete restabelecer a paz regional em superior concordância com os interesses da UA e da ONU. Nesta modalidade de acção estratégica e especialmente de vontades, existe espaço para os PALOP intervirem e criam protagonismo, quer individualmente quer mesmo transportando a bandeira da CPLP, principalmente se esses conflitos eclodirem dentro das suas próprias fronteiras. O diálogo com as Organizações Regionais Africanas, obrigará a Comunidade a adoptar uma postura mais interactiva e interventora, levando ao estabelecimento de protocolos de cooperação conjunturais em diversos domínios e à partilha de informação estratégica entre organizações (com especial destaque para o potencial papel do CAE neste processo). Com especial interesse e visibilidade a possibilidade de ser a CPLP a estabelecer mecanismos de alerta precoce nos seus Estados-membros em África, pois enquadra-se nas pretensões manifestadas em Bissau, no intuito de realizar um acompanhamento regular da situação interna dos Estados-membros, visando identificar problemas e reforçar a capacidade da CPLP na prevenção de conflitos, na Ajuda Humanitária e no apoio à consolidação das instituições. Aspectos que poderiam e deveriam ser estrategicamente conseguido pela operacionalização efectiva dos NNP e do CAE, em proveito de cada um dos Estados-membros, da Comunidade e de África.

A CPLP NO CONTEXTO REGIONAL AFRICANO

É possível constatar actualmente que a CPLP, no contexto das Organizações Regionais Africanas pode ter um papel importante, uma vez que o desenvolvimento económico é indissociável da segurança e defesa, o qual motiva nestas organizações, a necessidade de ampliar o seu espectro de actuação, dando ênfase às parcerias e criando perspectivas comuns como ponto de partida para a consecução destes objectivos. Assim, a CPLP pode apoiar politicamente e participar estrategicamente, na definição e

resolução do quadro das ameaças e riscos que actualmente se colocam à segurança dos Estados em África. Nomeadamente, no que se refere à «despolitização» das Forças Armadas e à sua subordinação ao poder político, aspecto que a CPLP pode e deve servir, com uma dinâmica diferenciada da actual, como o elemento de doutrina e de assessoria partilhada na Reforma do Sector da Segurança e Reforma do Sector da Defesa. Nesta perspectiva, a criação das “African Standby Forces” é um passo a apoiar e a acompanhar decisivamente, existindo também nesta área, um espaço para a colaboração da CPLP com as Organizações Sub-Regionais Africanas, aspecto que irá empenhar outros meios e levar à adopção de outras linhas de intervenção estratégica neste âmbito. Especial atenção deverá também ser dado à edificação e implementação do “United States Africa Command” (AFRICOM) em África, pois muitas das sinergias no âmbito da segurança e da defesa neste continente passam pela dinâmica dos EUA imposta e adoptada neste contexto. A CPLP e os PALOP poderão ser directa e indirectamente beneficiados ao assumir um protagonismo na porção lusófona de África, que representa para os americanos e para a missão deste Comando muito mais do que parece... É também conhecido o facto de existir uma vontade expressa dos países membros das organizações africanas no estreitamento da colaboração com a CPLP nos domínios da segurança e da defesa, conferindo desta forma uma maior legitimidade para as intervenções regionais sob a égide das NU e constituindo um importante salto qualitativo nas relações entre Estados nesta região do globo. Esta vontade advém do «sucesso» que a CPLP tem demonstrado em matéria de cooperação entre os Estados. Em paralelo e em termos multilaterais, destacam-se as acções a desenvolver no âmbito da CPLP, vocacionadas para a formação de Forças Armadas dos seus Estados-membros, no domínio das Operações de Manutenção da Paz, a executar sob a égides das NU, ou das Organizações Regionais e Sub-Regionais do continente africano. Por último, é conhecido o reconhecimento que a UNHCR²⁵ tem pelo capital de experiência adquirida através da CTM com os PALOP (com reflexos na CPLP) e da sua continuada participação em Operações de Apoio à Paz e de Resposta a Crises no âmbito da OTAN e da UE (através

de Portugal) e da ONU (através também do Brasil). Considera-se desejável e possível dar maior ênfase à CTM com países africanos, principalmente no domínio da formação vocacionada para o desenvolvimento de capacidades no âmbito da execução de operações humanitárias, designadamente, dando relevo ao crescente papel das operações “civil-militar” e particularmente na resolução das problemáticas em torno dos refugiados e deslocados. Estas conclusões apontam para uma clara importância da CPLP e em particular do nosso país no contexto regional africano. Apesar do referido, a prática permite constatar que existem alguns legítimos entraves à construção da coesão Lusófona nestes espaços. Fundamentalmente derivados dos interesses regionais e internacionais presentes nesta parte do globo terrestre. Isto porque os países da CPLP, encontram-se “afiliados” em três grandes organizações de carácter regional implantadas maioritariamente noutros tantos continentes (UE, MERCOSUL e UA). Este facto apresenta algum risco de divergência de interesses e de prioridades no seio da Comunidade. Principalmente porque aquelas organizações regionais funcionam, formal e politicamente, como pólos de atracção e de convergência regional, podendo dar-se o caso da dispersão de esforços e de objectivos. Esta partilha de simbioses entre estas organizações, que estão na esfera de influência dos países da CPLP, esta pode contribuir para agregação de dinâmicas e partilhar objectivos, dentro dos interesses conjunturais e das áreas de responsabilidade partilhadas, aspecto de daria porventura outra dinâmica e outro rumo para a estratégia de segurança e defesa da CPLP.

No caso dos PALOP, os interesses presentes na área fazem-se sentir antes do seu processo de independência, especialmente por parte da Inglaterra e da França. Efectivamente, estes são os países melhor colocados para tirar projecção á lusofonia e à Comunidade Lusófona neste continente. Não só porque actuam de uma forma dinâmica, conjugada e eficiente, traduzindo uma política de cooperação, mas também porque geograficamente e demograficamente a Anglofonia e a Francofonia “cercam” a Lusofonia, tratando-se de duas formas de comunicação relevantes, a nível internacional. Contudo, cremos que o capital de experiência de Portugal e da Lusofonia neste continente, permitirá manter ainda um estatuto de língua de trabalho nas principais organizações africanas, verificando-se nomeadamente que os conteúdos na página da Internet destas organizações, apesar de



existir espaço para o português, este estar sem conteúdo activo, praticamente inertes. Aspecto a que a CPLP poderia e deveríamos dar mais atenção, pois por intermédio dos seus Estados-membros que integram essas organizações, poderiam concertadamente, fazer evoluir esses conteúdos e assim dar outra imagem e projecção da Lusofonia nos espaços regionais e por essa via, em África e no mundo. Esta inserção da Língua Portuguesa nas Organizações Regionais Africanas é estratégica para a Comunidade e deve



merecer um redobrado esforço dos seus dirigentes e permitir um “realinhamento” das políticas para África, principalmente através da dinamização dos conteúdos apresentados nas páginas das diversas organizações africanas que se encontram “abandonadas”. Pensar no futuro da Lusofonia e da CPLP implica colocar os seus instrumentos, órgãos e países ao serviço dessa Lusofonia e de assumir no presente as responsabilidades e estratégias que no futuro serão um valor acrescentado à Lusofonia e à CPLP. A inserção regional da Comunidade, de preferência de uma forma estrategicamente concertada, pode fazer-se por acções concretas, em que a língua, a cultura, a assessoria técnico-militar, o apoio ao desenvolvimento, a partilha de informações estratégica e através da concertação político-diplomática, actuando activamente nos sistemas de decisão destas organizações, trará necessariamente um capital acrescido de investimento e de responsabilidade à CPLP, mas colocará esta organização no mesmo patamar em África das suas congéneres

francófonas e anglófonas.

A cooperação entre a CPLP e as ORA parece ser a modalidade de acção estratégica mais provável e mais profícua para a intervenção em África. No entanto, na perspectiva de intervenção na Arquitectura de Paz e Segurança do continente africano e de acordo com as orientações estratégicas saídas da Cimeira de Bissau, privilegia-se a cooperação multilateral com as ORA em detrimento da cooperação com os Estados Africanos. Neste quadro, cremos que o papel da CPLP em África se encontra numa fase de afirmação, não só no seio dos seus Estados-membros, como das Organizações Internacionais e Regionais. Neste intuito, a Comunidade pode e deve desenvolver estratégias de cooperação em múltiplos domínios tendo no entanto, uma especial incidência na vertente do apoio ao desenvolvimento sustentado e da segurança, como complemento

do desenvolvimento sustentado e em concordância com a adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, assumindo-os como objectivo primordial de acordo com a intenção emergente na Cimeira de Bissau.

No âmbito da prevenção de conflitos, a Comunidade tem desenvolvido um trabalho muito meritório, tendo actuado essencialmente ao nível da diplomacia preventiva, constituindo «Grupos de Contacto» e «Missões de Observação», ao mais alto nível, não só na perspectiva de acompanhar os conflitos internos nos seus Estados-membros (Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor Leste), como de intervir activamente na sua resolução. Recordar que já em 1999, face às convulsões internas na Guiné-Bissau, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP resolveram lançar iniciativas diplomáticas para a resolução do conflito, criando-se um “Grupo de Contacto” ao nível dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores, com a finalidade de pôr termo ao conflito. Na prevenção de conflitos a acção diplomática é vital e a Comunidade tem dado provas de ser capaz de desempenhar cabalmente este tipo de missões, não só no espaço dos seus Estados-membros, como já vem acontecendo, mas também noutras regiões, nomeadamente em África. A Comunidade poderá vir a estar no futuro, especialmente vocacionada para intervir na prevenção de conflitos pela via diplomática, em particular no seio dos seus Estados-membros, reforçando e aperfeiçoando o que já vem fazendo. No entanto ao nível da resolução, necessitando de uma componente militar (e civil) normalmente mais robusta, essa intervenção será também possível e até desejável, no princípio de serem os Africanos os primeiros a procurarem resolver os problemas em África, carecendo contudo de apoios e assessoria da vertente “não africana” da Comunidade. Países como Angola e Moçambique, com maior expressão, mas também, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, têm participado em missões e exercícios no quadro da ONU, da UA e das Organizações Sub-Regionais Africanas, dando mostras de poderem contribuir para as African Standby Forces ou outras Forças que venham a ser constituídas no quadro regional onde se inserem, ou ainda em missões mais vastas no âmbito das NU.

A CPLP poderá e deverá tendencialmente caminhar para África no futuro, principalmente através do reforço da cooperação estratégica em vários domínios com as Organizações Regionais Africanas, podendo afirmar-se pela cooperação “útil” com estes actores regionais, consideradas como elementos fundamentais e estruturantes da garantia

da segurança e do desenvolvimento no continente Africano. Esta cooperação realiza-se por várias razões, em primeiro lugar, porque existe um processo de incremento da confiança nas organizações, de automatização de mecanismos de trabalho interno, conjunto e sobretudo de acumulação de experiência na área de segurança nas organizações africanas e na CPLP, que vão tornando o funcionamento destas organizações progressivamente mais sólido. Em segundo, devido a alguma falta de interesse na intervenção em prol da resolução dos conflitos regionais que a sociedade internacional parece ter por África, fazendo com que os problemas africanos tenham cada vez mais de passar por soluções africanas onde a CPLP pode deter capacidade para contribuir para essa solução. Em terceiro lugar, atendendo a que os Estados Africanos vão continuar a não garantir as suas funções primordiais, sendo necessárias alternativas para assegurar a segurança humana e a garantia das condições necessárias ao desenvolvimento, assumindo as organizações africanas esse ónus. Por último, porque devido ao facto de que mesmo num contexto de Estados Africanos, as organizações africanas seriam sempre considerados como actores preponderantes da segurança regional, porque estas estão numa fase de consolidação das suas capacidades e os próprios Estados delegam nelas a sua própria segurança.

SÍNTESE CONCLUSIVA

A CPLP foi criada oficialmente a 17 de Julho de 1996, com início formalizado em Portugal, no intuito de unir estes povos num “transatlântismo linguístico comum”, tendo Timor-Leste completado o ciclo dos oito países da Lusofonia em 31 de Julho de 2003, na Cimeira de Brasília. Actualmente temos a noção de que a Comunidade tem progredido no sentido de aperfeiçoar este mecanismo de cooperação lusófona, de permitir a sua projecção como vector estratégico da realidade lusófona geopolítica actual e de afirmação no contexto mundial. Assiste-se institucionalmente a uma intrínseca vontade de crescer, de se projectar internacionalmente e de reforçar a cooperação inter-Estados, não só no âmbito dos cinco denominadores comuns da sua constituição, mas para os actuais doze, entre os quais a componente da defesa e da segurança pública. A CPLP é a organização que congrega os povos lusófonos que tem a língua e a cultura como base, tendo contudo ultrapassado já largamente

este âmbito, ampliando os seus domínios de cooperação, nomeadamente criando a partir de 2002, a componente de defesa. Contudo, já em 1998 se havia realizado a 1ª Reunião de Ministros da Defesa, que consubstanciou o início informal da vertente de defesa no quadro da Comunidade. Quatro anos depois, resolveu-se alterar os estatutos iniciais, introduzindo a componente da defesa e da segurança pública na área dos seus objectivos de cooperação (Artº 3º b). A Comunidade criou durante os cerca de dez anos de existência da sua dimensão de defesa, alguns instrumentos que vem contribuindo para consolidar e fazer caminhar com passos seguros, esta vertente, nomeadamente através das Reuniões de Ministros da Defesa e de CEMGFA, o SPAD, o CAE, os Exercícios Militares da Série “Felino” e mais recentemente com a assinatura do Protocolo Cooperação Domínio da Defesa, contemplando uma abertura de intercâmbios, onde se inclui as reuniões de Directores Gerais de Política de Defesa Nacional (ou equivalentes) e dos Directores dos Serviços de Informações Militares. Este importante documento irá permitir ainda estabelecer os princípios gerais de cooperação na área da defesa e da segurança entre os Estados-membros e tem como objectivo principal promover uma política comum de cooperação nas esferas da defesa, criando uma base para a partilha de conhecimentos nessa matéria e assim contribuir para o reforço das capacidades internas das Forças Armadas dos países da Comunidade. Aspecto que no futuro e com um maior dinamismo e participação da componente de segurança e defesa da CPLP, permitirá à organização almejar outras responsabilidades e assumir outras intervenções no quadro da prevenção e resolução de conflitos, especialmente na África Subsariana. Na área da cooperação com as Organizações Regionais Africanas e em prol da Arquitectura de Paz e Segurança Africana, pode fazer-se pela via bilateral e multilateral. Bilateralmente, reforçando-se as capacidades individuais dos Estados-membros, garantindo-lhes uma melhor intervenção nos teatros onde desejem intervir e uma participação mais activa nas ORA onde estão inseridos. Multilateralmente, estabelecendo-se parcerias estratégicas entre a CPLP e as organizações africanas, cooperando com

estas em múltiplas vertentes da segurança e do apoio ao desenvolvimento. Ao assumir tal desafio, a CPLP prepara-se para se envolver na maior luta do início do Século XXI, contribuir para o desenvolvimento sustentado e para a segurança colectiva dos Africanos em África. Esta contribuição é feita à custa de alterações estratégicas e da adequação dos seus instrumentos, nomeadamente revitalizando e redireccionando a componente para outras estratégias e para outro nível de intervenção e de representatividade no seu espaço de intervenção privilegiado – África.

Em suma, como refere Adriano Moreira, citando Agostinho da Silva, num seminário proferido na Universidade da Beira Interior, em 4 de Maio de 2006, intitulado “O Poder dos sem Poder”, referia a propósito da importância da CPLP no actual contexto mundial, que “...este recurso ao poder dos que não têm poder, mas aos quais não pode ser retirado o poder do verbo e do exemplo, foi o principal do discurso de Agostinho, que não pode ser esquecido no enquadramento actual da CPLP...”. Actualmente, a mensagem da existência da Comunidade, que congrega países, continente e oceanos, sob a mesma língua, é também o garante da afirmação da CPLP no mundo, que por “obrigação”, tem no espaço africano, a área privilegiada de intervenção e onde se espera venha assumir, muito pelo dinamismo que se impõem à estratégia de segurança e defesa da CPLP, outro protagonismo e preponderância em prol do futuro desenvolvimento de África. O futuro trará para África outras dinâmicas na vertente da segurança e da defesa, bem como do apoio ao desenvolvimento e as organizações africanas irão desempenhar um papel de valor acrescido nesta “revolução”. A CPLP terá a sua oportunidade de assumir alguns desafios que encerra esta viragem para África, pelo que deve saber aproveitar estas oportunidades minimizando as suas fragilidades internas para estar melhor preparada para intervir externamente, pois só uma organização bem estruturada internamente e com uma postura activa externamente, tem possibilidades de vingar neste mundo globalizado.

Lisboa, 15 de Junho de 2008

Notas:

¹ Major do Exército com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), onde frequenta actualmente o Doutoramento em Relações Internacionais.

² O Brasil participou na reunião com o estatuto de observador, representado pelo Embaixador do Brasil em Portugal, aderindo como membro permanente em 23 de Maio de 2000, na 3ª Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP.

³ Para uma análise mais aprofundada recomenda-se a leitura do artigo: "A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Uma Década de Segurança e Defesa", publicado em Janeiro de 2008, pelo autor na Revista Militar e disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=260>.

⁴ Um exemplo do supracitado constitui a missão de cooperação de Portugal em Timor-Leste em 2001 (ainda não independente e sob a égide das NU), em que a CTM, no Projecto de Assessoria à Formação das Forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL), tinha no programa de formação (sob liderança de Portugal), aulas de Português integradas no programa de instrução militar.

⁵ A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEEAO) ou Economic Community Of West African States (ECOWAS), como organização sub-regional responsável pela segurança na faixa ocidental de África, constituía também parte interessada em resolver o conflito na Guiné-Bissau e em contribuir

para o progresso da paz, da democracia e do desenvolvimento, neste país e nesta região.

⁶ Em que a CPLP, assume o compromisso de apoiar a reconstrução da Guiné-Bissau após reposto o quadro institucional e aprovou-se um apelo no sentido de facilitarem a canalização e distribuição da ajuda humanitária, assim como a abertura de corredores humanitários para apoio à população.

⁷ Após a independência de Timor-Leste, em 20 de Maio de 2002, o mais recente país do mundo, primeiro Estado do século XXI e 191º Estado-membro da ONU, aderiu também formalmente à CPLP, em 1 de Agosto de 2002.

⁸ Declaração sobre "Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização", assinada pelos Chefes de Estado da CPLP em Maputo (Moçambique), em 18 de Julho de 2000.

⁹ Constituindo a primeira das cinco alterações que se verificaram nos Estatutos da CPLP: São Tomé (2001); Brasília (2002), Luanda (2005), Bissau (2006) e Lisboa (2007).

¹⁰ A União Africana surge em 26 de Maio de 2001, na Cimeira de Addis Abeba (Etiópia), substituindo a Organização de Unidade Africana (1963) e visa acelerar a integração política e socioeconómica do continente africano, sendo composta actualmente por 53 Estados-membros

¹¹ O "Relatório Especial do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste", enviado para o Conselho de Segurança das NU, permitiu fazer uma avaliação da situação e contribuir para a aprovação do mandato da UNAMET e das modalidades a adoptar para a implementação da

consulta popular em Timor-Leste em 2000.

¹² No ponto 25 da "Declaração de Bissau", apela-se aos países que ainda não procederam ao cabal estudo e aprovação do "Protocolo de Cooperação dos Países de língua Portuguesa no Domínio da Defesa", para o realizarem com a maior brevidade. Protocolo este que viria a ser assinado por seis dos oito estados-membros da CPLP (Brasil e Angola não assinaram) em 15 de Setembro de 2006, na Cimeira de Ministros da Defesa da CPLP em Cabo Verde [http://www.cplp.org/docs/estrutura/CCG/Declaração_Bissau.pdf].

¹³ Aspecto que ganha especial relevo pelo facto de ser considerada a modalidade de acção estratégica privilegiada para uma eventual intervenção da CPLP em África.

¹⁴ Em conformidade com o estabelecido na Declaração Final da 1ª Reunião de Ministros de Defesa da CPLP, ficou deliberado que se iriam realizar reuniões anuais dos CEMGFA e que estas precederiam a Reunião dos Ministros da Defesa, tendo a primeira reunião sido agendada para Angola, em 1999.

¹⁵ Referido concretamente no Capítulo I - Artigo 1º (Missão) do Normativo do SPAD, elaborado em 2000 e que ainda se mantém, tendo contudo sido integrado no Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa [http://www.mdn.gov.pt/defesa/estrutura/Organigrama/DGPDN/departamento_coop_tecmilitar/normativo_spad.htm]

¹⁶ Conforme refere o Capítulo II - Artigo 1º na Declaração Final da 3ª Reunião Ministros da Defesa da CPLP, em Luanda.

¹⁷ Conforme deliberado na

5ª Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, em Lisboa (27 e 28 de Maio de 2002) (Fórum de Defesa).

¹⁸ Este Exercício realizou-se em Lamego, no Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), entre 17 e 27 Outubro de 2000 e contou com a participação de militares de Portugal, dos PALOP e do Brasil (ainda como observador).

¹⁹ O Exercício "Felino2006" decorreu entre 6 de Outubro e 16 de Outubro de 2006, no Brasil, no Estado de Pernambuco e teve como suporte um cenário de Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária. A responsabilidade da sua organização foi atribuída ao Ministério da Defesa Brasileiro e a sua execução ao Exército Brasileiro através do Comando Militar do Nordeste, sendo o 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, sediado na cidade de Petrolina, a unidade anfitriã do Exercício. Portugal participou com 22 militares, sendo dois oficiais no Estado-Maior do "Batalhão Multinacional da CPLP", um pelotão de Infantaria da Brigada de Intervenção (Regimento de Infantaria Nº 14) e três oficiais do EMGFA na direcção do exercício. Além de Portugal, com 22 militares, participam no Exercício os seguintes países: Angola (24); Brasil, (833); Cabo Verde (20); Guiné-Bissau (20); Moçambique (20) e São Tomé e Príncipe (23). [<http://www.emgfa.pt/pages/visualizaconteudo.asp?idconteudo=536>]

²⁰ A primeira (e única) referência a "Forças Armadas Lusófonas", em documentos oficiais da CPLP, surge em 28 de Maio de 2002, na Declaração Final da 5ª Reunião dos Ministros da Defesa, em Lisboa.

²¹ A dinâmica dos Exercícios da Série Felino no formato FTX só foi

possível implementar em Portugal (2000, 2001 e em 2008), Brasil (2002 e 2006) e Angola (2004), os restantes países por deficientes condições logísticas realizam exercícios do tipo CPX, como é o caso de Moçambique (2003), Cabo Verde (2005) e em S. Tomé e Príncipe (2007), existindo outros membros que, por motivos vários, ainda não receberam estas iniciativas, pois a base de escolha tem sido o oferecimento dos Estados-membros.

²² Este programa congregava as vagas disponibilizadas pelos países membros e distribuídos pelos vários cursos e estágios de formação dos quadros e tropas, perfazendo um total de 856 vagas, em que Angola disponibilizava 48, o Brasil 565, Moçambique 56 e Portugal 187, conforme se refere na Declaração Final da 6ª Reunião de Ministros de Defesa e da CPLP, realizado em São Tomé, em 27 e 28 de Maio de 2003.

²³ O programa francês de apoio às missões em África, designado por ReCAMP (Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix), estabelecido em 1996, é uma aposta na africanização da cooperação técnico-militar sendo assumida como uma peça importante da nova política externa francesa, estando actualmente integrado nas dinâmicas da cooperação da UE.

²⁴ O Protocolo veio dar corpo aos compromissos assumidos na 6ª Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, realizada em S. Tomé, em 27 e 28 de Maio de 2003 e após deliberação na 7ª Reunião de Ministros da Defesa, realizada em Bissau, em 31 de Maio e 1 de Junho de 2004.

²⁵ Neste contexto, foi assinado um acordo de consultadoria entre a CPLP e a UNHCR em 9 de Novembro de 2006.

Investimos juntos. Crescemos juntos.

Em 2005, o Banco BIC Angola ligou-se à vida do seu país. Hoje, é um dos maiores bancos comerciais numa economia enérgica. Uma história de sucesso que permite lançar agora o Banco BIC Português. Um banco que vai ligar os investidores portugueses e angolanos, acelerar o ritmo dos negócios bilaterais, aproximar as economias e promover o desenvolvimento dos dois países.

Banco BIC Português, S.A. - Portugal
Rua Mouzinho da Silveira, 11/19 - 1250-166
Lisboa - Portugal
Tlf: +351 21 043 89 00 - Fax: +351 21 043 89 90
www.bancobic.pt

Banco BIC, S.A. - Angola
Rua Major Kanhangulo, nº 212 r/c. Luanda - Angola
Tlf: 00244 22 237 12 27 / 00244 22 237 24 22
Fax: 00244 22 239 50 99
www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos



12 ANOS DE CPLP: VITALIDADE E DINAMISMO

A CPLP tem procurado estruturar-se ao longo dos seus 12 anos de existência. Reflectindo a vontade política dos Estados-membros, as aspirações e expectativas dos seus cidadãos, a Organização tem progredido no sentido de uma adaptação evolutiva das suas estruturas. Apesar da exiguidade de recursos de que dispõe, a vitalidade da CPLP reflecte-se na pujança crescente das relações entre os Estados Membros, na multiplicação de redes de cidadãos e instituições aproveitando a facilidade de comunicações proporcionadas pelo uso da língua comum, na consolidação das instituições democráticas e, bem assim no elevado número de medidas conjuntas que os Estados-membros têm adoptado para harmonizar políticas, activar procedimentos comuns e cooperar em domínios tão importantes como a Justiça, a Educação, as Forças Armadas, Ambiente e Migrações, entre outros.

A adaptação da CPLP às novas exigências de crescimento, derivadas de um maior dinamismo da Organização nos cenários nacionais e internacional e nas políticas dos Estados-membros, tem sido acompanhada por sucessivas alterações dos Estatutos. Este novo quadro legal permitiu, designadamente, o reforço da acção dos Pontos Focais, com a conversão das suas reuniões em órgão da CPLP, a criação dos Grupos da CPLP nas capitais e nas sedes dos organismos internacionais, a regulamentação da adesão dos Estados e organizações internacionais como Observadores Associados, e das instituições da Sociedade Civil como Observadores Consultivos, e a institucionalização pelo XII Conselho de Ministros, de Novembro de 2007, de uma nova dimensão institucional à Organização com a criação da Assembleia Parlamentar.

O reforço e o aprofundamento de relações com as organizações da Sociedade Civil dos países membros são outros dos componentes da acção, que se revestem da maior importância. A crescente solicitação de pedidos do estatuto de Observador Consultivo, permite à CPLP esperar que se criem novos espaços de cooperação e caminhos para a uma acção



colectiva, multilateral, nos mais variados sectores de actividade. Importa, também, realçar as decisões adoptadas em Bissau por ocasião da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo com vista a reforçar a iniciativa do Secretariado Executivo e de a habilitar para responder aos desafios colocados pela crescente importância da CPLP.

No âmbito da realização dos objectivos da CPLP foram igualmente desenvolvidas acções importantes com vista a aproximar os países dos seus cidadãos. No espaço da CPLP, intensificou-se a cooperação multilateral, de forma algo tímida, e a cooperação bilateral, exponencialmente: é cada vez mais natural a colaboração entre entidades homólogas dos Estados, seja no plano estatal, seja no âmbito da Sociedade Civil. Porém, o processo multilateral tem reflectido, sem dúvida, uma contribuição decisiva para a maturação da CPLP. Tal processo, que implica paciência, flexibilidade, espírito de compromisso é também o garante de um maior equilíbrio, de reforço da compreensão mútua e de uma aposta determinada na acção colectiva que é afinal o fundamento da Comunidade.



A CPLP é “um instrumento de ligação e coesão dos seus países que, sem contiguidade geográfica, comungam, para além de um passado histórico comum e afinidade cultural centrada na língua portuguesa, de uma visão dum mundo pluralista e pugnam por um projecto de maior equilíbrio no cenário internacional, no anseio pelo desenvolvimento e pela erradicação da pobreza”, sintetiza o Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca. Espera-se que, “também no futuro, os seus países mantenham e aprofundem o compromisso original para com a CPLP que pode ser um valioso instrumento político, contribuindo para o desenvolvimento das relações políticas, económicas e culturais no espaço da Comunidade, entre os Estados-membros e na promoção e defesa da língua portuguesa”, colmata o embaixador Luís Fonseca (SE CPLP 2004-2008).

Como este livro é uma breve resenha de acções, medidas e iniciativas, contemplando uma análise do período posterior à VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, Julho de 2006, para obter mais informação visite o Portal da CPLP em www.cplp.org.

VECTORES DE ACTUAÇÃO

CONCERTAÇÃO POLITICO-DIPLOMÁTICA

A CPLP consagra, nos seus Estatutos, a concertação político – diplomática entre os seus membros como um dos objectivos gerais da organização. Na realidade, toda a actividade da CPLP é orientada pelos seus Estados-membros que concertam posições, pelo menos uma vez por mês, nas reuniões ordinárias do Comité de Concertação Permanente. Com agendas com crescente intensidade, após o ... ccp. Naturalmente, a concertação politico-diplomática assume-se como um dos vectores de actuação da CPLP com maior dinamismo, apesar de muitas das medidas e posições comuns adoptadas não serem divulgadas por causa das suas características de Relações e Negócios Estrangeiros.

Por o espaço da publicação ser exíguo, teremos de enumerar apenas algumas das iniciativas e acções da CPLP em matéria de concertação politico-diplomática – inequivocamente, quase todas as iniciativas em matérias de Cooperação, em todos os domínios e de promoção da Língua Portuguesa são concertadas diplomaticamente. Sobre elas pode ler na rubrica “Cooperação”.

Entre as acções que vamos destacar, sublinha-se a componente de Observação Eleitoral, que tem assumido um papel cada vez mais relevante ao nível internacional.

Missões de Observação Eleitoral

A CPLP já detém um património assinalável no domínio da Observação Eleitoral; as suas missões baseiam-se nos melhores procedimentos, em que o Observador Eleitoral é descrito como mera testemunha do processo eleitoral, tendo por função observar, anotar e sugerir, não devendo em circunstância alguma mediar o processo eleitoral, sob pena de colocar em risco o princípio de não ingerência.

As Missões de Observação Eleitoral da CPLP integram um representante do Secretariado Executivo e representantes dos Estados-membros, à excepção do país onde se realizam as eleições, procurando-se que a sua composição seja heterogénea, incluindo parlamentares, diplomatas, peritos em eleições, universitários, juristas, e outros profissionais, de modo a permitir um conhecimento alargado sobre os diferentes tipos de escrutínio e sobre os mecanismos eleitorais.



Fotografias: CPLP

Os observadores têm como mandato testemunhar o processo eleitoral, o escrutínio e o apuramento dos resultados, competindo à missão emitir parecer sobre a credibilidade do processo eleitoral, em função de critérios relativos à transparência, ao carácter democrático da eleição, à aplicação da lei eleitoral e aos procedimentos exigíveis.



A Observação Eleitoral, propriamente dita, tem um conjunto de regras básicas de actuação que, para além da observação nas secções eleitorais das condições efectivas de votação, deve incluir o acompanhamento da fase pré-eleitoral, incluindo a campanha eleitoral, e o estabelecimento de contactos junto das instituições encarregues da realização das eleições, de organizações da Sociedade Civil, com pessoas e organismos das diversas esferas de actividades do país, e a realização de Missões de Avaliação Preliminar caso as condições vigentes o exijam.

A CPLP realizou Missões de Observação Eleitoral ao referendo sobre a autodeterminação de Timor-

Leste, as eleições para a Assembleia Constituinte e eleições presidenciais em Timor-Leste (Agosto de 1999, Agosto de 2001, Abril de 2002); eleições autárquicas, presidenciais e legislativas em Moçambique (Novembro de 2003 e Dezembro de 2004); eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau (Março de 2004 e Julho de 2005); eleições legislativas e presidenciais em São Tomé e Príncipe (Março - Abril e Julho de 2006); 1ª e 2ª volta das eleições parlamentares em Timor-Leste (Junho de 2007) e eleições presidências em Timor-Leste (Abril de 2007 e Maio de 2007). A credibilidade derivada desta dinâmica alavanca a visibilidade internacional e, pela primeira vez, surgiu um convite de um país extra-comunitário: o governo do Zimbabué convidou a CPLP a enviar uma Missão de Observação Eleitoral da CPLP às Eleições Gerais agendadas para 29 de Março de 2008. A originalidade deste convite não pôde, no entanto, ser satisfeita uma vez que o Secretariado Executivo não poderia garantir atempadamente a correcta preparação da missão e, também, porque dois dos Estados-membros da CPLP (Angola e Moçambique) estiveram presentes no âmbito da missão da SADC.



TIMOR-LESTE

A CPLP tem reagido sempre que as autoridades da República Democrática de Timor-Leste o solicitaram. A ajuda ao povo timorense remonta à luta pela Independência e continua na construção deste jovem país membro da CPLP. A CPLP sempre



participou no esforço concertado da Comunidade Internacional, em que as Nações Unidas têm desempenhado um papel fundamental. Recordemos que a CPLP, para além de participar em reuniões com o SG da ONU e no Conselho de Segurança, quando agendadas, consagrou um papel relevante nas eleições de 2007, onde o processo eleitoral decorreu positivamente.

Os projectos em curso no Estado timorense, as medidas de ajuda multilateral e, também, bilateral, que os Estados-membros da CPLP dedicam e canalizam, enfim, todos os acontecimentos dos primeiros seis meses de 2008, inspiram confiança no futuro, sendo significativo o contraste entre Abril/Maio de 2006 e Abril/Maio de 2007. Para as autoridades timorenses, a Organização representa ainda um importante aliado de Timor-Leste na afirmação da sua identidade nacional.

A procura da Paz e do Desenvolvimento pode agora ter êxito. Na visita que o Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, realizou a Dili, em Março de 2008, o Presidente Ramos Horta informou que o Governo Timorense vai nomear um Embaixador como Represente Permanente junto da CPLP, em Lisboa, e reiterou o interesse das autoridades timorenses na abertura de uma representação da CPLP, em Dili. O presidente a República Democrática de Timor-Leste reafirmou ainda o grande interesse no reforço da cooperação, particularmente, no âmbito da Administração Pública e da Justiça, assim como no desenvolvimento do ensino da Língua Portuguesa, numa acção conjugada dos Estados-membros da CPLP para apoiar o esforço desenvolvido por Portugal.

Fica ainda exprimido o interesse das Autoridades timorenses na realização de nova edição da feira do livro em português, que tem sido um sucesso.

GUINÉ-BISSAU

O governo da Guiné-Bissau tem lutado pelo desenvolvimento. Nos últimos anos, a Guiné-Bissau tem sido vítima do tráfico de droga, sendo o país utilizado como placa giratória de estupefacientes. Respondendo ao apelo das Autoridades guineenses, os Estados-membros da CPLP têm actuado de forma a combater o crime, a resolver as crises e conflitos que têm surgido, e a captar os fundos internacionais necessários para concretizar os planos fixados pelo governo de Bissau para garantir a estabilidade.

Neste esforço, enaltece-se a criação de um Grupo internacional de Contacto sobre a Guiné-Bissau (GIC-GB), que realizou a sua sessão inaugural em Nova Iorque, a 21 de Setembro de 2006, à margem da 61ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Este grupo justificava-se pela urgência de criação de um quadro internacional de acompanhamento de acções e iniciativas activadas pelas Autoridades da Guiné-Bissau, com vista a promover, encorajar e apoiar as melhores práticas de Boa Governação e o financiamento de programas de desenvolvimento. Participaram representantes de Angola, Brasil,

Os Estados-Membros da CPLP, respondendo ao apelo das autoridades da Guiné-Bissau, têm actuado de maneira a ajudar o governo de Bissau a concretizar os Planos para a estabilidade.



Cabo Verde, Espanha, Gâmbia, Gana, Guiné, Níger, Nigéria, Portugal, Nações Unidas (NU), União Europeia (UE), o Secretário Executivo da CPLP, a CEDEAO e o Banco Mundial. A sessão foi co-presidida pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e da Integração Africana do Níger e pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Tal como foi acordado, procuram-se actualmente concretizar e executar medidas divididas por quatro segmentos: político, socioeconómico, de defesa e segurança e diplomático, sendo posto ênfase no firme compromisso do Governo, das instituições estatais, das forças políticas e sociais da Guiné-Bissau no estabelecimento de um quadro político consensual que permita criar condições quer para uma reconciliação nacional genuína, quer para o desenvolvimento do país. A 2ª Reunião do GIC-GB teve lugar em Lisboa, a 26 de Março de 2007, tendo sido Co-presidida pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e do Burkina-Faso, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros da CEDEAO. O SE CPLP também participou.

A 3ª reunião do GIC-GB teve lugar a 24 de Setembro de 2007, em Nova Iorque, à margem da sessão da Assembleia-Geral das NU. Co-presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Regional, do Burkina-Faso, e pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, de Portugal, dela participaram também o Secretário Executivo da CPLP, o Presidente da Comissão da CEDEAO, os Representantes da CEDEAO e das Nações Unidas em Bissau. No espaço de tempo compreendido entre Setembro de 2006 e Junho de 2008, verificou-se que esforço na ajuda ao Estado guineense para a consolidação das instituições e para o cumprimento do estabelecido no plano traçado tem-se intensificado. Graças ao GIC-GB, à vertente diplomática do seu mandato, foi conseguida a inclusão da Guiné-Bissau no grupo de países a apoiar pela Comissão das Nações Unidas para a Consolidação da Paz. O Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, considera poder ser “um contributo significativo para a criação de um clima de estabilidade no país; assegurar a assistência sustentada das Nações Unidas por um período de tempo prolongado; o acompanhamento permanente ao Estado e o aconselhamento às autoridades nacionais; e ser um factor decisivo para a resolução de causas estruturais que estiveram na origem do conflito”.

Todos os Estados-membros e o Secretariado Executivo da CPLP integram os trabalhos da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) sobre a GB que vem reunindo desde 21 de Janeiro de 2008, sob a presidência da Representante Permanente do Brasil junto das Nações Unidas. A circunstância de todos os países da CPLP participarem nos trabalhos da CCP sobre a Guiné-Bissau poderá permitir ao Grupo da CPLP desenvolver uma acção coesa e coordenada.

Paralelamente, os laços da Guiné-Bissau com a Organização foram fortalecidos na 106ª Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente, em Outubro de 2007. Dando início à reunião, o Embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa, Constantino Lopes, saudou os presentes e anunciou a acreditação do Embaixador Apolinário Mendes de Carvalho como representante permanente da Guiné-Bissau junto da CPLP e agradeceu a todos os representantes pela cooperação e apoio facultados durante a sua missão, reservando um particular agradecimento ao Secretariado Executivo, Embaixador Luís Fonseca.

Nesta data, o Secretário Executivo congratulou a Guiné-Bissau pela acreditação do Embaixador Apolinário Mendes de Carvalho junto da CPLP. Lembrou a decisão pioneira do Brasil aquando da designação do Embaixador Lauro Moreira, e a futura designação, por parte de Portugal, do Embaixador Abranches Jordão, ser também acreditado como Representante Permanente junto da CPLP. Recordou o intuito transmitido pelo Presidente Ramos Horta de Timor-Leste, que o governo timorense tem de proceder também à nomeação de um Representante Permanente junto da nossa Organização. O Embaixador Luís Fonseca sublinha que o facto de a CPLP ter vindo a usufruir do acompanhamento mais próximo de altos responsáveis dos Estados-membros indicia que a Organização tem vindo a aumentar o seu prestígio. O Embaixador Apolinário de Carvalho proferiu uma curta intervenção, dizendo que este gesto da GB devia ser lido enquanto uma demonstração do empenho do seu país no fortalecimento das suas relações com a CPLP, exprimindo o seu total comprometimento na prossecução dos objectivos da Organização.

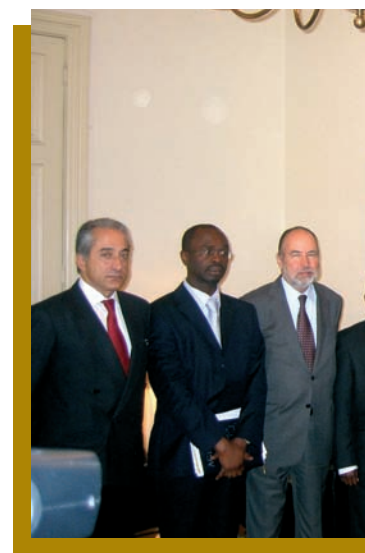
MISSÃO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO À GUINÉ-BISSAU

O Secretário Executivo realizou duas missões à Guiné-Bissau. A primeira decorreu nos dias 22 e 23 de Janeiro de 2007, tendo integrado a representação do GIC-GB que desenvolveu, durante os dois dias de trabalho em Bissau, uma alargada agenda política. A segunda missão à Guiné-Bissau decorreu de 27 a 29 de Abril de 2007, no seguimento da nomeação, pelo Presidente da República, do novo governo. A missão teve por objectivo abordar com as novas Autoridades do país, e principalmente com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades, Maria da Conceição Nobre Cabral, questões atinentes à Presidência da CPLP e à acção da CPLP no quadro do Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau. O Secretário Executivo foi recebido, em audiências separadas, pelo Presidente da República e Primeiro Ministro, para além de encontros com o Secretário de Estado da Cooperação, Secretário Geral e altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e com o Representante da CEDEAO, em Bissau.

MISSÃO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO AO BRASIL

A missão do Secretário Executivo a este país, a convite das Autoridades brasileiras, teve lugar de 7 a 18 de Março de 2007 e contou, na sua preparação, com a estreita cooperação da Missão Permanente do Brasil junto da CPLP. A delegação integrou o Representante Permanente do Brasil junto da CPLP, Embaixador Lauro Moreira. O programa da visita compreendeu contactos de natureza política com instituições académicas, empresarias, culturais e não governamentais, nas cidades do Rio de Janeiro, S. Paulo, Campinas, Brasília e Salvador. A missão teve como objectivos reforçar as relações com o Governo e instituições do Brasil, no contexto da decisão do Governo brasileiro de abrir uma Missão Permanente junto da CPLP e da nomeação de um Embaixador como Representante Permanente.

Dos contactos com instituições e entidades dedicadas à Língua Portuguesa resultou o acordo para que a Directora Executiva do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), Dra. Amélia Mingas se deslocasse ao Brasil no mês seguinte,



Fotografias: CPLP

onde prosseguiram discussões com as pertinentes instituições brasileiras, procurando concretizar ideias e projectos no domínio da Língua Portuguesa.

UNIÃO AFRICANA

A 7 de Dezembro de 2006, teve lugar, na sede do Secretariado Executivo, a 52ª sessão extraordinária do Comité de Concertação Permanente, com a participação do Presidente da Comissão da União Africana (UA), Alpha Oumar Konaré. Na apresentação de boas vindas o Secretário Executivo sublinhou: os propósitos comuns que unem as duas Organizações e a importância do estabelecimento de um protocolo de cooperação com a União Africana, no quadro da concretização pelos Estados-membros da CPLP dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O Embaixador Luís Fonseca observou ainda a importância da realização, em finais de 2007, da 2ª Conferência UE/África, manifestando o total apoio da CPLP à iniciativa. O Presidente da Comissão da UA, Konaré, na declaração que proferiu, diante do CCP, referiu os grandes progressos alcançados pela CPLP, que se transformou num “*pólo de estabilidade e harmonia*”, exprimindo “regozijo pelo renascimento de Angola, pelo exemplo que é Moçambique, pelas eleições exemplares em São Tomé e Príncipe e pelo exemplo de estabilidade e alternância políticas que tem sido Cabo Verde”. Numa intervenção dotada de eloquência, Alpha Oumar Konaré realçou também a necessidade de acompanhamento da Guiné-Bissau, país que encerra um enorme potencial, e o exemplo do Brasil e o seu contributo para o estreitamento das relações entre a América Latina e África, manifestando admiração pelo percurso histórico de Portugal – pelos notáveis progressos alcançados e por ter conseguido encontrar equilíbrio e harmonia na relação que mantém com as suas antigas colónias. O Presidente Konaré realçou, ainda, a importância da assinatura do Acordo de Cooperação entre a CPLP e a UA para a afirmação da Língua Portuguesa em África, tendo sublinhado, por outro lado, a importância da defesa das línguas africanas, na medida em que nenhum país poderá assegurar o seu desenvolvimento se optar pela desvalorização da sua língua nacional.



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA FRANCÓFONIA

O Secretário-Geral da Organização Internacional da Francofonia (OIF), Abdou Diouf, visitou o Secretariado Executivo da CPLP, 19 de Abril de 2007, tendo-se reunido com o Secretário Executivo.

O Secretário Executivo manifestou satisfação pela visita do



Secretário-Geral da OIF, organização com a qual a CPLP partilha ideais e valores comuns, desenvolvendo por isso acções convergentes, nomeadamente, nos domínios da promoção da paz, do primado da lei, do desenvolvimento e da justiça social.

O Secretário-Geral da OIF exprimiu optimismo face às possibilidades de cooperação com a CPLP permitindo o desenvolvimento de uma profícua relação bilateral; salientou a importância do combate pela diversidade cultural e do diálogo

entre as culturas.

A CPLP e a OIF reiteram a importância das decisões tomadas no âmbito dos Três Espaços Linguísticos.

REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM TIMOR-LESTE

O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas (RESGNU) em Timor-Leste, Dr. Atul Khare, reuniu-se, no Secretariado da CPLP, com o Secretário Executivo, a 24 de Maio de 2007. Neste encontro, o Secretário Executivo, reconhecendo melhorias da situação em Timor-Leste, enalteceu o esforço desenvolvido pelo Representante Especial que considerou ter meios e empenho para ajudar o país a superar as dificuldades com que se depara. O

Representante Especial declarou que a CPLP é uma Organização que, no seu entender, representa um importante aliado de Timor-Leste na defesa da sua identidade nacional.



SE PARTICIPA NA CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO UEMOA

O Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, participou na 12ª Sessão Ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), a 17 de Janeiro de 2008, em Ouagadougou, no Burkina Faso. Neste encontro anual, os Chefes de Estado e de Governo desta Organização de que faz parte um dos Estados-membros da CPLP, a Guiné-Bissau, foi passado em revista o funcionamento da UEMOA, dos seus órgãos e instituições especializadas. O Secretário Executivo da CPLP levou na sua agenda, entre outros assuntos, a potencial utilização da Língua Portuguesa como língua de trabalho nesta organização africana.

OBSERVADOR ASSOCIADO - GUINÉ-EQUATORIAL

Aprofundou-se o diálogo político com este país, através de troca de visitas de responsáveis guineenses e do Secretariado Executivo da CPLP.

Uma delegação da Guiné-Equatorial, conduzida pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores, D. José Esono Micha Akeng, visitou o Secretariado, a 12 de Abril de 2007. Neste encontro, tanto o Secretário Executivo como o Vice-Ministro, reiteraram a vontade política das partes em prosseguir o diálogo com vista a identificarem áreas de cooperação entre a CPLP e aquele país.

Esse diálogo foi prosseguido com uma visita do Secretário Executivo à Guiné-Equatorial, de 27 a 29 de Junho de 2007, convite do

Governo. A missão do Secretário Executivo desdobrou-se pelas cidades de Malabo e Bata, tendo o programa incluído uma audiência, concedida pelo Presidente da República, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, na cidade de Bata.



Decorreram ainda encontros de trabalho com o Ministro e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, respectivamente, Pastor Micha Ondo Bilé e José Esono Micha, com o Vice-Ministro da Saúde e Bem Estar Social, Pedro Abaga Esono, com o Vice-Ministro da Educação, Ciência e Desportos, Carlos Nsue Otong e com o Reitor da Universidade da Guiné-Equatorial, Carlos Eze Nsuga. O ponto focal para a CPLP no Ministério das Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Francofonia, Embaixador Celestino Esono Ndong Ada, acompanhou a delegação em permanência. Os domínios prioritários identificados pelas autoridades para a cooperação, no âmbito da CPLP, são a formação de quadros, a diversos níveis, e a formação profissional. Segundo palavras do próprio Presidente da República, o que a Guiné-Equatorial gostaria de obter dos países da CPLP são vagas, para os seus cidadãos, nos estabelecimentos de ensino, em especial em Portugal, no Brasil e em Angola, custeando o governo, através de um fundo especial criado para o efeito, o pagamento de bolsas de estudo.

SE RECEBE SG DE RELAÇÕES EXTERIORES DA GALIZÁ

O Secretário Executivo da CPLP recebeu em audiência o Secretário-geral de Relações Exteriores da Junta Autónoma da Galiza, Júlio Fernandes Mato e o sub Director-geral de

Assuntos Europeus, Manoel Moran, no dia 25 de Janeiro de 2008. No encontro, o Secretário Executivo da Comunidade e os representantes da Galiza debateram e analisaram potenciais formas de estreitar a cooperação entre esta região autónoma espanhola e a CPLP.



CADMIEL MUTEMBA RECEBIDO PELO SECRETÁRIO EXECUTIVO

O ministro da Agricultura de Moçambique, Cadmiel Mutemba, visitou em Março de 2008 a sede da CPLP, onde se encontrou com o Secretário Executivo, Luís Fonseca.



Durante o encontro foram debatidas diversas questões relacionadas com as acções de formação e seminários a realizar, conforme o estabelecido na última reunião dos ministros das Pescas. Foi, ainda, abordada a última reunião dos ministros das Pescas da CPLP. Os ministros das Pescas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reuniram-se na sua 3ª Sessão Ordinária, entre a 6 e 7 de Março de 2008, na Matola, em Maputo, Moçambique. Os ministros declararam que vão intensificar o combate à pesca ilegal, aplicar uma gestão sustentável da pesca e da aquicultura e dinamizar a constituição de parcerias empresariais - promovendo a participação de

agentes económicos em eventos organizados pelos Estados-membros da CPLP.

OBSERVADOR ASSOCIADO - ILHA MAURÍCIO

No seguimento da atribuição do estatuto de Observador Associado da CPLP à República da Ilha Maurício, o Secretário Executivo encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país, em Nova Iorque, em Setembro de 2006, à margem dos trabalhos da Assembleia-Geral das Nações Unidas. No encontro, o Secretário Executivo referiu a língua portuguesa como área possível de cooperação entre as Maurícias e a CPLP. O Ministro informou sobre a criação de um Instituto de Línguas nas Maurícias, no qual o ensino do português ocupará um “lugar especial”, visando a expansão da língua no país, sublinhando como componentes do plano de trabalho do Instituto os níveis académico, básico, de investigação e o crioulo.

DESMOBILIZAÇÃO, DESMILITARIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO (DDR)

Pós-conflito e Desenvolvimento na África Ocidental

O Secretariado Executivo participou na segunda Reunião do Grupo Regional de Trabalho sobre Desmobilização, Desmilitarização e reintegração (DDR) pós-conflito e Desenvolvimento na África Ocidental, organizada pelo Clube do Sahel e da África Ocidental/OCDE em parceria com a CEDEAO, na cidade da Praia, de 28 de Fevereiro a 1 de Março de 2007. A reunião juntou um vasto leque de personalidades, incluindo representantes de agências governamentais e da Sociedade Civil, actores do terreno e peritos em DDR e pós-conflito, e representantes de Organizações Regionais e Internacionais: Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Mundial, CEDEAO, CPLP e a Organização Internacional Francofonia (OIF). Os trabalhos permitiram fazer um ponto de situação dos países em situação de pós-conflito na África Ocidental e realçaram a importância de desenvolver uma abordagem regional para estas questões, de modo a capitalizar das experiências vividas em países vizinhos em situações da mesma natureza.

CONFERÊNCIA “OS DESAFIOS DA SEGURANÇA INTERNACIONAL E A COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA CPLP”

A 25 e 26 de Junho de 2007, a Comissão de Defesa da Assembleia da República de Portugal e o Secretariado Executivo da CPLP promoveram, no Parlamento Português, a realização da Conferência “*Os desafios da Segurança Internacional e a Cooperação no âmbito da CPLP*”.

A Conferência teve a participação de diversas personalidades, tendo, na sessão de abertura, contado com a participação do Presidente da Assembleia da República, do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, do Presidente da Comissão de Defesa e do Secretário Executivo da CPLP.

Participaram ainda na Conferência eminentes personalidades dos Estados-membros da CPLP e de Organizações Internacionais, regionais e sub regionais, designadamente das Nações Unidas, CEDEAO, NATO, União Europeia.

Constituíram-se três painéis sobre: a Cooperação Bilateral na Área da Defesa entre Países da CPLP; a Dimensão CPLP quanto à Cooperação na Área da Defesa e Segurança; e as Novas Ameaças à Segurança: Prevenção e Resolução de Conflitos em África, O papel das Organizações Internacionais – Especificidades CPLP.

MIGRAÇÕES

A Migração é considerada uma das questões globais mais pertinentes dos primórdios do século XXI, uma vez que há, actualmente, mais pessoas em movimento do que em qualquer outro momento da história da Humanidade.

Estima-se que cerca de 192 milhões de pessoas, 3% da população mundial, vivem fora dos seus locais de origem. O mesmo é dizer que uma em 35 pessoas é um(a) migrante. Entre 1965 e 1990, o número de migrantes internacionais cresceu a uma taxa média anual de 2,1%, ou seja, aumentou cerca de 45 milhões. De então para cá a taxa anual média passou para 2,9%¹.

Neste sentido, a CPLP não se pode alhear de tema tão importante, pelo que o Secretariado Executivo tem mantido profícua cooperação com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), com base no acordo de cooperação firmado com esta entidade em 1997, participando dos eventos promovidos pela OIM. No Ano Internacional das Migrações, proclamado em 2006 pelo Secretário-Geral da ONU, o Secretariado participou de alguns importantes eventos sobre o assunto. O Secretário Executivo participou no Fórum Gulbenkian Imigração, que contou com a presença de altas personalidades portuguesas e dos países da CPLP, tendo destacado a importância de os países membros da CPLP coordenarem as suas políticas neste domínio e de cooperarem no âmbito das Organizações Internacionais

que acompanham o fenómeno. Em Setembro desse ano, no âmbito da Assembleia Geral da ONU, o Secretário Executivo da CPLP esteve presente na reunião de Alto Nível “Diálogo sobre Migrações”, onde discorreu sobre a importância da associação entre políticas de imigração e de Desenvolvimento, como meio de tornar os imigrantes agentes no processo social e económico dos países de origem e de acolhimento, contribuindo assim para desfazer mitos mal sãos que estão na base da discriminação contra as suas comunidades. No mês seguinte, presidiu, em Lisboa, durante a “XI Metropolis”, ao painel intitulado “*A Lusophone Community: Multinational Alliances, Multiple Belongings*”, tendo a oportunidade de discorrer sobre a CPLP e a situação migratória nos seus Estados membros. Em Maio de 2007, a CPLP foi convidada pela União Africana, através do Governo da África do Sul, a participar dos trabalhos preparatórios da Segunda Cimeira sobre a Diáspora Africana, cujo evento final, decorreu no início de 2008.

CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PARA A CPLP NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados criou em Dezembro de 2007 uma subcomissão parlamentar para a CPLP. O Deputado José Fernando de Oliveira, filho do falecido Embaixador Aparecido de Oliveira, preside a nova Subcomissão para a CPLP da Câmara de Deputados do Brasil. Os deputados do Brasil seguem mais de perto as actividades da CPLP.

MNE CABO VERDE VISITA SEDE DA CPLP

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde, Vítor Borges, visitou a sede da CPLP a 28 de Maio de 2008. Reunidos em CCP, os Embaixadores o Secretário Executivo da CPLP escutaram o relato dos progressos de Cabo Verde na senda do desenvolvimento e o reforço da vontade de estreitar os



laços de Cooperação com a Organização. Em quatro anos de mandato do Secretário Executivo, Embaixador Luís Fonseca, nomeado por Cabo Verde, esta foi a primeira vez que Vítor Borges visitou a sede da CPLP.

Notas:

¹ Dados fornecidos pela OIM.



GRUPOS CPLP

Durante a X Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Luanda em Julho de 2005, os Estados-membros aprovaram uma Resolução que criou os chamados “Grupos CPLP”.

Os referidos Grupos são constituídos por um mínimo de três Representantes dos países da Comunidade junto a Governos ou Organizações Internacionais e têm como objectivos coordenar posições relativamente a interesses comuns, assegurar a representação da CPLP em conferências, seminários e reuniões internacionais, efectuar diligências conjuntas, quando aplicável, intercambiar informações sobre a realidade política e governamental do país onde se encontrem, apoiar a realização de eventos organizados no âmbito da CPLP e divulgar as actividades e realizações da própria Comunidade.

Nas capitais dos países membros, com excepção de Lisboa, por ser a sede da Organização, os Grupos em pauta devem igualmente acompanhar os programas cooperação em vias de implementação, bem como apresentar sugestões nesse sentido, com o apoio do ponto focal para a cooperação respectivo.

Os Grupos CPLP devem, em princípio, ser coordenados pelo Representante diplomático do país que esteja no momento presidindo a Comunidade. Caso o país em questão não disponha de Missão Diplomática residente, a coordenação do Grupo será decidida por consenso entre os países membros representados, e será sempre rotativa. É de se notar que a criação desses Grupos, ademais das incumbências específicas que lhe são atribuídas, possibilita ainda o estabelecimento de laços pessoais extremamente proveitosos para os objectivos da CPLP.

Das reuniões periódicas, previstas ser realizadas em princípio trimestralmente, e extraordinárias, compete ao Coordenador do Grupo CPLP elaborar um relatório, a ser enviado ao país que detenha a Presidência e ao Secretariado Executivo da CPLP.

Existem, no momento, cerca de quarenta Grupos CPLP regularmente constituídos, que actuam com relativa autonomia, atendendo às circunstâncias dos países ou Organizações internacionais juntos aos quais estejam acreditados e aos meios de que dispõem. Suas actividades têm sido multiformes, visando,



por exemplo, concertar apoios na ONU em favor dos países membros, acompanhar programas da UNESCO para a protecção do património cultural dos países lusófonos, sensibilizar as agências da FAO com relação a programas alimentares nos PALOPs, apoiar junto à União Europeia a implementação de ajuda ao desenvolvimento aos países membros africanos e Timor-Leste, e promover a utilização do português no mundo e como língua de trabalho nas Organizações Internacionais. A par dessas iniciativas de carácter específico, os Grupos CPLP vêm promovendo eventos de cariz cultural, como apresentações musicais, desportivas e literárias, mostras de cinema e de fotografia, feiras de livros e conferências sobre aspectos da realidade dos países lusófono, com repercussão positiva junto às sociedades locais, contribuindo assim para a promoção de uma política cultural comum da Comunidade.

Um bom exemplo, é a comemoração do Dia da Língua Portuguesa na UNESCO, em Paris, realizada no dia 23 de Junho de 2008. O Grupo CPLP junto da UNESCO realizou, pelo terceiro ano consecutivo, a comemoração do Dia da Língua Portuguesa, em cerimónia aberta ao público. O astro da música angolana Bonga foi a atracção principal de um programa repleto de acontecimentos. Esta terceira celebração do Dia da Língua Portuguesa na UNESCO foi aberta pelo Representante Permanente de Angola junto da UNESCO, Embaixador Almerindo Jaka Jamba, pelo Director Geral da UNESCO, Embaixador Koïchiro Matsuura, pelo Presidente da Conferência Geral, Embaixador George Anastassopoulos, pelo Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, de Cabo Verde, e ainda o Presidente do Conselho Executivo da UNESCO, Embaixador Yai.

Destaque: A constituição dos Grupos CPLP tem demonstrado um enorme dinamismo. Estão formalmente constituídos os Grupos CPLP de Adis Abeba, Argel, Berlim, Bruxelas, Delegação para a União Europeia (Bruxelas), Buenos Aires, Budapeste, Cairo, Dacar, Dili, FAO (Roma), Genebra, Haia, Harare, Havana, Jacarta, Londres, Luanda, Madrid, Maputo, Moscovo, Nairobi, Otava, Praia, Rabat, República Democrática do Congo (RDC), Roma, São Tomé, Telavive, Tóquio, Varsóvia e Viena. Após o fecho da edição deste Livro, com certeza outros já terão sido constituídos.



**Preservar
o meio ambiente
faz parte da nossa**



COOPERAÇÃO

No domínio da cooperação, um dos grandes eixos de actuação da CPLP, continua a ser necessária uma maior apropriação das iniciativas de cooperação por parte dos países da Comunidade, cabendo-lhes a iniciativa de propor e desenvolver projectos de cooperação, no quadro da Comunidade, por forma a consumar-se o verdadeiro sentido da cooperação, constante dos textos fundadores da nossa Organização.

O Secretariado Executivo da CPLP, com base na reforma aprovada pela VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Bissau, já procedeu à contratação por concurso público de um Director de Cooperação, o primeiro passo para a capacitação deste órgão. Desta forma, estão criadas as condições para reforçar a possibilidade de apresentação de propostas pelo Secretariado Executivo, bem como o acesso a financiamentos de projectos concedido por entidades externas no âmbito de protocolos já assinados – como é o caso da FAO e Comissão Europeia.

IV REUNIÃO DOS MINISTROS DO AMBIENTE

A IV Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP, realizada em Abril de 2008, aprovou um Plano de Acção para promover a cabal implementação da Plataforma de Cooperação da CPLP no próximo biénio:



- (i) Aprimorar o sistema efectivo de informação das acções em curso nas diversas áreas temáticas através do estabelecimento da rede de comunicação entre os pontos focais;
- (ii) Elaborar os Termos de Referência da Coordenação da Área Temática Prioritária;
- (iii) Elaborar o Regimento Interno da Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP;
- (iv) Criar um Banco de Dados sobre os Especialistas no Domínio do Ambiente;
- (v) Adoptar mecanismo permanente de coordenação de acompanhamento da implementação da Plataforma de Cooperação de ambiente da CPLP;
- (vi) Criar um observatório do ambiente para avaliar e seguir a evolução do estado do ambiente na CPLP;

(vii) Elaborar proposta de reforço do Secretariado Executivo da CPLP na área do ambiente;

(viii) Definir prioridades dentro dos temas definidos na plataforma do ambiente da CPLP, tendo sido destacados como temas centrais para o desenvolvimento de acções de cooperação para o período 2008-2010, o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, as alterações climáticas, o saneamento e a educação ambiental como temática transversal. Paralelamente à Reunião Ministerial, decorreram a 2ª Reunião dos Directores Gerais de Recursos Hídricos da CPLP (de que se destaca a criação da rede de prevenção e mitigação de eventos hidrológicos críticos e desenvolvimento de acções comuns, no âmbito da hidro meteorologia e das bacias transfronteiriças) e a 2ª Reunião de Pontos Focais de Educação Ambiental da CPLP (foi elaborado um Programa de Educação Ambiental da CPLP, criadas as salas verdes e prevista a realização de uma campanha integrada sobre a temática relativa às alterações climáticas). Ainda à margem desta reunião ministerial do Ambiente, realizou-se a 1ª Reunião de Representantes das Redes Ambientais da CPLP – acolheu-se a manifestação da sociedade civil de aprofundar a sua participação no processo de implementação das áreas temáticas prioritárias da Plataforma de Cooperação da CPLP na Área Ambiental; e a decisão das associações de carácter ambiental se constituírem em rede de ONGs do ambiente da CPLP.

PLANO ESTRATÉGICO DA CPLP PARA TIMOR-LESTE

O XII Conselho de Ministros (CM) da CPLP, realizado em Lisboa a 2 de Novembro de 2007, reconheceu unanimemente a necessidade da definição de uma Estratégia da CPLP para Timor-Leste, tendo então sido expressa a disponibilidade dos governos dos Estados-membros (EM) em adoptar medidas concretas no desenvolvimento de projectos naquele país. O objectivo global deste plano estratégico será o de contribuir para o desenvolvimento do país através da promoção, difusão e utilização da língua portuguesa enquanto veículo de comunicação quotidiana e enquanto língua de trabalho e de negócios. O objectivo específico será o de, através do alargamento da difusão da língua portuguesa, promover o

aumento da capacitação e reforço institucional de Timor-Leste em domínios técnicos como a justiça e a administração pública. Os “grupos-alvo” deste plano serão, preferencialmente mas não exclusivamente, os agentes da administração pública timorense, provenientes dos serviços sectoriais da área da justiça e da administração pública, que beneficiarão dos projectos a desenvolver. Porém, todo o espaço geográfico da CPLP será beneficiado com a implementação, uma vez que importará um importante acréscimo de eficácia e eficiência da organização em termos da sua actuação concertada externa, fundamentalmente no que ao quadro de referência da cooperação para o desenvolvimento diz respeito. Os projectos a desenvolver serão divididos em 3 eixos estratégicos de acção:

A) Intervenção de carácter transversal

Eixo 1: Promoção e difusão da língua portuguesa:

Projecto 1.1: Criação de uma Rádio CPLP

Projecto 1.2: Programa de formação e capacitação para jornalistas

Projecto 1.3: Sala de leitura e Fundo Bibliográfico da CPLP

Projecto 1.4.: Jornal da CPLP

B) Intervenções de carácter técnico

Eixo 2: Sector justiça:

Projecto 2.1: Promoção dos Direitos de Cidadania

Projecto 2.2.: Estudo de identificação do acervo jurídico em Timor-Leste

Projecto 2.3: Formação e reciclagem jurídica

Projecto 2.4: Programa de formação de formadores em Feitura de Leis

Eixo 3: Sector administração pública:

Projecto 3.1: Estudo de viabilidade para o desenvolvimento de um programa de simplificação administrativa

Projecto 3.2: Redacção do Guia do Cidadão

Projecto 3.3: Formação em princípios básicos de administração pública

Projecto 3.4: Estudo de viabilidade para a introdução de um processo de descentralização administrativa

Projecto 3.5: Formação em Contencioso Administrativo

Os projectos a identificar procurarão um carácter de complementaridade com as acções bilaterais e multilaterais em curso. O Plano Estratégico terá uma duração inicial de 24 meses, a contar da data do seu início no terreno, podendo, mediante avaliação positiva por parte dos Estados-membros e depois de conseguidos recursos financeiros para o efeito, ser prorrogado por mais 12 meses.

PROGRAMA MIGRAÇÕES E ASILO DA COMISSÃO EUROPEIA

Informar que, na sequência do trabalho desenvolvido no âmbito da linha temática Migrações e Asilo da Comissão Europeia, o consórcio liderado pelo SE da CPLP, e que reúne o IPAD, a ACIDI, a OIM e o CIDAD, foi convidado a apresentar uma proposta de serviços no seguimento da aprovação da “concept note”, em Maio de 2008. O projecto proposto à linha temática de financiamento, intitula-se “Formação em Migrações” e tem como objectivo geral contribuir para a capacitação das instituições públicas e da sociedade civil dos PALOP e de Portugal no domínio das migrações. Note-se que é a 1ª vez que a CPLP/Secretariado Executivo lidera um consórcio deste tipo e com financiamentos internacionais.

Iª REUNIÃO DOS MINISTROS DA SAÚDE NA CIDADE DA PRAIA

Realizada em Abril de 2008, estiveram presentes representantes de Angola (Ministro Anastácio Ruben Sicato), Brasil (em representação do Ministro da Saúde Dr. Paulo Buss, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz), Cabo Verde (Ministro Basílio Mosso Ramos), Guiné-Bissau (Ministra Eugénia Saldanha Araújo), Portugal (Ministra Ana Maria Teodoro Jorge), Timor-Leste (Vice Ministra Madalena Hanjam Soares, em representação do Ministro da Saúde) e ainda o Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca.

Foi constituído um grupo técnico para a elaboração do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP). Em Setembro de 2008, vai ser realizado o ponto de situação do processo de elaboração deste plano, numa reunião extraordinária no Brasil, e, no primeiro trimestre de 2009, submetido a aprovação na II Reunião dos Ministros da Saúde. O documento, que se baseou na necessidade de minimizar a fragmentação existente no plano das cooperações entre os países da CPLP, reafirma a necessidade de uma formatação de projectos sistemáticos e sinérgicos que envolvam todos os países membros e que possa responder a questões abrangentes por intermédio de cooperação solidária em vez da bilateral. Neste âmbito, os países concordaram em cooperar na formação

e regulamentação de acreditação de médicos especialistas; no combate à anemia falciforme; na constituição de regulamentação e planeamento de redes, incluindo as de combate à malária, VIH/Sida, tuberculose. Os ministros acordaram ainda em estender a cooperação nos domínios dos recursos humanos, saúde reprodutiva, educação técnica de nível médio, escolas de saúde pública, entre outros. “É importante que seja mapeado um directório de competências e potencialidades, que envolva todos os países membros, nos quais o rol de qualificações locais possa compor uma Rede Colaborativa, complementar e integradora das iniciativas das redes acima citadas”, indica o documento aprovado na Praia. O importante neste documento, segundo o ministro da Saúde de Cabo Verde, é que a metodologia para a construção do PECS/CPLP respeita três etapas específicas e que começa com a estrutura organizacional do documento, baseando-se na colecta de informações. Segue-se a constituição de uma oficina de planeamento estratégico com hierarquização dos problemas, definição de áreas prioritárias de cooperação e formatação de um plano para o período de 2008/2012, e, por fim, a consolidação e aprovação do PECS. É de salientar que as modalidades de cooperação, segundo estes grandes tópicos, podem incluir áreas como a formação de recursos humanos de nível médio e superior, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde, investimentos, assessoria técnica e assistência farmacêutica. Refira-se que a proposta de cronograma de execução do PECS/CPLP, que terá um custo à volta de 175 mil 360 dólares por ano, deverá ser concluído em Setembro, com uma reunião extraordinária dos Ministros da Saúde.

Igualmente, as redes da saúde da CPLP foram reconhecidas como mecanismos privilegiados de intercâmbio de informação, partilha de experiências e promoção de boas práticas, sublinhando-se o trabalho já realizado pelas redes Malária/RIDES, VIH/SIDA e dos Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP.

Entre outros projectos, os ministros tomaram ainda conhecimento:

1. Do reforço do Instituto Nacional de Saúde Pública de Moçambique e da criação do Instituto Nacional de Saúde Pública da Guiné-Bissau, no âmbito da implementação da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP;

2. Do projecto de cooperação sobre VIH/SIDA em meio laboral, apresentado por Portugal, recomendando a sua análise no âmbito da respectiva rede;
3. Do projecto de cooperação sobre Bibliotecas Móveis de Enfermagem, desenvolvido pela Ordem dos Enfermeiros de Portugal com as Associações de Enfermeiros dos países da CPLP, incentivando o reforço destas parcerias;
4. Da assinatura, em Junho de 2007, de um Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Cabo Verde, a Comunidade Médica de Língua Portuguesa e a CPLP, com vista ao estabelecimento, em Cabo Verde, de um Centro de Formação Médica Especializada da CPLP, destinado a médicos dos PALOP e de Timor-Leste;
5. Do programa “ePORTUGUÊSe” da OMS, um importante meio de circulação de informação de saúde em língua portuguesa, a par dos idiomas oficiais da OMS.

Os ministros decidiram, também, apoiar os compromissos assumidos na “Carta do Rio de Janeiro”, aprovada na I Reunião Ministerial sobre “Políticas para Mulheres e HIV: Construindo Alianças entre Países de Língua Portuguesa para o Acesso Universal”, realizada a 24 e 25 de Março de 2008.

I REUNIÃO MINISTERIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E HIV/SIDA

A I Reunião Ministerial de Políticas para as Mulheres e HIV/SIDA - Construindo Alianças entre os Países de Língua Portuguesa para o Acesso Universal, realizou-se a 24 e 25 de Março, no Rio de Janeiro. O Secretário Executivo, embaixador Luís Fonseca, referiu que essa “foi uma reunião importante, que contou com a participação de quase todos os Ministros dos países da Comunidade, excepto de Portugal e de Moçambique, ligados à saúde, questões sociais e política de género. Nela chamou-se a atenção para a necessidade de se dar prioridade à prevenção da SIDA, sobretudo, entre as mulheres jovens, por causa da incidência, cada vez maior, da doença entre as mulheres e para a importância de ser dada uma atenção política particular à feminização da SIDA”. Sublinha-se, ainda, que a ONUSIDA havia



disponibilizado 1,3 milhão dólares norte-americanos para apoio técnico a países da CPLP, realçando-se tratar-se da primeira vez que tal iniciativa partia da agência da ONU, Michel Sidibe, Secretário Executivo Adjunto da ONUSIDA, reiterou o apoio aos Governos dos Estados-membros da CPLP no combate à SIDA, sendo para tal necessário fazer-se um estudo sobre a doença nos diversos países.

A questão da SIDA está a ganhar grande interesse político. No mês de Abril de 2008, no Rio de Janeiro, realizou-se o 2º Congresso da CPLP sobre SIDA, uma iniciativa da sociedade civil, promovida pela FESA (Fundação Eduardo dos Santos de Angola).

ACORDO SOBRE O ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NOS PAÍSES LUSÓFONOS

O texto original (Protocolo do Rio) reuniu consenso, a nível técnico, entre os representantes dos EM presentes no Seminário sobre o tema que teve lugar a 13 de Novembro de 2007, no Rio de Janeiro. O projecto foi posteriormente apresentado ao CCP, em duas reuniões consecutivas, onde não foram levantados obstáculos.

Por ocasião do 2º Fórum de Governança da Internet, este evento foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT) e teve apoio da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG/MRE). Estiveram presentes representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Os participantes, reconhecendo:

- » O Compromisso do Minho sobre acesso livre à informação científica em países lusófonos, firmado por instituições do Brasil, Moçambique e Portugal, em 26 de Novembro de 2006, que apresenta directrizes para o desenvolvimento do Acesso Livre ao conhecimento científico em língua portuguesa;
- » As diretrizes emanadas da IV Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da Comunidade dos Países de língua Portuguesa, ocorrida em Luanda, em 10 de Novembro de 2005;

Acordaram em:

Estabelecer diálogo técnico com vistas à formação de rede



permanente de instituições dedicadas à promoção do acesso livre ao conhecimento bem como à promoção do conteúdo científico e cultural em língua portuguesa; Promover esforços junto aos respectivos governos para identificação, no mais curto espaço de tempo possível de pontos focais nacionais a quem caberá coordenar esforços e intercambiar informações para criar condições técnicas para assunção de compromisso nesta área entre seus respectivos Governos, no âmbito da CPLP.

Que a proposta do Governo Brasileiro intitulada “Protocolo de Intenções entre os Governos integrantes da CPLP para a união de esforços no sentido de compatibilizar suas bases de dados e informações em acesso livre, como forma de facilitar a disseminação e o acesso à produção científica e cultural originada em língua portuguesa” constitui uma base sólida para futuras negociações tendo em vista o aludido compromisso sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico nos Estados-membros da CPLP

Na necessidade de que ações concretas de cooperação, ainda que na forma de projetos pilotos, ocorram de maneira paralela à consolidação do diálogo político sobre o assunto.

Nesse sentido, o IBICT e a Universidade do Minho comprometem-se a oferecer, assistência técnica para a promoção de iniciativas nesse campo nos países integrantes da CPLP. Todas as organizações presentes reafirmam seu empenho em trabalhar para, conjuntamente, promover a expansão dos repositórios de acesso livre no espaço da CPLP.

DIAS DO DESENVOLVIMENTO - INICIATIVA DO SENEC DE PORTUGAL

A iniciativa do SENEC de Portugal baseia-se nos Dias do Desenvolvimento organizados, anualmente, em Bruxelas. A CPLP esteve presente no Centro de Congressos de Lisboa com um stand e organizou uma Conferência sob o tema “Cumprir Bissau: Desafios e Contribuição da CPLP para o Cumprimento dos ODM”, no âmbito do programa da Presidência da CPLP.



OBSERVATÓRIO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS DA CPLP

Foi dado corpo ao Observatório dos Fluxos Migratórios da CPLP (criado com base numa Resolução do CM da CPLP, em Maputo, em 2000) por técnicos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal, num quadro de consenso entre os Estados-membros. Posteriormente, na VI Reunião dos Directores de Serviços de Migração e Fronteiras da CPLP, em Maio de 2006, foi aprovada a versão actual do Regulamento do Observatório (um banco de dados sobre a emigração na CPLP, legislação e estudos conexos) que consignava, no artigo 10º, que o SEF de Portugal assumia a sua implementação “até à definição de uma estrutura orgânica para o Observatório”.O SEF de Portugal informou o Secretariado Executivo que o Governo português vai assumir a operação técnica do referido Observatório.

Esta decisão que possibilita a entrada em funcionamento regular do Observatório dos Fluxos Migratórios, brevemente.

CPLP ESTREITA COOPERAÇÃO COM A FAO

No quadro da cooperação entre a CPLP e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca e o Director Geral da FAO, Jacques Diouf assinaram a 12 de Maio de 2008, o Projecto de Cooperação Técnica (TCP) para a “Formulação do Programa CPLP de Cooperação Sul/Sul e Norte/Sul para a Implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação”.

Este Projecto, que cobrirá todos os países da CPLP, tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nos PALOP e Timor-leste, através de dois objectivos específicos:

Capacitação nacional para o planeamento intersectorial e participado do combate à desertificação;

Concepção de um Programa de Cooperação CPLP de combate à desertificação.

No termo deste Projecto espera-se que os países CPLP tenham em implementação um Programa de Cooperação comunitária, desenvolvido de forma cooperativa e sinérgica e visando a

Fotografias: CPLP



implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e adquirido as capacidades essenciais para o planeamento integrado do combate à desertificação e boa execução desse Programa.

O Programa de Cooperação CPLP para o Combate à Desertificação, que este Projecto permitirá formular, representa um elemento essencial na luta contra a degradação das terras e, portanto, das condições de vida das populações que habitam as zonas afectadas e na gestão e conservação dos recursos naturais, auxiliando também no combate às alterações climáticas.

O Projecto que agora se inicia, recolhe uma contribuição da FAO que ascende aos 475.000USD. O Secretariado do Comité de Coordenação Programa de Cooperação será assegurado pelo Secretariado Executivo da CPLP que, através desta componente, financiará directamente a sua participação no

programa. A Cooperação Portuguesa já anunciou uma contribuição ao Projecto na ordem dos 100.000 EUR.

CPLP RUBRICA ACORDO COM FIDA

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a CPLP assinaram a 8 de novembro de 2007 um acordo de cooperação. Este importante passo consolidará a sua parceria e os habilitará a aproveitar melhor os recursos disponíveis para combater a pobreza rural, especialmente, nos Estados-membros da CPLP. O acordo foi assinado durante os Dias Europeus do Desenvolvimento em Lisboa por Lennart Båge, Presidente do FIDA, e o Embaixador Luís Fonseca, Secretário Executivo da CPLP.

O acordo possibilitará que o FIDA e a CPLP usem os seus próprios recursos e os de seus

parceiros de desenvolvimento de maneira mais eficaz em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O FIDA investiu cerca de US\$ 336 milhões em apoio de 27



programas e projectos no total de US\$ 758 milhões nesses países. A organização está aumentando seu programa de trabalho global em 10% ao ano no período 2007-2009, o que também impulsionará seu trabalho nos países de língua portuguesa. O acordo de cooperação aumentará o impacto de ambas as partes em cada país e assegurará uma participação mais forte dos pobres rurais nas actividades de desenvolvimento no âmbito das estratégias nacionais de redução da pobreza.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A COMISSÃO EUROPEIA E O SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP

O Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Comissão Europeia assinaram um Memorandum de Entendimento, a 7 de Novembro de 2007, em Lisboa, baseado nos mesmos valores, princípios e objectivos, desejando colaborar para a promoção da Paz, da Democracia e do Desenvolvimento Sustentável.

Na presença do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, o MdE foi assinado pelo Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca e pelo Comissário Europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, Louis Michel.

O documento assinado reconhece a cooperação multilateral como o meio mais eficaz para promover os objectivos acima referidos e que ambas as partes signatárias têm uma vasta experiência em cooperação multilateral, tanto na perspectiva Norte-Sul como na perspectiva Sul-Sul, as quais combinadas trarão um valor acrescentado aos seus esforços para a promoção das mtas em comum.

Objectivo do Memorandum de Entendimento:

O SE CPLP e a CE, empenhados em colaborar para o benefício dos países e dos povos que representam, acordam em assinar o presente Memorandum de Entendimento para reforçar a concertação, a cooperação e a coordenação entre si. Pretende-se ainda assegurar a complementaridade e as sinergias necessárias aperfeiçoar o valor das suas acções, projectos e programas conjuntos.

Os dois parceiros intensificarão o seu diálogo e identificarão as

possibilidades de cooperação conjunta:

- a) Democracia e direitos humanos;
- b) Prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- c) Diversidade cultural;
- d) Educação, formação e juventude;
- e) Desenvolvimento económico e social;
- f) Sociedade da informação, entre outros.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CPLP E A UNESCO

No âmbito do protocolo de cooperação firmado entre a CPLP e a UNESCO, estão previstas duas acções para o ano de 2008. O Seminário de Formação de Jornalistas na Prevenção do HIV/SIDA deverá ser desenvolvido pela Divisão para a Liberdade de Expressão, Democracia e Paz (Sector de Comunicação e Informação) da UNESCO, pela UNAIDS e pelo Secretariado Executivo da CPLP. O seminário poderá ser organizado, este ano, ao abrigo do programa de capacitação e melhoria da competência profissional dos produtores de televisão em matéria dos trabalhos sobre HIV/SIDA e procurará mobilizar um compromisso para o longo prazo em matéria de apoio à prestação de informação sobre prevenção e tratamento de HIV/SIDA.

O segundo projecto é um Seminário de Formação de Jornalistas sobre a Cobertura de Eleições, um projecto a ser desenvolvido com o objectivo de o articular com as missões de observação eleitoral a desenvolver pela CPLP. Nesta matéria, em parceria com a UNESCO, o projecto contemplará um seminário de formação em cobertura eleitoral para um número, a definir, de jornalistas de Estados-membros da CPLP. Após o seminário, os jornalistas deveriam acompanhar as Missões de Observação Eleitoral da CPLP para reportar o processo de escrutínio, antes e depois, na senda da transparência e rigor do trabalho jornalístico.

XI CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA

A XIª Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa realizou-se nos dias 11 e 12 de Fevereiro de 2008, na cidade de Bissau, sob o tema “Resolução Alternativa de Litígios – Diferentes Experiências no Seio da CPLP”. A organização

esteve a cargo do Ministério da Justiça da Guiné-Bissau.

Do programa constaram os temas da Resolução Alternativa de Litígios (RAL).

Entende-se por RAL a mediação, a conciliação e a arbitragem

- Tema principal da Conferência reuniu unanimidade entre as delegações o reconhecimento das vantagens comparativas da RAL face às vias judiciais tradicionais, na medida em que a simplicidade e a redução de custos e prazos processuais inerentes à RAL apresentam-se como a melhor resposta às dificuldades sentidas pelos Estados em garantir o acesso à justiça, face ao crescente número de litígios. Neste âmbito, as delegações dos Estados-membros relataram as suas respectivas experiências. Portugal e o Brasil submeteram inclusivamente documentos à Conferência sobre o tema.

Quanto à Rede de Cooperação Judiciária dos Países de Língua Portuguesa (grau de implementação), o Ministério da Justiça de Portugal assumiu por ocasião de Xª Conferência, a incumbência de desenvolver este projecto. Nesta XIª Reunião, a delegação portuguesa apresentou a plataforma informática que suporta a iniciativa, que embora embrionária, revela enorme potencialidade. Ainda quanto à Rede de Cooperação Judiciária, Portugal assegurou a nomeação do Secretário-Geral do Secretariado Permanente da Rede nos próximos três meses. Em matéria da Ratificação das Convenções celebradas na X Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa

As Convenções em causa são: a Convenção sobre Auxílio Judiciário em Matéria Penal (AJP), a Convenção sobre Extradução (EXT) e Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas (TPC).

VIII REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL

Esta reunião ministerial realizou-se em Fevereiro de 2008, em Díli. Os ministros e responsáveis dos Estados-membros da CPLP decidiram dar continuidade ao desenvolvimento dos Sistemas de Protecção Social nos Estados onde ainda não estejam implementados, continuar a desenvolver práticas de combate à exploração do trabalho infantil e incentivar os países que ainda o não fizeram a ratificar a Convenção 182 da OIT e estudar formas de combate ao HIV/SIDA no meio laboral. Paralelamente, os ministros decidiram criar um Grupo de Trabalho para a preparação de um

Convénio na área da Segurança Social que abranja todos os EM da CPLP e que deverá ser apresentado na próxima Reunião de Ministros e criar programas de qualificação profissional e de emprego. Outras medidas fixadas prendem-se com o estabelecimento de protocolos de cooperação na área do micro-crédito, seguindo a experiência do Brasil, e o desenvolvimento de metodologias para a inclusão social e económica, aliada ao aumento da escolaridade, de jovens até aos 29 anos.

I FÓRUM DE MINISTROS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

– Protocolo de Cooperação no domínio da Segurança Pública

Neste primeiro encontro, em Abril de 2008, os ministros da Administração Interna escolheram a segurança interna, a cooperação policial, a prevenção e combate à criminalidade, a protecção civil, a gestão de fronteiras, a circulação de pessoas, a segurança de documentos de viagem, a introdução de novas tecnologias e a segurança rodoviária como áreas prioritárias de discussão e de cooperação.

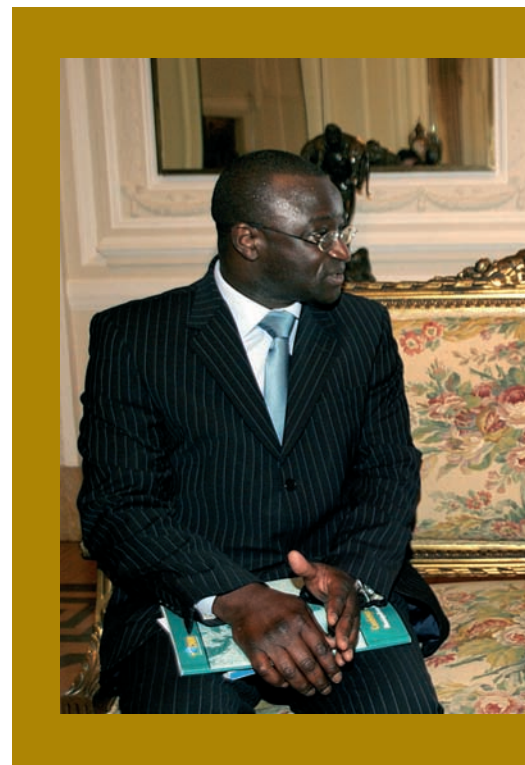
Reafirmando os objectivos que levaram à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os ministros da Administração Interna dos países da CPLP demonstram, através deste Fórum, que a estabilidade e a segurança são elementos essenciais da consolidação de Estados e reconhecem a importância de dar continuidade numa base mais regular aos trabalhos já realizados em anteriores reuniões de ministros responsáveis pela segurança dos países da CPLP. Desta forma, decidiram criar o Fórum de ministros responsáveis pelas áreas da Administração Interna, que deverá reunir numa base anual, de forma a melhor assegurar a continuidade dos trabalhos e o devido acompanhamento das decisões e iniciativas tomadas em cada encontro.

DG NO RIO GRANDE DO SUL

O Director-Geral da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Helder Jorge Vaz Gomes Lopes, foi recebido pela Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, no dia 14 de Fevereiro de 2008, em Porto Alegre, Brasil. No encontro, a Governadora – que no passado acompanhou o



dossier da CPLP na qualidade de deputada federal – manifestou o seu entusiasmo pelas realizações recentes da CPLP, destacando o facto da estrutura institucional estar amadurecida e completa (com a criação da Assembleia Parlamentar), pelo que existem condições para passarmos à acção prática e à cooperação mais efectiva. A Governadora Yeda Crusius enfatizou ainda que o Estado do Rio Grande do Sul é um território que se destaca pelo elevado grau de literacia e também o facto de ser um Estado que no tempo do Império adoptou o Português por opção, pelo que, embora tenha disponibilizado o Rio Grande do Sul para sediar eventos da CPLP nas mais diversas áreas, a Governadora manifestou o desejo de acolher reuniões e iniciativas de cooperação da CPLP no sector educativo, área em que o Rio Grande do Sul poderá acrescentar valor às acções da Comunidade Lusófona. “Estamos absolutamente abertos à cooperação e à troca de informações”, destacou Yeda Crusius.” O DG aproveitou a sua estadia em Porto Alegre, onde participa da Conferência Mundial para o Desenvolvimento das Cidades, para visitar a sede do Executivo gaúcho e estreitar relações com este governo estadual.



AUTORIDADES LOCAIS DA CPLP REÚNEM-SE EM BRASÍLIA

O Director-geral da CPLP, Hélder Vaz Lopes, confirmou a participação no Encontro de Governos Locais Lusófonos, que é parte da programação do dia 16 de Abril de 2008, da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela entidade brasileira Confederação Nacional de Municípios (CNM). As autoridades locais dos países de língua portuguesa e representantes da sociedade civil e de organizações nacionais e internacionais participarão do encontro, que ocorre dos dias 15 a 17 de Abril. De acordo com a brasileira Confederação Nacional dos Municípios, no encontro “serão discutidas acções de cooperação no interior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que reúne Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Estes países constituem um foro internacional que



privilegia a cooperação internacional como instrumento de aproximação entre seus membros, com vistas à promoção do desenvolvimento e ao fortalecimento da presença desses países no cenário internacional. A CPLP é uma das principais organizações apoiadoras do Encontro de Governos Locais Lusófonos, a participação do Diretor-Geral é uma forma de confirmar o apoio ao evento. Para o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, a presença de representantes internacionais é a confirmação de que a Marcha é o maior evento municipalista da América Latina. Ele acredita que o evento abrirá diversas oportunidades para os municípios brasileiros e para os governos locais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. Este Movimento pretende juntar as entidades que representam os interesses do poder local dos Países de Língua Portuguesa, transformando-se, numa fase posterior, num espaço com a chancela da CPLP para a promoção da cooperação e do debate sobre questões relativas ao poder local na Comunidade.

DIPLOMA DE MÉRITO AO LIVRO CUIDADOS HOSPITALARES

A CPLP foi distinguida com o Diploma de Mérito do Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa - União Latina e Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela edição do Livro de Bolso “Cuidados Hospitalares para Crianças”. O Secretário Executivo Adjunto da CPLP, embaixador Tadeu Soares, recebeu a distinção em nome da Comunidade na cerimónia que se realizou a 19 de Novembro de 2008, em Lisboa. O Livro de Bolso “Cuidados hospitalares para crianças” foi lançado em português, numa parceria entre a CPLP, a Direcção-Geral da Saúde de Portugal e com a colaboração, a título gratuito, de uma equipa dirigida pelo professor Luís Varandas – que incluía médicos do hospital para crianças Dona Estefânia, de Angola, do Brasil e de Moçambique. Este livro faz parte de uma série de documentos e instrumentos que apoiam o programa AIDPI – Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância – da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Esta publicação da Organização Mundial de Saúde explana de

forma simples as normas para o manejo de doenças frequentes com recursos limitados. É um manual extremamente útil destinado a ser utilizado por médicos, enfermeiros e outros trabalhadores de saúde que sejam responsáveis pela prestação de cuidados a crianças no primeiro nível de referência, em países em desenvolvimento.

As orientações deste livro focam aspectos do manejo hospitalar das principais causas de mortalidade infantil, tais como pneumonia, diarreia, malnutrição grave, malária, meningite, sarampo e outras doenças relacionadas.

I SIMPÓSIO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM DESAFIO DA COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO NA CPLP

Neste Simpósio, que decorreu em Luanda de 1 a 3 de Outubro de 2007, foi decidido criar a Rede sobre Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.



Fotografias: CPLP

IV ENCONTRO DOS GOVERNADORES DOS BANCOS CENTRAIS DOS PAÍSES LUSÓFONOS E MACAU

Os governadores dos bancos centrais dos países lusófonos e a autoridade monetária da RAE Macau reuniram em Bissau, em Maio de 2008, para debater as políticas monetária na globalização e os desafios dos serviços financeiros nos Estados em desenvolvimento.

CRIAÇÃO DA DIVISÃO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (DPLP) JUNTO DO GRUPO DE PERITOS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE NOMES GEÓGRÁFICOS (UNGEGN)

Realça-se a utilidade, com vista à inteira participação junto da UNGEGN, da constituição da Divisão dos Países de Língua Portuguesa, a sediar em Maputo, com direcção de Moçambique e vice-direcção do Brasil e de Angola.

CURSO SOBRE GERENCIAMENTO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

O VI Módulo do Projecto “Curso sobre Gerenciamento da Cooperação Técnica Internacional” (ProCTI-MGC), decorreu em Bissau, de 3 a 7 de Dezembro de 2006. Esta acção formativa fecha o VI Módulo do Curso, que contou com um ciclo de iniciativas aprovadas no VI CM da CPLP, em 2001, em São Tomé e Príncipe. O VI Módulo contou com cerca de 30 participantes representativos da vida económica e política da sociedade Guineense.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CPLP E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

O Secretariado assinou um Protocolo de Cooperação entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no dia 7 de Dezembro de 2007, na sede da CPLP. A delegação da UFRB foi composta pelo Exmo. Sr. Reitor professor Paulo Gabriel Nacif, acompanhado pela professora

Ana Cristina Firmino Soares, do CCAAB, e pelo Professor Paulo Miguez, do CAHL. O Presidente da Fundação Palmares, Edvaldo Araújo, também acompanha a delegação.

O objectivo geral deste acordo é o de cooperar em qualquer campo do conhecimento ou da cultura, que seja considerado de interesse mútuo pelas partes. Assim, serão prioritariamente promovidas as seguintes actividades:

- Programa de intercâmbio de estudantes de graduação e de pós-graduação entre a UFRB e outras instituições de ensino superior sediadas nos Estados-membros da CPLP;
- Colaboração entre professores e investigadores no que concerne ao desenvolvimento de projectos de extensão e pesquisa; promoção de eventos científicos; realização de cursos; orientação e co-orientação de dissertações de Mestrados e teses de Doutorado; e participação em bancas examinadoras;
- Acções de formação para Quadros dos diferentes Estados-membros da CPLP; e
- Eventos culturais.

Ainda no âmbito deste Protocolo, a CPLP passa a dispor, permanentemente, dos serviços de assessoria a prestar pelos vários Centros da UFRB.

CRIAÇÃO DA COMUNIDADE DAS AUTÓRIDADES DE AVIAÇÃO CIVIL LUSÓFONAS

O Memorando de Entendimento para criação da Comunidade das Autoridades de Aviação Civil Lusófonas foi assinado, a 2 de Novembro de 2007, em Lisboa.

Este acordo pretende promover os laços de amizade e a cooperação institucional entre as autoridades aeronáuticas dos países de língua oficial portuguesa. A Comunidade das Autoridades de Aviação Civil Lusófonas congrega as Autoridades de Aviação Civil do espaço da CPLP e assume a natureza de um fórum de reflexão, discussão e desenvolvimento para o sector. A cooperação prevê a adopção de formas de concertação institucional para o desenvolvimento do sector da aviação civil, de acesso a informação que é necessária à garantia da segurança da aviação civil e a assistência e serviços relacionados com formação, estudos, conferências, workshops, entre outras possibilidades.

CPLP PARTICIPA NA II CIMEIRA UE/ÁFRICA

A II Cimeira Europa – África, realizada em Lisboa, no final de 2007, em que participaram ao mais alto nível 6 países da CPLP, permitiu a descoberta de novos ângulos e pontos comuns, o que constitui um marco importante na cooperação entre os dois continentes. O Secretário Executivo da CPLP também esteve presente.

II REUNIÃO DOS INSTITUTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EQUIVALENTES DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

A II Reunião dos Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE) dos Países de Língua Portuguesa realizou-se em Lisboa, no dia 29 de Outubro de 2007, na FIL - sob a coordenação do Instituto Nacional de Administração de Portugal (INA) e com a participação, na direcção dos trabalhos, do Assessor Paulo Palm, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Durante o encontro, ao qual compareceram Representantes de sete países membros da CPLP, foram aprovados o logótipo e o Regulamento Interno da RINAPE, e apresentado o “site” da nova Rede, que disporá de duas plataformas de acesso, uma pública e uma restrita. O Representante de Angola, Jorge Francisco António, foi eleito Coordenador do RINAPE para o período 2008/2009.

IVª REUNIÃO DOS MINISTROS DO TURISMO DA CPLP, POR OCASIÃO DA BOLSA DE TURISMO DE LISBOA (BTL 2007)

O Ministério português da Economia e da Inovação foi o anfitrião desta reunião ministerial, por ocasião da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL 2007). A sessão de abertura do evento, contou com a participação do Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, e do Secretário de Estado do Turismo de Portugal, Bernardo Trindade. O sector do Turismo da CPLP já promoveu anteriormente outras três conferências ministeriais, estabelecendo compromissos e um plano de acção para o seu desenvolvimento no espaço da Comunidade.

A LÍNGUA PORTUGUESA

A) O INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) tem por objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.



A sua história começa oficialmente em 1989 quando os sete países de expressão portuguesa se reuniram em São Luís do Maranhão e decidiram a sua criação. Para muitos, a iniciativa do então presidente José Sarney marcou o efectivo arranque da CPLP.

Contudo, o Instituto só se tornaria realidade mais de 10 anos depois, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (São Tomé, 1999), que levou à aprovação dos Estatutos do IILP e à escolha de Cabo Verde para a instalação da sua Sede, em 2002. O início de vida do IILP foi atribulado, marcado pela alternância de fases de dinamismo e de quase paralisação devidos ao atraso na ratificação do Acordo Ortográfico de 1990, e problemas crónicos de financiamento, apesar do interesse reiterado por todos os Estados-membros da CPLP.

A assinatura do Acordo-Sede em 2004, a nomeação de Manuel Brito-Semedo (Cabo Verde) para primeiro Director Executivo do IILP e a inauguração da “Casa Cor-de-Rosa”, um edifício do Século XVIII, recuperado pelo Instituto Camões com fundos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) marcaram o arranque da instalação efectiva do IILP.

A sede foi inaugurada em Janeiro de 2005 e o Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, 2005) deu um passo decisivo no sentido da superação dos problemas com a alteração dos Estatutos do IILP, a sua integração como uma instituição da CPLP e a revisão das quotas dos Estados membros.

Na VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo (Bissau, 2006) a angolana Amélia Mingas foi nomeada para o cargo de Directora Executiva do IILP.

Segundo os actuais Estatutos, o ILLP goza de autonomia científica e administrativa mas deve tomar em consideração na prossecução dos seus objectivos – quer entre os Estados membros, quer no plano internacional –, as orientações dos órgãos deliberativos da CPLP bem como a diversidade cultural dos países que a constituem e as respectivas políticas linguísticas, educativas e culturais.

B) O ACORDO ORTOGRÁFICO

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa já está em vigor em alguns dos Estados-membros da CPLP. Aguarda-se a sua ratificação pelos demais países para garantir a expansão da Língua nos seus factores extra linguísticos, consolidando o discurso científico que produz, as expressões cultural e artística que cria, as relações económicas que veicula e as suas demais dimensões, como a promoção no cenário Internacional.

Perguntas frequentes sobre o Acordo Ortográfico:

1. Porquê fazer um Acordo Ortográfico?

Porque o Português é língua oficial em oito Estados soberanos mas tem duas ortografias, ambas correctas, a de Portugal e a do Brasil. Existem desvantagens na manutenção desta situação e a Língua será tanto mais importante quanto maior for o seu peso unificado internacionalmente.

A existência de dupla grafia limita a dinâmica do idioma e as diferenças criam obstáculos, maiores ou menores, em todos os incontáveis planos em que a forma escrita é utilizada: seja a difusão cultural (literatura, cinema, teatro); a divulgação da informação (jornais, revistas, mesmo a TV ou a Internet); as relações comerciais (propostas negociais, textos de contratos) etc., onde o Português escrito é utilizado. Isto, se considerarmos apenas as relações intracomunitárias (nos oito países da CPLP). Nas Relações Internacionais, recorde-se que existem quatro grandes línguas (Inglês, Francês, Português e Espanhol) e que o Português é a única com duas grafias oficiais.

Assim, no plano intracomunitário, a dupla grafia dificulta a partilha de conteúdos, no plano internacional, limita a capacidade de afirmação do idioma, provocando, por exemplo, traduções quer literárias e técnicas diferentes para Portugal e Brasil.

2. Mas como se explica que exista mais do que uma ortografia?

No rescaldo da Implantação da República em Portugal, deu-se a 1ª Reforma Oficial da Ortografia Portuguesa que, em 1911, estabeleceu uma ortografia simplificada, consagrada nos textos oficiais de ensino.

Esta profunda reforma não foi concertada na altura com a República Brasileira, e desde essa data a língua tem comportado duas grafias.

Sucede que a Língua, como realidade dinâmica que é, está sujeita a evolução. A ortografia do Português não é excepção e as duas ortografias então existentes trilharam caminhos diferentes, não obstante várias iniciativas dos dois países, singulares e concertadas, no sentido da unificação.

3. Quais são os Estados signatários (partes) do Acordo Ortográfico?

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O Acordo encontra-se aberto à adesão de Timor-Leste que em 1990 ainda não tinha reconquistado a Independência.

4. Qual a estimativa de pessoas no mundo que falam a língua portuguesa?

Calculam-se em mais de 200 milhões as pessoas que falam Português em todo o mundo.

5. O Acordo foi assinado em 1990, mas só entraria em vigor com a ratificação de todos os países? O que mudou com os Protocolos Modificativos ao Acordo?

O Acordo Ortográfico na sua versão original, de 1990, previa entrada em vigor apenas quando se verificasse a ratificação (recepção do Acordo no ordenamento jurídico interno do Estado) por todos os signatários.

Os Protocolos Modificativos alteraram apenas a modalidade de



entrada em vigor do Acordo. O conteúdo, i.e., as alterações ortográficas do Acordo Original mantém-se.

6. Por que foi necessário um segundo Protocolo? O primeiro não tem valor?

Foi necessário um Segundo Protocolo Modificativo pois a alterações produzidas pelo Primeiro (alargando o prazo para entrada em vigor) demonstraram-se ineficazes. A assinatura do 2º Protocolo estabelece que, o Acordo Ortográfico entrava

em vigor com a ratificação por apenas três dos Estados signatários (naturalmente, para os Estados que procedessem à ratificação). O Primeiro Protocolo Modificativo, não apresenta hoje qualquer conteúdo prático.

7. O Acordo Ortográfico já está em vigor? Em que países?

Sim, na ordem jurídica internacional e no Brasil, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por força da ratificação pelos três Estados do Acordo Ortográfico e do Segundo Protocolo Modificativo.

O terceiro signatário a ratificar, São Tomé e Príncipe, depositou os documentos correspondentes em Dezembro de 2006 e, por esse efeito fez com que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrasse em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007.

8. Porquê da demora na ratificação por parte dos demais países signatários?

As razões que cada um dos signatários do Acordo Ortográfico tem para

proceder ou não à sua ratificação são matéria do foro interno de cada Estado.

A CPLP remete assim para os Estados a divulgação de informações quanto a esta questão.



9. Foi definida data para os Estados signatários ratificarem o Acordo?

O Acordo, na sua redacção original (1990), previa a entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1994, após o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os Estados signatários. Esta disposição tornou-se letra morta quando a data foi ultrapassada sem terem sido efectuadas as ratificações.

Esta redacção foi alterada pelos Protocolo Modificativos e em bom rigor, visto que não se extrai dos textos qualquer outra data, não existe um prazo para ratificação do Acordo.

10. O que acontece à ortografia do Português nos países que não ratificarem?

Nada. Caso não seja ratificado, o Acordo Ortográfico não se torna parte dos ordenamentos jurídicos nacionais dos signatários e assim as alterações que estabelece não se verificarão na ortografia desses países.

11. Mas podem uns países avançar com a implementação do Acordo Ortográfico sem os demais?

Sim, dado que está prevista a entrada em vigor desde que ratificado por três Estados, o que já aconteceu. Todavia, é de lembrar que o objectivo é unificação, e que o ideal seria que todos os países avançassem em uníssono.

Com efeito, a medida do sucesso do Acordo Ortográfico depende da sua ratificação e implementação por todos os Estados signatários. Só com todos poderá atingir o pleno dos seus objectivos originais.

12. Existe uma estimativa quanto ao número de palavras alteradas?

Segundo os dados disponibilizados pela Academia de Ciências de Lisboa, à data da celebração do Acordo, o número de palavras cuja ortografia seria alterada não ultrapassaria os 2 por cento! Pouco mais de 2.000 palavras num Universo de 110.000.

Não estão contabilizadas: as alterações à utilização do hífen e as resultantes da supressão do trema, diminutas em número e de fácil apreensão.

13. Quais foram os critérios utilizados para desenvolver as novas normas ortográficas?

Segundo o próprio Acordo, o esforço de unificação da grafia foi presidido por um critério fonético, isto é, a ortografia das palavras é alterada no sentido de as aproximar à forma falada. (ex.: abolição das consoantes mudas).

14. Mas se o critério fonético está subjacente às alterações, o Português falado é alterado?

Não. A forma falada do Português não sofrerá qualquer alteração no curto prazo (embora não seja de excluir que, no futuro, o “p” que os portugueses utilizam em baptismo e pronunciam muito levemente, venha a desaparecer).

Repare-se que no cenário actual de duas grafias, portuguesa e brasileira, mesmo dentro dos limites territoriais de cada um destes dois Estados, existem diferentes formas de falar o português, não obstante cada um dos países ter apenas uma ortografia.

No mesmo sentido, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que usam a ortografia portuguesa, falam o português de forma diversa, quer entre si, quer da falada em Portugal ou no Brasil.

Os cambiantes da língua falada não serão afectados pelo Acordo.

Altera-se a ortografia no sentido de a unificar, utilizando a fonética apenas como um dos instrumentos dessa unificação ortográfica.

15. Quais os prazos e custos para a implementação das alterações?

O Acordo ocupa-se apenas das regras ortográficas e define um patamar de compromisso em termos ortográficos. Cabe a cada um dos Estados envidar esforços no sentido de chegar a esse patamar. O processo de implementação não se encontra definido no Acordo.

Entende-se assim que caberá a cada Estado estudar as suas necessidades específicas e definir o plano de acção nacional, no sentido de concretizar o Acordo. Assim, remete-se para as autoridades nacionais qualquer informação sobre prazos e custos.

16. Quando se começarão a sentir os efeitos práticos?

Será imediato ou faseado?

Sendo que cada país definirá o seu plano de acção, os efeitos do Acordo começarão a sentir-se à medida que as autoridades nacionais avançarem com a sua implementação.

Assim, será o plano de acção nacional de implementação de cada Estado que definirá as áreas (ensino, administração pública, comunicação social, etc.) onde as alterações se farão sentir em primeiro lugar.

Dada a complexidade relativa em termos técnicos (ex. manuais escolares) e financeiros, cada Estado adoptará, provavelmente, planos de acção faseados.

Recorda-se que não será a entrada em vigor, *per se*, do Acordo que levará os cidadãos a respeitarem as novas regras ortográficas. Existe uma nova ortografia, mas a sua implementação não é instantânea. Serão possivelmente definidos, pelos próprios Estados, períodos de transição para as áreas onde tal faça sentido, ex.: manuais escolares, gramáticas e dicionários, formulários de serviços públicos, contratos, etc.

17. É isto que se entende por “*moratória*” de aplicação do Acordo?

Tem sido por vezes referido na imprensa que o Acordo prevê uma “*moratória*” para a sua aplicação. Tal informação é incorrecta.

Não obstante, e como já foi abordado acima, a introdução das alterações ortográficas dificilmente será instantânea.

Naturalmente existirá um período de convivência entre as duas grafias, que será diferente consoante o contexto. Isto é, qualquer livraria terá, durante os anos vindouros, livros nas suas prateleiras escritos nas duas grafias, mas dificilmente se encontrará, uma vez implementado o Acordo, um jornal diário que não reflecta as alterações. Por este exemplo se vê que as diferentes manifestações da língua escrita terão, pelos seus ciclos naturais, diferentes prazos para absorver as alterações.

Uma relação de confiança.



Ao olhar para trás, recordas o difícil que foi aprender a navegar sozinho. Tudo o que tiveste que enfrentar e o esforço que isso representou. Mas agora tens o teu próprio barco e sabes que estás preparado para novos desafios numa Angola moderna e cheia de oportunidades. Para navegaras neste mar, vais precisar de alguém que a conheça bem. Alguém que navegue junto a ti, em quem possas confiar e que te ofereça os melhores meios para atingires um porto seguro.

 **BANCO ESPÍRITO SANTO ANGOLA**

WORLD FINANCE

**BANKING AWARDS
PRIVATE BANK OF THE YEAR
SUB-SAHARAN AFRICA**

2008



PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

As Nações Unidas declararam o decénio 2005-2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, iniciativa ambiciosa e complexa, cujo objectivo global consiste em integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável nas diferentes formas de aprendizagem, com vista a fomentar as transformações necessárias para uma sociedade mais justa e sustentável para todos. A CPLP partilha deste desígnio, baseado na visão de que todos tenham a oportunidade de aceder a uma educação e adquirir valores que fomentem práticas sociais, económicas e políticas de sustentabilidade, na esperança de que as gerações futuras saibam compatibilizar as necessidades humanas com o uso sustentável dos recursos, superando assim os efeitos perversos que vão desde a destruição ambiental até à manutenção/agravamento da pobreza. No âmbito das comemorações do X Aniversário da CPLP, o Secretariado Executivo convidou os Estados-membros a institucionalizarem o dia da CPLP nas escolas. Com esta iniciativa pretendia-se não apenas chamar a atenção das crianças e jovens para a CPLP, seus objectivos, suas acções e seus desafios, mas, sobretudo, criar nelas a consciência de que são parte integrante da Comunidade. Ainda no âmbito do 10º aniversário da CPLP, o Secretariado Executivo lançou, através dos Ministérios de Educação dos Estados-membros, um projecto de gemação escolar, almejando a troca regular de correspondência entre os alunos. Apesar esforços e da sua validade, esta iniciativa ainda não obteve a adesão de todos os países. Em matéria de defesa e promoção da Língua portuguesa, o



Secretariado Executivo tem canalizado insistentemente a ideia de que é preciso dotar o IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa, de uma dimensão adequada ao papel que esta instituição da CPLP está vocacionada a desempenhar. A VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Bissau, a 17 de Julho de 2006, elegeu uma nova Direcção Executiva (Angola, Amélia Mingas) que começou a exercer funções em Novembro de 2006. A Presidência do Conselho Científico cabe ao Brasil e é exercida pelo Coordenador da Comissão para a Defesa da Língua Portuguesa (COLIPE) que passou a ser, também, a Comissão Nacional do Brasil para o IILP.

MISSÃO TÉCNICA AO BRASIL

A Missão técnica realizada ao Brasil, de 2 a 4 de Abril de 2007, pela Directora Executiva do IILP, Amélia Mingas, surgiu na sequência da visita oficial, àquele país, pelo Secretário Executivo da CPLP (de 7 a 18 de Março). A missão teve por objectivo aprofundar o diálogo com as competentes autoridades brasileiras, relativamente a um conjunto de ideias, assim como a sua tradução em projectos concretos a serem desenvolvidos no âmbito da CPLP.

COOPERAÇÃO COM A UNIÃO LATINA

Em Novembro de 2006, teve lugar um encontro entre o Secretário Executivo da CPLP e o Secretário-Geral da União Latina (UL), no qual foi feito um balanço do relacionamento entre as duas Organizações, marcado pela ausência de projectos conjuntos. Reconheceu-se, todavia, que havia um vastíssimo leque de possibilidades de colaboração sendo possível reverter a situação. Desta forma, activou-se em 2007 e 2008 a primeira edição do concurso literário “Terminemos este Conto” (sobre este tema pode ler mais à frente neste capítulo). Em 2006, a União Latina subvencionou o primeiro manual, em Língua Portuguesa, para a primeira classe do Ensino Primário da República de Timor-Leste – “Os Loricos I”. Tratou-se do primeiro livro que seguiu o programa curricular definido pelo



Ministério de Educação timorense. O Manual é composto por dois livros, um para os alunos e outro para os professores. O livro do aluno visa o desenvolvimento da oralidade, permitindo aos alunos a aquisição de competências no domínio da produção e compreensão de enunciados orais em língua portuguesa. O livro do professor contempla a metodologia para a aprendizagem da leitura e da escrita da língua. O Ministério da Educação de Timor-Leste está a preparar os manuais para a segunda classe - “Os Loricos II” - que a UL vai continuar a apoiar, desta vez com co- financiamento do Secretariado Executivo para a publicação do manual do professor.

ACORDO ORTOGRÁFICO

À data de fecho desta publicação, o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa já foi ratificado pelo Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. O parlamento português já ratificou o Acordo, aguardando-se a sua promulgação pelo Presidente da República Portuguesa. A Missão do Brasil junto da CPLP comunicou, em Abril de 2008, que o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação do Brasil, já autorizou a adequação dos livros escolares de ensino fundamental e médio às mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entra em vigor no país em 2009. Recorde-se que, em Março de 2008, foi aprovado o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa pela Assembleia da República Portuguesa, constando da respectiva Resolução uma Declaração que refere que (...) “no prazo limite de 6 anos após o depósito de ratificação deste Segundo Protocolo Modificativo, a ortografia dos novos actos, normas, orientações, documentos provenientes de entidades públicas, de bens culturais, bem como de manuais escolares e outros recursos didáctico-pedagógicos, ou que venham a ser objecto de revisão, reedição, reimpressão ou de qualquer outra forma de modificação, independentemente do seu suporte, deve conformar-se às disposições do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”.



UNIVERSIDADE DA CPLP - CIDADE DE REDENÇÃO, BRASIL

A Missão do Brasil junto da CPLP informou sobre a iniciativa do seu Governo de criar a Universidade da CPLP (UniCPLP) ou Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira - o nome ainda não está definido. Este estabelecimento de ensino superior contará com cerca de 50 por cento das suas vagas para estudantes dos PALOP.

PRÉMIO DE LITERATURA JUVENIL FERREIRA DE CASTRO

A 5ª Edição do Prémio de Literatura Juvenil Ferreira de Castro foi aberta para jovens brasileiros. Este prémio literário destinado a todos os jovens brasileiros residentes dentro e fora do Brasil, e que visa estreitar as ligações literárias entre Portugal e Brasil, possui dois Escalões: Escalão A - destinado aos jovens dos 12 aos 15 anos e Escalão B - destinado aos jovens dos 16-20 anos. Os concorrentes poderão concorrer com um número ilimitado de trabalhos, sem limite de páginas sendo que o tema dos trabalhos, a concurso, é livre. Os jovens podem concorrer tanto em prosa como em poesia. O prazo para a entrega dos trabalhos terminou a 21 de Julho de 2008. recordemo-nos que esta iniciativa, promovida pela Associação Nacional do Prémio de Literatura Ferreira de Castro com o apoio da CPLP, reuniu em Fevereiro de 2008, estabelecendo a relação dos premiados para a 4ª Edição deste prémio.

PRÉMIO FERNÃO MENDES PINTO

O Prémio Fernão Mendes Pinto, organizado pela Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP) em parceria com a CPLP, destina-se a galardoar anualmente uma tese de mestrado ou doutoramento que contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa.

PRÉMIO DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO

O Presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento propôs aos Observadores Consultivos da CPLP, reunidos em Junho de 2008, a institucionalização de um prémio



anual “Prémio de Promoção da Língua Portuguesa no Mundo”, destinada a todos que se expressam em português. Propôs, ainda, que o prémio a conceder no ano 2009 seja dedicado à temática da relevância da língua portuguesa na internacionalização das economias dos países da CPLP na próxima duas décadas. O prémio será atribuído pela CPLP, contando com o apoio financeiro da FLAD e a colaboração da AULP. Para além de um prémio monetário, a obra do laureado será publicada por uma editora.

MACHADO DE ASSIS

A obra de Machado de Assis tem sido celebrada intensamente em 2008, destacando-se os eventos promovidos pela Missão do Brasil junto à CPLP.

ANO VIEIRINO

O ano de 2008, em que passam quatrocentos anos sobre o nascimento do Padre António Vieira, será ano vieirino, ano de evocação da vida e da obra de uma figura ímpar da Cultura Portuguesa e Brasileira, ano de celebração de um homem de todos os tempos. A CPLP associou-se a esta iniciativa pretende promover acções de divulgação da obra e do pensamento de Vieira.

EXPOLÍNGUA 2008 E 2007

A CPLP marcou presença nos 17º e 18º Salão Português de Línguas e Culturas, Expolingua 2007 e 2008, que decorreram em Março e Fevereiro desses anos, respectivamente, em Lisboa. Em 2008, o Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, participou ainda numa mesa-redonda dedicada ao Acordo Ortográfico, organizada pela Associação Portuguesa de Tradutores. Para além do SE CPLP, participaram neste debate o linguista Malaca Casteleiro, Fernando Cristóvão (ACLU - Associação de Culturas Lusófonas e coordenador do “Dicionário Temático de Lusofonia”, 2005), José Jorge Letria, administrador da Sociedade Portuguesa de Autores e Francisco Nuno Ramos, administrador do Observatório da Língua Portuguesa.

Fotografias: CPLP



ACÇÃO CULTURAL

No âmbito das actividades de promoção da diversidade cultural, o Secretariado Executivo tem desenvolvido parcerias com: entidades dos países da CPLP; organismos internacionais em que os Estados membros da Comunidade participam, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Africana (UA) e a Organização dos Estados IberoAmericanos (OEI); e Fundações e ONGs, algumas fora do espaço da CPLP, de outras nacionalidades interessadas na cultura da nossa Comunidade. Tem sido feito um esforço consistente para dar a conhecer, em cada Estado-membro, a realidade e a cultura dos restantes, como forma de reforçar o conhecimento mútuo no seio da Comunidade.

A CPLP é, assim, uma realidade que se afirma não só institucionalmente a nível dos Estados, mas também através da multiplicação de iniciativas de carácter cultural de que destacaremos as consideradas mais relevantes ao longo deste ano.

Realça-se, ainda, o Fórum Cultural Mundial que decorreu no Rio de Janeiro e em Salvador, de 24 de Novembro a 3 de Dezembro de 2006. Este evento foi marcado pela assinatura do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da CPLP nos domínios Cinematográfico e Audiovisual, por Angola, Brasil, Moçambique e Portugal. A CPLP participou com a presença do Secretário Executivo, que fez, perante os representantes dos Estados-membros CPLP, uma avaliação do desempenho da Organização nos seus dez anos de existência.

VISITA DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PALMARES

Zulu Araújo, acompanhado por Paulo Minguez, visitou ao Secretariado (na Reunião do 104º CCP) para apresentar o Portfolio de Projectos Culturais do Ministério da Cultura do Brasil, estando prevista a realização de uma Conferência Internacional de Doadores, ainda em 2008.

O Portfólio teve o seu interesse confirmado nas duas mais recentes Reuniões dos Ministros da Cultura da CPLP. Os perfis de projectos foram estruturados em torno de três eixos: a) Reforço e renovação de competências; b) Informação e gestão



do conhecimento; c) Promoção de diálogos culturais. O investimento total estimado é da ordem de RS\$ 80,5 milhões de Reais. Para a operacionalização dos projectos espera-se a participação do empresariado da CPLP, dos organismos e agências internacionais de ajuda bilateral e multilateral, universidades, governos, ONG's, artistas, artesãos, intelectuais e as comunidades em geral. A Mostra de Cinema da CPLP passou a ser incluída entre os projectos do Portfólio, o que poderá viabilizar o aporte financeiro necessário para a sua promoção, e deverá contribuir para melhorar a distribuição de filmes no âmbito da Comunidade.

CASAS DA LUSOFONIA

Foi inaugurada a primeira Casa da Lusofonia, no dia 12 de Maio de 2007, marcando o início de criação de outras como pontos de cultura em diferentes países da Comunidade. Seguiu-se a abertura de outra, em Cachoeira, no estado da Bahia, Brasil, a 8 de Agosto de 2007. Trata-se de um projecto que o Secretariado irá acompanhar, juntamente com a promotora “Associação Etnia”, antecipando-se a expansão desses centros culturais.

COISAS E SABORES DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Escola da Carapinheira – Escola E.B. 2/3 Dr. José dos Santos Bessa – visitou a sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a Março de 2008. Os alunos, com idades compreendidas entre os 10 e 14 anos e membros do Clube de Jornalismo (27 alunos) e do Clube

de Teatro (15 alunos) desta escola, ouviram uma breve apresentação da CPLP, escutaram e questionaram o Secretário Executivo da Comunidade. No dia 19 de Junho de 2008, vinte e dois alunos do sexto ano apresentaram o livro “Coisas e Sabores”, uma publicação elaborada pelos próprios e que compila receitas gastronómicas, a história e a cultura dos países de língua oficial portuguesa. Os alunos desta escola do concelho de Montemor-o-Velho,

Portugal, dedicaram o último ano lectivo a estudar os países de língua oficial portuguesa e, com a ajuda dos professores, compilaram toda a informação que recolheram num livro.





MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

O Museu da Língua Portuguesa assinalou em Março de 2008 o segundo aniversário, tendo já alcançado a marca de mais de 1,1 milhões de visitantes. O Museu da Língua Portuguesa – Estação da Luz, em São Paulo, Brasil, inaugurado em 2006, está organizado para transformar-se no ponto de encontro entre a língua, a literatura e a história. Ao invés de paredes, vozes. No lugar de obras, espaços interactivos. No coração de São Paulo, na Estação da Luz, o Museu proporciona uma viagem sensorial e subjectiva pela língua portuguesa, guiada por palavras, autores e estrelas do Brasil.

Museu do Mar da Língua

O ministro da Cultura de Portugal, José António Pinto Ribeiro, afirmou, a meados de Maio de 2008, estar a ponderar localizar o Museu do Mar da Língua, previsto para ocupar o edifício do ex-Museu de Arte Popular, na zona de Belém, para a estação ferroviária do Rossio, ambas Lisboa. O Museu Mar da Língua Portuguesa - Centro Interpretativo das Descobertas deverá expor um espólio virtual e deve poder ser visitado já a partir de 2008.

A Estação da Luz foi o local escolhido pelo Governo Brasileiro para instalar o Museu da Língua Portuguesa. Um ponto de encontro de língua, literatura e história.



I EDIÇÃO DO CONCURSO LITERÁRIO TERMINEMOS ESTE CONTO

A cerimónia pública de anúncio dos laureados da 1ª Edição do Concurso Literário “Terminemos este conto” decorreu no dia 28 de Março de 2008, na sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa. O Brasil, São Tomé e Príncipe e Portugal, foram os únicos Estados membros da CPLP a participar, tendo sido vencedores, respectivamente, Pedro Bento Peres de Oliveira, Ectivaldo Santa Rosa Fernandes e Pedro Alves de Magalhães Feijó.

No Brasil, o conto foi iniciado pelo escritor Luís Fernando Veríssimo. Em São Tomé e Príncipe, pelo escritor Joaquim Rafael Branco e em Portugal pela escritora Lídia Jorge.

Os três vencedores participaram numa “Semana Cultural em Lisboa”, que teve o seu início a 24 de Março e terminou a 30 do mesmo mês.

A CPLP, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e a União Latina (UL), com o alto patrocínio dos Ministérios da Educação dos Estados membros da CPLP, lançaram o Concurso Literário “Terminemos este Conto”, a 4 de Maio de 2007, em Cabo Verde, na sede do IILP. O concurso foi inspirado no concurso internacional “Terminemos el Cuento”, criado em 1991, pela UL e destinado a estudantes da América Latina.

O público-alvo do concurso são jovens residentes em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e de idades compreendidas entre os 14 e 18 anos.

Em cada um dos Estados membros é lançado um Concurso Nacional e constituído um Júri que seleccionará um autor de renome a escrever o início de um conto que deverá ser concluído pelos concorrentes. O autor poderá integrar



Fotografias: CPLP



Pedro de Oliveira, Ectivaldo Fernandes e Pedro Feijó foram os vencedores da 1ª Edição do Concurso "Terminemos Este Conto"

o júri que terá a seu cargo a escolha do melhor trabalho, considerando, entre outros requisitos que devem constar do regulamento do concurso a nível nacional:

- i) a coerência do final do conto com a parte inicial do mesmo;
- ii) a originalidade;
- iii) o nível da linguagem utilizada;
- iv) a qualidade literária.

Os vencedores dos trabalhos premiados ganharam uma viagem a Portugal onde poderão partilhar experiências entre si, integrando um programa de carácter cultural. O vencedor do concurso realizado em Portugal integrará o programa dos restantes vencedores durante a estadia destes em Portugal e ganhará como prémio uma viagem à Cabo Verde, EM que alberga a sede do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.





Os Vencedores viveram uma
Semana Cultural em Portugal,
como prémio



TRÊS ESPAÇOS LINGUÍSTICOS INTENSIFICAM ACTIVIDADE

Os Secretários Gerais e Executivos dos Três Espaços Linguísticos têm vindo a reunir-se anualmente, procurando consolidar a diversidade cultural e linguística no mundo. Os Três Espaços Linguísticos reuniram-se no dia 21 de Abril de 2008, em Lisboa, tendo estado igualmente presentes os Secretários Gerais da ALECSO e da União Latina. Foram adoptadas diversas resoluções.

Relativamente à intercompreensão das línguas latinas, considerando que a diversidade cultural e linguística é uma das riquezas fundamentais do património da Humanidade e que o seu respeito constitui um elemento necessário das políticas de desenvolvimento, os TEL concordam na necessidade de encorajar a diversidade linguística, desde a infância, a fim de criar condições para a formação do cidadão plurilingue. As delegações das Organizações presentes neste encontro recomendaram a difusão das decisões acima mencionadas junto dos órgãos especializados, bem como a sua introdução nos programas escolares dos diferentes sistemas educativos, procurando a divulgação das abordagens plurilingues nas escolas e a formação de educadores especialistas nos métodos de intercompreensão.

No que se refere ao Plurilinguismo, reafirmaram a vontade comum de incentivar os países membros a ratificarem a Convenção da UNESCO sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais. Igualmente, confirmaram a intenção de colaborar com a Unesco no sentido de promover o Ano Internacional dos Idiomas.

Neste ano de 2008, proclamado Ano Internacional dos Idiomas pela Organização das Nações Unidas, os Três Espaços Linguísticos reiteraram o vínculo com o princípio do multilinguismo. Além de destacarem o objectivo da

Fotografias: CPLP; Agência Lusa



quinta reunião de trabalho dos TEL, expressaram também o interesse no programa estratégico da União Europeia em prol do multilingues.

As delegações presentes reiteraram também o compromisso de respeitar a Agenda de Túnis a favor da Sociedade da Informação e, principalmente, a sua Grande Orientação C8 “Diversidade e Identidade Culturais, Diversidade Linguística e Conteúdos Locais” que recomenda a criação de terminologias, dicionários, tesouros e ferramentas de tradução automatizada, para facilitar a todos a compreensão, a expressão e a transmissão de conhecimentos. Desta forma, comprometeram-se a reunir uma equipa de especialistas para elaborar um projecto de criação de um instrumento comum de enriquecimento, colecta, harmonização e difusão terminológica.

Os representantes dos Três Espaços Linguísticos mencionaram a importância do uso da sinalização multilingue nos Estados membros e concordaram em criar um Grupo de Trabalho para o aprofundamento da questão e a sensibilização dos Ministros da Cultura e Turismo para a inclusão deste assunto nas agendas das próximas reuniões. No domínio das indústrias culturais, tendo em vista a Resolução sobre a diversidade cultural, assinada a 20 de Outubro de 2006, em Paris, as delegações foram unânimes em enfatizar a relevância e actualidade do tema. Consideraram, ainda, a importância da criação de mecanismos para a elaboração de políticas culturais harmonizadas e o aprofundamento da pesquisa e da cooperação, sobretudo, nas áreas das novas tecnologias ponderando a sua rápida evolução. Nesse sentido, será constituído um grupo de trabalho para estudar as formas de maximizar a eficiência da distribuição e difusão dos bens culturais no âmbito dos TEL.

As delegações assumiram a responsabilidade de informar os Estados membros sobre os projectos e as recomendações adoptadas durante a reunião.

Foi ainda programada uma reunião técnica, em Lisboa,



num prazo de 45 a 60 dias, para implementação das decisões tomadas nesta reunião.

Os Secretários Gerais congratularam-se com a presença no Encontro do Dr. Jorge Sampaio, Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, cuja intervenção foi acolhida com elevado apreço.

A reunião foi concluída com a leitura solene de um texto em homenagem ao poeta e pensador antilhano Aimé Césaire, recentemente falecido, pela sua relevante contribuição para a igualdade e solidariedade entre todos os povos.

Ao término dos trabalhos, o Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias, propôs que a próxima reunião dos TEL tivesse lugar em Madrid, em 2009, o que foi consensualmente aceite pelos presentes.

COMPOSIÇÃO DAS DELEGAÇÕES

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

- » Embaixador Luís Fonseca, Secretário Executivo da CPLP;
- » Dr. Helder Vaz Lopes, Director-Geral;
- » Prof. Maria Amélia Mingas, Directora Executiva do IILP;
- » Dra. Ana Maria Neto, Chefe de Gabinete do SE;
- » Dr. Helder Lucas, Conselheiro Político-Diplomático;
- » Dr. Paulo Palm, Conselheiro;
- » Dr. Márcio Gomes, Conselheiro Cultural;
- » Dra. Elda Alvarez, Conselheira Cultural da Missão do Brasil junto da CPLP;

Organização Internacional da Francofonia (OIF)

- » S.E. Senhor Abou Diouf, Secretário-Geral;
- » Sr. René Leduc, Conselheiro;
- » Sr. Frédéric Bouilleux, Director da Língua Francesa, da Diversidade Cultural e Linguística;
- » Mme. Francine Bolduc, Secretária Particular;
- » Guy Viard, Oficial de Segurança;

Secretariado-Geral Iberoamericano (SEGIB)

- » Sr. Enrique Iglesias, Secretário-Geral;
- » Sr. Fernando Garcia Casas, Director do Gabinete;
- » Sr. Rui Baceira, Director de Planificação;

Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI)

» Sr. Fernando Vicario, Director da Cultura, em representação do Sr. Alvaro Marchesi Ullastres, Secretário-Geral;

União Latina

» Embaixador Bernardino Osio, Secretário-Geral;

» Sr. François Zumbiehl, Director da Cultura e da Comunicação;

» Senhora Dolores Alvarez, Directora a.i. da Promoção e do Ensino das Línguas;

» Sr. Daniel Prado, Director da Terminologia e das Indústrias da Língua;

» Dra. Maria Renée Gomes, Directora da Delegação da União Latina em Portugal;

Observadores :

Organização Árabe para a Educação, Cultura e Ciência (ALECSO)

» Sr. Mongi Bousnina, Director-Geral;

Reitorado da Agência Universitária da Francofonia – AUF

» Sr. Patrick Chardenet, representante do Reitor da AUF;

Associação das Universidades da Língua Portuguesa– AULP

» Prof. Doutora Cristina Montalvão Sarmento, Secretária-Geral

A diversidade cultural e linguística é uma das riquezas fundamentais do património da Humanidade



ASSOCIAÇÕES E UNIÕES

A construção da Comunidade tem dado passos substanciais. Mas, esta edificação não se reduz apenas à cooperação técnica em todos os domínios do aparelho dos Estados-membros. Mais de uma centena de associações da Sociedade Civil e outras organizações foram constituída e actua sobre o “chapéu” da CPLP. Enumeramos, somente, algumas:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa
Associação de Medicina Geral e Familiar da CPLP “Saúde em Português”

Associação de Medicina Dentária Lusófona

Associação de Magistrados de Língua Portuguesa

Associação dos Médicos dos Países de Língua Portuguesa

Associação de Economistas de Língua Portuguesa, AELP

Agência CRIA-Agência dos Países de Língua Portuguesa e do Território de Macau para o Clima e Respectivas

Implicações Ambientais

Actores Lusófonos

Biólogos da CPLP

Câmara Agrícola Lusófona – CAL

Comité Sindical da Energia dos Países de Língua Portuguesa – CSEPLP

Congressos Internacionais de Jornalistas de Língua Portuguesa

Congressos da Associação de Farmacêuticos de Língua Portuguesa – AFPLP

Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa

Comissão para o Desenvolvimento das Associações de Cegos dos Países de Língua Portuguesa (CDAC)

Congressos de Ciências da Comunicação da CPLP

Escritores e Editores de Língua Portuguesa

Encontros Lusófonos de Estudantes do Ensino Superior

Federação dos Veterinários Lusófonos

Federação das Associações Cívicas do Espaço Lusófono
FACEL

Fórum da Juventude da CPLP

Fórum das Mulheres da CPLP

Fórum das Organizações dos Deficientes da CPLP

Fórum Empresarial da CPLP
Fórum das Mulheres Empresárias da CPLP
Jovens Agricultores Lusófonos
Liga dos Estudantes do Ensino Superior-LEUPLOP
Ordens e Associações de Engenheiros da CPLP
Organização dos Chefes de Polícia da CPLP
Rede de Organizações sobre Alterações Climáticas da
CPLP
União de Advogados de Língua Portuguesa
União dos Bombeiros de Língua Portuguesa

Os projectos desenvolvidos pela Reunião dos pontos focais de Cooperação garantem, cada vez mais, relevo.



I SEMANA CULTURAL DA CPLP

Por iniciativa da Guiné-Bissau, que assume a Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no biénio compreendido entre a VI e a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizou-se a “1ª Semana Cultural da CPLP”, de 3 a 11 de Maio de 2008, em Lisboa.

Esta primeira edição da “Semana Cultural da CPLP” contou com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, da Câmara Municipal de Lisboa e da RTP África e com os patrocínios da SAG e Unidos. Neste evento, organizaram-se “espaços de reflexão sobre metas e temas específicos da agenda comum”, designadamente, através da realização de fóruns envolvendo intelectuais, artistas e outras personalidades de referência do espaço da CPLP.

A sessão inaugural da “Semana Cultural da CPLP” teve lugar nos claustros do Ministério das Finanças de Portugal, contou com a presença do Representante Permanente da Guiné Bissau junto à CPLP, Embaixador Apolinário Mendes de Carvalho, do Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, do Ministro da Cultura de Portugal, José António Pinto Ribeiro, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, entre uma centena de convidados ligados ao sector da Cultura do Espaço da CPLP.

Após a cerimónia Solene, iniciou-se uma visita à Mostra de Arte, coordenada por Lívio de Moraes, que reuniu obras de autores oriundos dos oito Estados-membros da CPLP, entre as quais peças de tapeçaria, escultura e pintura.

Para além de actividades culturais, tais como concertos musicais, mostras de arte e lançamentos de livros deu-se o pontapé de saída para um novo torneio de futebol: o Torneio “Aparecido de Oliveira”.

Destacaram-se, ainda, o debate sobre os Objectivos da CPLP “CPLP e a Lusofonia, de conceito multicultural e vector portador de futuro”, realizado em parceria com o Circula de Reflexão Lusófono, na Universidade Católica Portuguesa, e o Fórum da Lusofonia, no Fórum Lisboa.





1



2



3



4



5

- 1- Festival Multicultural, Praça do Comércio
- 2- Troféu José Aparecido de Oliveira
- 3- Mostra de Arte Galeria das Finanças - SE CPLP, DG CPLP, Lívio de Moraes e os artistas
- 4 e 5- Actividades de Observadores Consultivos da CPLP na Praça do Comércio



1



2



3

- 1- Fórum dos Artistas
- 2- Embaixador da Guiné-Bissau junto à CPLP, Apolinário Mendes de Carvalho, na sessão de abertura.
- 3- Jornadas Musicais Praça do Comércio
- 4- Debate sobre os Objectivos da CPLP "CPLP e a Lusofonia, de conceito multicultural e vector portador de futuro"



4



Colonial Docas - Rua Cintura Exterior do Porto de Lisboa Ed. 66 Doca de Santos 1200-109 Lisboa

Luximar - Colonial Angola - Bairro do Morrobento S/N Luanda - Angola - luximar@colonialdocas.com

www.colonialdocas.com

ACORDOS E PROTOCOLOS DA CPLP

A vitalidade e o dinamismo da Comunidade reflecte-se, também, nos diversos Acordos, Convénios e Protocolos que têm vindo a ser assinados nos últimos anos. Actualmente, este estreitar de laços entre a CPLP e diversas entidades intra-comunitárias e internacionais dota a Organização de novas ferramentas para alcançar os seus objectivos.

Os documentos encontram-se separados em três grupos, diferenciados pela natureza dos signatários. Assim:

1. Acordos Intra CPLP (os signatários são os Estados membros);
2. Acordos entre a CPLP e entidades da Sociedade Civil;
3. Acordos entre a CPLP e outras Organizações Internacionais.

1. ACORDOS INTRA CPLP

- » Declaração Constitutiva da CPLP
- » Estatutos da CPLP
- » Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da CPLP para Redução da Demanda, Prevenção de Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas
- » Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- » Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre os Estados de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infracções Aduaneiras
- » Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre os Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas
- » Acordo sobre o estabelecimento da Sede da CPLP em Portugal
- » Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da CPLP
- » Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP
- » Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
- » Acordo sobre a Supressão de Vistos e Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Países-Membros da CPLP



Fotografias: CPLP

- » Revisão dos Estatutos do IILP
- » Estatuto do Centro de Análise Estratégica
- » Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas
- » Acordo sobre o estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração
- » Acordo sobre o estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP



- » Acordo sobre a concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP
- » Acordo sobre a Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP
- » Acordo de Cooperação entre Estados-membros da CPLP sobre o Combate ao HIV/SIDA
- » Resolução de Revisão dos Estatutos da CPLP
- » Estatuto do Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- » Acordo de Cooperação entre os Estados-membros sobre o Combate à Malária/Paludismo
- » Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
- » Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados-membros da CPLP
- » Convenção sobre Auxílio Judiciário em matéria Penal entre os Estados Membros da CPLP
- » Convenção sobre Extradução entre os Estados-membros da CPLP
- » Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Administração Pública
- » Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial
- » Acordo de Cooperação entre os Estados-membros da CPLP nos domínios Cinematográfico e Audiovisual
- » Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa
- » Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais de Estados-membros da CPLP
- » Resolução sobre o Estabelecimento da Assembleia Parlamentar da CPLP (Revisão dos Estatutos da CPLP)
- » Protocolo de Cooperação entre os Países de Língua Portuguesa no domínio da Segurança Pública

2. ACORDOS ENTRE A CPLP E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

- » Acordo de Cooperação com o Instituto Camões
- » Acordo de Cooperação com a Fundação BIAL
- » Acordo de Cooperação com o Fórum da Lusófonoia

- » Protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa e a Biblioteca Museu República e Resistência
- » Protocolo de Cooperação com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e Fundação Roberto Marinho
- » Protocolo com a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento
- » Carta de Intenções de Instituto Camões e Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, sob o Alto Patrocínio da CPLP
- » Protocolo com a Ordem dos Médicos Dentistas de Portugal e o Conselho Federal de Odontologia do Brasil
- » Acordo de Cooperação com o Instituto de Investigação Científica e Tropical - IICT
- » Protocolo de Cooperação com a Rádio Renascença
- » Protocolo de Colaboração com a MPCCI - Marketing, Publicidade e Comunicação na Internet, Lda.
- » Protocolo de Cooperação com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- » Protocolo de Cooperação com a Escola Superior de Educação da Guarda
- » Protocolo de Cooperação Cultural entre a MUNICIPALIA e o Secretariado Executivo da CPLP
- » Protocolo Geral de Cooperação Académica, Científica e Cultural entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e o Secretariado Executivo da CPLP
- » Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)

3. ACORDOS ENTRE A CPLP E OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

- » Acordo de Cooperação com a Organização Internacional das Migrações - OIM
- » Acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO
- » Programa de Cooperação com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD

- » Complemento adicional ao Programa de Cooperação CPLP/ UNCTAD, com a participação do SEBRAE RS
- » Protocolo de Cooperação com a Associação das Universidades da Língua Portuguesa - AULP
- » Acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO





Fotografias: CPLP, Agência Lusa

- » Acordo com a União Latina
- » Termos da Colaboração da CPLP, como Centro Colaborador do Programa da Nações Unidas contra o HIV/ SIDA - UNAIDS
- » Convénio Operacional CPLP/UNCTAD/Empretec
- » Acordo de Cooperação Base com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI
- » Convénio com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura
- » Protocolo de Cooperação com a Open City International Foundation - FOCA
- » Memorandum de Entendimento com a Organização Internacional do Trabalho - OIT
- » Resolução de Cooperação entre a CPLP e a Organização das Nações Unidas
- » Protocolo de Cooperação com a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
- » União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas
- » Protocolo de Cooperação com a Organização Internacional do Trabalho - OIT
- » Resolução de Atribuição do Estatuto de Observador à CPLP na Assembleia-Geral das Nações Unidas
- » Acordo de Cooperação com a União Económica e Monetária da África Ocidental - UEMAO
- » Acordo sobre o Programa de Cooperação Técnica com a FAO (Propriedade, Ordenamento e aspectos legais)
- » Acordo com o Alto Comissariado da Nações Unidas para os Direitos do Homem – ACNUDH
- » Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia e a CPLP
- » Acordo de Cooperação entre o Secretariado da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação em Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação, particularmente em África e o Secretariado Executivo da CPLP
- » Acordo de Cooperação entre a CPLP e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) sobre Desenvolvimento Rural
- » Acordo de Cooperação entre o Secretariado Executivo da CPLP e a Unidade Portuguesa da Rádio Nações Unidas

PRIMEIRA DÉCADA DE HISTÓRIA

BREVE CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA CPLP

1996

17 de Julho - I Cimeira de Chefes de Estado e do Governo da CPLP, em Lisboa (Portugal).

Foi acordada a criação da CPLP pelos representantes dos sete Estados-membros fundadores: Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

O ex-Primeiro-ministro de Angola, Marcolino José Moco e o escritor/político são-tomense, Rafael Branco, são eleitos Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto, respectivamente.

26 de Outubro

- O Conselho de Ministros da CPLP reúne-se em sessão extraordinária na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, à margem da Assembleia Geral da ONU. Os Sete acordam apoiar a candidatura de Portugal a um lugar de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, eleição conseguida.



7-11 de Novembro

O Secretário Executivo da CPLP, Marcolino Moco, assiste como convidado à VI Cimeira Ibero Americana que se realiza em Viña del Mar, Chile, do qual o Brasil e Portugal são membros fundadores. A partir dessa data, a CPLP foi sempre convidada.



1996 - Cimeira
Constitutiva da CPLP

1997

31 de Janeiro - Empresários reunidos em Lisboa ficam a conhecer as formas de acesso a financiamentos para a cooperação empresarial no espaço da CPLP.

14-15 de Abril - Na Cidade da Praia (Cabo Verde) realiza-se o Encontro de Autarcas de Língua Portuguesa.

21-25 de Abril - Decorre em Lisboa o III Congresso Internacional de Jornalistas de Língua Portuguesa.

25 de Abril - Termina em Coimbra um Colóquio Internacional sobre Problemas Jurídicos da CPLP.

27 de Abril a 1 de Maio - Reúne-se na Cidade da Praia (Cabo Verde) a II Conferencia da Juventude da CPLP.

17-18 de Julho - O Conselho de Ministros da CPLP decorre lugar em São Salvador da Bahia, Brasil. O Brasil assume a presidência desse órgão.

24 de Outubro - A CPLP apresenta-se nas Nações Unidas. O Secretário Executivo, Marcolino Moco, discursa na Assembleia-Geral da ONU.

1998

5-7 de Março - As Federações de Futebol da CPLP reúnem-se em Lisboa para organizar a Taça da CPLP.

20-21 de Março - Reunião em Lisboa dos líderes parlamentares da CPLP.

20-23 de Abril - Decorre em Macau a oitava reunião das Universidades lusófonas. Fundação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

17 de Julho: II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, Cidade da Praia, Cabo Verde.

A Cimeira, centrada nas questões da Educação, aprova uma resolução para “encorajar a elaboração de princípios de orientação pedagógica que acompanhem os programas das disciplinas de História e Literatura” nos Estados-membros. Afirma que o conhecimento do uso da língua e a percepção dos passados diversos e comuns será uma garantia de melhor compreensão entre os cidadãos dos países da CPLP. Numa declaração autónoma, os participantes consideram a Educação um “factor essencial” para atenuar as desigualdades existentes dentro de cada Estado-membro. Os líderes se “responsabilizam por garantir oportunidades de educação continuada às suas populações, estimulando o desenvolvimento individual e colectivo”.

1998 - II CCEG,
na Praia, Cabo
Verde, centrada
na Educação

26 de Setembro -A Exposição Mundial de Lisboa dedica um dia à CPLP, com dois espectáculos. Os países da CPLP dispõem de espaços próprios no recinto do Parque das Nações, onde apresentam as suas realizações nos mais variados sectores de actividade e de produção cultural.

16 de Dezembro - O Secretário Executivo, Marcolino Moco, organiza uma sessão de homenagem a José Saramago, em Azinhaga, terra onde nasceu o escritor português laureado com o Prémio Nobel de Literatura de 1998. Saramago é o primeiro escritor lusófono galardoado pela Academia Sueca.

1999

9-11 de Fevereiro - Os directores dos Serviços de Migrações e Fronteiras reúnem-se em Luanda para a avaliação dos fluxos migratórios no espaço da CPLP e dos problemas correlativos.

8-10 de Março - As Associações de Magistrados dos países de Língua Portuguesa reúnem-se em Maputo e aprovam programas de cooperação.



17 de Julho - Termina em Luanda a I Assembleia Geral do Fórum da Juventude da CPLP.

25 de Agosto - Parte para Timor-Leste uma missão de observadores da CPLP para assistir ao Referendo sobre a Independência, organizado pelas Nações Unidas.



2000 - III CCEG, em Maputo, Moçambique, com o tema "Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização"

2000

19-21 de Junho - Escritores e editores da CPLP reúnem-se em Brasília e pedem a redução de taxas alfandegárias para os livros no espaço da CPLP.

17-18 de Julho -III Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, Moçambique.

O seu lema é "Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização". O líder da Resistência timorense, Xanana Gusmão, assiste como Observador Convidado.

A Cimeira salienta que “as transformações em curso na economia mundial, como consequência da globalização, estimulam os países a estreitar os seus vínculos num exercício de cooperação com vantagens mútuas”. A globalização é encarada como “um desafio para os Estados-membros nos seus esforços para estender os frutos do desenvolvimento a todas as camadas sociais, bem como para ampliar e aprofundar as democracias” respectivas.

Os líderes observam que os desafios da globalização reclamam instrumentos de cooperação a diversos níveis, com iniciativas económicas, sociais e culturais “com o fim principal da erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável”. Comprometeram-se a desenvolver mecanismos com vista a “integrar os imigrantes na ordem social e política” dos respectivos Estados e defenderam a necessidade de “aprofundar a concertação político-diplomática nos domínios da paz, direitos humanos, ajuda ao desenvolvimento, comércio internacional e justiça social”.

Os diplomatas Dulce Maria Pereira, proposta pelo Brasil, e Zeferino Martins, por Moçambique, são eleitos Secretária Executiva e Secretário Executivo Adjunto, respectivamente.

6-8 de Setembro -A Secretária Executiva da CPLP participa como observadora na Cimeira do Milénio, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, durante a qual foi aprovado o ambicioso programa conhecido como “ Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”.

17-18 Novembro - Segunda Conferência Sindical da CPLP, em Maputo.

2001

10-11 de Janeiro - Os presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da CPLP reúnem-se em Lisboa para debaterem o conceito de “Cidadania lusófona”.

25-26 de Janeiro -Primeira reunião, em Lisboa, do Grupo de Trabalho sobre “Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP”.



20 de Março - I reunião dos Secretários-Gerais e Executivos dos Três Espaços Linguísticos, em Paris.

29-30 de Março - Decorre em Brasília o III Fórum dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP.

17-18 de Abril - Realiza-se, em Leiria, o I Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.

23 de Agosto - 10 de Setembro - Missão de Observadores da CPLP acompanha as primeiras eleições em Timor-Leste.

2002 - IV CCEG, em Brasília, Brasil. Timor-Leste integra a CPLP.

2002

7 de Fevereiro - Reúnem-se em Madrid especialistas de Três Espaços Linguísticos (3EL) – Lusofonia, Francofonia e Hispanofonia.

20 de Maio - Independência de Timor-Leste.

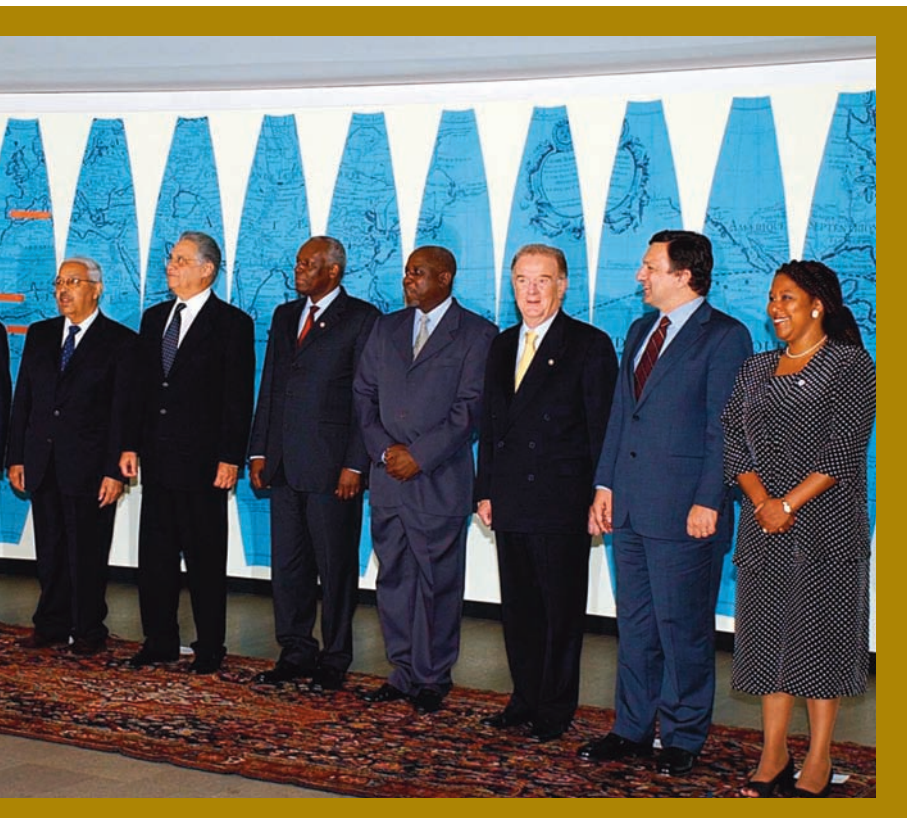
27-28 de Junho - Decorre em Lisboa o I Fórum Empresarial da CPLP.

31 de Julho -1 de Agosto - IV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, Brasil.

No plano político, é a cimeira da Paz: pela primeira vez não há mais guerra no espaço da CPLP e Timor-Leste, independente, junta-se aos sete fundadores como oitavo

Estado-membro da Comunidade.

A Cimeira realçou a importância da realização do I Fórum Empresarial da CPLP e do desenvolvimento das relações



empresariais e da implicação da Sociedade Civil na consolidação da Comunidade.

O combate ao flagelo da SIDA e outras doenças epidémicas adquire crescente importância nas preocupações dos líderes que aprovaram o Programa de Luta contra a Sida elaborado pela CPLP após a Cimeira de Maputo.

O Brasil designa o embaixador João Augusto de Médicis para substituir Dulce Pereira no cargo de Secretário Executivo. O moçambicano Zeferino Martins é reeleito Secretário Executivo Adjunto.

20 de Novembro - É aprovado, na Cidade da Praia, o Estatuto do Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa, como Organização de Concertação e de Cooperação Interparlamentar na CPLP.

2003

10-11 de Junho - Decorre em Brasília o II Fórum Empresarial da CPLP para preparar a Assembleia Constituinte do Conselho Empresarial da CPLP.

18 de Julho - O Conselho de Ministros da CPLP, reunido perto de Coimbra (Portugal) discute a criação do Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e a cooperação na área do governo electrónico.

A reunião é ensombrada por uma tentativa de golpe de estado em São Tomé e Príncipe. É decidido o envio de uma missão de mediação da CPLP para São Tomé.

28 de Novembro - Inauguração em Maputo (Moçambique) do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP para assuntos de Defesa.

5 de Dezembro - Os ministros de Ciência e Tecnologia da CPLP, reunidos no Rio de Janeiro, anunciam a possibilidade de investigadores dos países da comunidade participarem nos programas da Agência Espacial Europeia.



Fotografias: Agência Lusa

2004

10 de Março - A CPLP assina em Lisboa uma parceria com o Instituto Português de Investigação Científica e Tropical.

14 de Abril - Morre subitamente, em Roma, o Secretário Executivo João Augusto de Medicis. O Secretário Executivo Adjunto, Zeferino Martins, assume o cargo interinamente até a próxima cimeira.

31 de Maio - Criação em Maputo (Moçambique) de dois centros de formação de quadros ao nível da Excelência Empresarial e da Administração Pública, a serem sediados em Luanda e Maputo, respectivamente.

2004 - V CCEG, em São Tomé, São Tomé e Príncipe, dedicada à "Sociedade da Informação".

4 de Junho - É criado, em Lisboa, o Conselho Empresarial da CPLP.



26-27 de Julho - V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, São Tomé e Príncipe. O seu lema é a Sociedade da Informação. Na Declaração Final, os líderes declaram o seu “interesse em promover um exercício renovado da Democracia por meio das Tecnologias de Informação e das comunicações, criando novos canais de diálogo entre a sociedade e o Estado e ampliando e aprimorando a prestação de Serviços Públicos por via electrónica” Os meios postos pelo Brasil e por Portugal à disposição da organização da Cimeira, num pequeno e pobre país insular como São Tomé, são um exemplo e um incentivo.

Os Chefes de Estado e de Governo manifestam a convicção de que “os Governos dos países da CPLP podem e devem beneficiar-se amplamente de aplicações e soluções de Tecnologias de Informação e das Comunicações, voltadas para tornar mais moderna, eficiente e transparente a Administração Pública”.

A cimeira entende que “a capacitação digital deve permitir a cada cidadão e cidadã participar plenamente na Sociedade da Informação, não apenas como utilizador das novas tecnologias mas também como agente de desenvolvimento e produtor de conteúdos”. Por isso, a Cimeira manifestou a sua “preocupação com a necessidade de uma governação multilateral, transparente e democrática da Internet, que leve em conta os interesses dos Governos, da Sociedade Civil e demais actores interessados, e garanta o respeito pela diversidade geográfica, cultural e linguística”.

O presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, assistiu à V Cimeira como convidado do Chefe de Estado são-tomense, Fradique de Menezes.

O embaixador Luís de Matos Monteiro da Fonseca, de Cabo Verde, e o embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares, de Portugal, foram eleitos, respectivamente, Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto.

1 de Setembro - IX Encontro dos Governadores dos Bancos Centrais da CPLP, em São Tomé e Príncipe.

1 de Dezembro - Arranque de uma campanha televisiva de prevenção da Sida em todos os países da CPLP, com mensagens dos Chefes de Estado gravadas à margem da V Cimeira.

2005

11 de Janeiro - Assinatura em Lisboa do acordo com vista à constituição da Associação dos Portos de Língua Portuguesa.

19 de Janeiro - Os ministros das Pescas da CPLP discutem, na Cidade da Praia, um Código de Conduta para o sector.

28 de Janeiro -

O IV Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa adopta uma política de promoção do idioma nos *fora* regionais e internacionais.

20 de Julho de 2005 - O X Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores reforça a concertação politico-diplomática institucionalizando os Grupos CPLP.

29 de Setembro - Os ministros da Cultura da CPLP assinam em Luanda (Angola) um acordo de cooperação cinematográfica e audiovisual.

29 de Setembro - Os ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais decidem, em São Tomé, reforçar a protecção dos Trabalhadores migrantes mediante convénios bilaterais.

14 de Dezembro - Portugal cria portas especiais de entrada nos seus aeroportos para os cidadãos de países da CPLP.

2006

10 de Março - A CPLP e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação assinam em Brasília um acordo inovador de cooperação para a gestão da terra.

28 de Abril - Os Chefes de Estado-Maior dos países da CPLP reunidos em Bissau (Guiné-Bissau) manifestam a sua preocupação pela degradação da segurança em África e no Médio Oriente.

13 de Maio - A Conferência sobre o Combate à Exploração do Trabalho Infantil na CPLP compromete-se a criar estratégias e programas para eliminar as piores formas de exploração das crianças até 2016.

18 de Junho - Na IVª Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre Timor-Leste, foi decidido enviar uma Missão ministerial a Timor-Leste, com o objectivo de, com as autoridades locais, avaliar a situação e estudar as formas de apoio que a Organização poderá conceder a Timor-Leste para ultrapassar a crise de então.

17 de Julho - VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau (Guiné-Bissau).

Os Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, e Secretário Executivo Adjunto, embaixador Tadeu Soares, são reconduzidos nos cargos, por unanimidade. Na Cimeira de Bissau, os Estados-membros aprovaram uma declaração específica sobre o tema da Conferência, “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: desafios e contribuição da CPLP”, e consideraram que para atingirem os objectivos inseridos na Declaração do Milénio, os Estados-membros da CPLP deverão prosseguir esforços para o reforço dos laços



que mantêm entre si. Para além da erradicação da fome e da pobreza ou, pelo menos, da sua redução para metade até 2015, os Oito comprometeram-se a desenvolver esforços e mobilizar recursos, internos e externos, para a concretização dos outros objectivos inscritos na Declaração do Milénio: universalizar o ensino básico; promover a igualdade de Género e a capacitação das mulheres; melhorar o acesso à saúde reprodutiva e reduzir drasticamente a mortalidade materna e infantil; combater o HIV/SIDA, a Malária, a Tuberculose e outras doenças infecciosas endémicas; assegurar a sustentabilidade do Meio Ambiente; e trabalhar para que esses objectivos sejam alcançados através de uma parceria global para o desenvolvimento.

VI CCEG, em Bissau, Guiné-Bissau, dedicada aos "Objectivos de Desenvolvimento de Milénio.

Assinalam-se 10 anos desde a Fundação da CPLP.





Director Geral CPLP
Hélder Vaz Lopes

CPLP - UMA VISÃO DE FUTURO

Doze anos representam muito pouco tempo na vida de uma instituição. Por isso a CPLP é ainda um projecto em construção. O percurso que hoje fazemos é aquele que vai da implantação das fundações à construção, à edificação. Os primeiros dez anos de existência da organização foram consagrados ao lançamento e à consolidação dos alicerces políticos desta comunidade. Porém, o mandato do actual Secretário-Executivo significou um tempo de viragem não só na estabilização da instituição, como também na reforma necessária para se poder dar um novo e decisivo impulso à cooperação entre os Estados Membros no seio da CPLP.

UMA VISÃO DE FUTURO

Decorrente da Declaração Constitutiva e das orientações gerais expressas pela Conferencia de Chefes de Estado e de Governo, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente ao longo dos últimos 12 anos, diremos que numa Visão de Futuro a CPLP deve ser um fórum privilegiado de concertação política entre os Estados que a constituem, mas também um instrumento útil a esses Estados na promoção das suas políticas de desenvolvimento, convertendo-se igualmente num espaço de mais ampla circulação dos cidadãos e de interacção entre os actores da sociedade civil e entre os agentes económicos, sendo percebido por estes e pelos cidadãos dos Estados Membros como uma vantagem acrescida para a realização dos seus objectivos, dos seus valores e seus fins.

POR UMA MAIS AMPLA COOPERAÇÃO

A CPLP terá tanto mais reconhecimento interno e prestígio externo, quanto maior for a sua utilidade para os Estados

Membros. Porém, inversamente, para que a CPLP possa vir a desempenhar um papel de relevo no apoio ao desenvolvimento dos Estados Membros, especialmente dos mais carenciados, será importante o reconhecimento internacional da Organização, a fim de que a CPLP possa, no conjunto dos seus órgãos e estruturas que a circundam, vir a constituir-se em parceiro importante das organizações multilaterais de apoio ao desenvolvimento, nomeadamente das agências da Nações Unidas, dos grandes doadores, dos doadores emergentes e das instituições multilaterais de financiamento, obtendo destes o necessário reconhecimento para que possa conquistar um espaço de acção, a par de outros parceiros importantes dos Estados Membros, na implementação das respectivas Estratégias Nacionais de Redução da Pobreza.

É meu modesto entendimento que para que os esforços de cooperação intra-CPLP sejam bem sucedidos, é necessário um substancial aumento do volume da cooperação multilateral intracomunitária, mas será também importante que a CPLP esteja alinhada com o quadro dos objectivos de desenvolvimento de cada Estado Membro e que se integre no “esforço multilateral orientado para a acção global e assente na construção e promoção de parcerias internacionais” para o combate à pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável.

Assim, deverá a CPLP identificar as áreas nas quais a acção conjunta dos seus membros poderá aportar mais-valias no apoio à implementação das Estratégias Nacionais de Redução da Pobreza dos seus Estados Membros. O reforço dessa acção conjunta poderá traduzir-se em maior investimento em acções comuns de cooperação ao nível multilateral, traduzindo-se na concretização dos seguintes objectivos da Comunidade e dos seus Estados Membros: a) Promoção da Paz e da Segurança; b) Reforço da Governação e das Instituições democráticas; c) Expansão do Conhecimento, Promoção e Melhoria da Formação e Expansão das Oportunidades Digitais; d) Reforço do papel da Língua Portuguesa como instrumento de promoção da coesão nacional, de acesso ao conhecimento e de desenvolvimento; e) Reforço, promoção e preservação

do património cultural comum; f) Melhoria das condições de Saúde e Combate ao HIV/SIDA, ao Paludismo, à Tuberculose, à Poliomielite e a outras doenças da pobreza; g) Reforço das condições para o aumento da Produtividade da Agricultura; h) Luta Contra as Mudanças Climáticas e Protecção da Biodiversidade; i) Melhoria do Fornecimento e da Gestão de Água e do Saneamento; j) Reforço das condições para a expansão do Comércio intracomunitário, do Investimento, e do Crescimento Económico e do Desenvolvimento Sustentável dos Estados Membros.

Ora, o alargamento do papel da CPLP nos processos de desenvolvimento dos seus Estados membros requer o reconhecimento, por estes e pelas instituições multilaterais, da mais-valia da CPLP como agente de desenvolvimento e também o substancial reforço de recursos financeiros disponíveis para a cooperação intracomunitária. Por isso, de entre as inúmeras realizações relevantes do Secretariado-executivo, sob a sábia orientação do Sr. Embaixador Luís Fonseca, que, infelizmente, por imperativos Estatutários, cessa agora funções, permito-me relevar o crescente reconhecimento internacional da CPLP e consequente reforço do seu prestígio que permitiu a negociação e conclusão de importantes parcerias com a Comissão Europeia e agências da ONU, tais como a FAO, FIDA, OIT, etc.

Por outro lado, as forças vivas dos Estados Membros, os cidadãos e as organizações da Sociedade Civil revelam uma profunda ansiedade e vontade de participação no processo de construção/consolidação da comunidade que é a CPLP. Parece-nos demasiado evidente que estas organizações de cidadãos poderão ser importantes agentes da cooperação intracomunitária. Sendo a CPLP uma comunidade alicerçada numa língua e mundividências comuns e alimentada por afectos, existem condições objectivas para que a CPLP seja, na sua essência material, uma vasta interconexão de “redes” de boas vontades colocadas ao serviço dos Povos dos Estados Membros, portadoras e geradoras de um extraordinário número e volume de “inputs” que poderão contribuir significativamente para a aceleração do crescimento dos Países da CPLP e para a afirmação da importância da cooperação entre estes.

À medida que eu me fui familiarizando com as condições concretas da cooperação intra-CPLP, maior se tornou o meu convencimento da importância e da necessidade da “cooperação em rede”, através da articulação de todas as capacidades e valências de todos os actores públicos e privados dos nossos Estados Membros, potenciando as sinergias existentes, com vista a dar dimensão e significado à cooperação intracomunitária.

Estou, assim, convicto de que promovendo-se a “articulação em rede” de todas as boas vontades existentes (redes de ONGs, Fundações, Associações, Municípios e outros Governos Locais, redes profissionais, redes de escolas e universidades, de institutos de pesquisa e investigação, etc.) poder-se-á criar uma vasta manancial de recursos humanos, materiais, financeiros e também de recursos em inovação, assegurando-se, assim um substancial reforço do potencial de cooperação intracomunitária, que poderá traduzir-se num significativo acréscimo do volume e da qualidade da cooperação intra-CPLP, útil a todos os Estados Membros e complementar aos esforços de cooperação internacional.

Deste modo, edificando uma CPLP que seja útil aos esforços de desenvolvimento dos Estados Membros asseguraremos o futuro da Organização e o contínuo aprofundamento dos laços de fraternidade que unem os nossos povos.

POR UMA MAIS AMPLA CIDADANIA

É lugar comum dizer-se que a opinião pública dos países membros da CPLP não se revê na CPLP enquanto comunidade devido essencialmente às barreiras à livre circulação das pessoas ainda existentes no interior do espaço CPLP.

Ora, a progressiva eliminação das barreiras à circulação de pessoas é um importante factor de integração dos nossos povos, de reforço do sentimento de pertença e de concretização da comunidade. De facto torna-se urgente que os Acordos de Brasília ganhem tradução efectiva na ordem interna dos Estados Membros e que sejam criados os mecanismos práticos

que facilitem a sua aplicação. Cumprir-se-iam, assim, parte das expectativas criadas pelos cidadãos em relação à CPLP, tornando mais tangíveis os benefícios reais de pertença à comunidade de língua portuguesa.

Para além desta 1ª geração de acordos de cidadania, a criação de condições efectivas que permitam a materialização do “Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes dos Estados da CPLP” representará um significativo passo em frente na concretização de medidas que facilitem a cidadania e a circulação de um segmento importante da comunidade que são os estudantes.

Finalmente, a adopção pelos Estados Membros de um “Estatuto do Cidadão da CPLP” poderá dar lugar a uma segunda geração de instrumentos de exercício de cidadania-CPLP, mais efectivos e mais tangíveis, correspondendo finalmente às expectativas dos cidadãos dos nossos países, quer quanto à circulação de pessoas, quer no que concerne à concessão recíproca de direitos sociais, económicos, culturais e políticos. De futuro, estou em crer que o Secretariado-executivo assumirá as questões relativas à Cidadania como um dos seus desafios maiores, e trabalhará afincadamente, em articulação com o “Grupo de Trabalho Alargado sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP”, com vista a acelerar a implementação dos Acordos e das orientações dos Estados Membros nesta matéria.

Acresce, por outro lado, que a eventual criação de um espaço autónomo de cooperação entre os municípios e outros governos locais dos países da CPLP poderá reforçar a interacção entre as comunidades de base, acelerar a integração e ajudar a aproximar esta comunidade em construção dos cidadãos dos nossos países.

POR UM MERCADO MAIS AMPLO

Ao longo dos anos os Estados Membros vêm manifestando a intenção de “desenvolver uma dimensão económica e de cooperação empresarial no espaço da CPLP”. Com efeito, a par dos pilares da concertação Político-Diplomático, da cooperação em todos os domínios e da promoção e difusão da língua portuguesa, a urgência de definição do espaço da cooperação económica e empresarial no seio da CPLP assume hoje uma particular relevância.

A CPLP será mais atractiva para os cidadãos e para as empresas na medida em que for capaz de desenvolver mecanismos de cooperação, de complementaridade e de integração entre as economias dos Estados Membros.

Porém, em virtude da descontinuidade dos territórios que a compõem e também em consequência das normas da OMC e das regras dos mercados regionais nos quais estão inseridos diversos Estados Membros da CPLP, esta tem enfrentado alguma dificuldade em definir o âmbito e as modalidades de cooperação económica entre os seus membros. Tradicionalmente tem-se procurado no incremento do comércio a via para a criação de um “mercado da CPLP”. A cooperação económica, contudo, deve e pode ir para além do comércio, encontrando novas fórmulas para o desenvolvimento de “novos nichos” de mercado, contemplando “produtos” que vão do conhecimento/capacitação ao investimento em capital, passando pela transacção de bens e serviços.

Urge, pois, promover o diálogo sobre esta matéria entre os EM, a fim de que progressivamente seja possível CONSTRUIR o modelo de cooperação económica e empresarial que se ajusta às realidades e compromissos dos países da CPLP.

Não se nos afigura tarefa fácil a moldura desse singular quadro de integração económica nem a definição dos instrumentos legais, fiscais e outros que, conjugados com o presumível catálogo de direitos económicos a consagrar no “Estatuto do Cidadão da CPLP”, possam ajudar a promover o investimento e a integração de segmentos/fileiras das economias dos Estados Membros, no respeito pelos respectivos compromissos no âmbito regional. Contudo, ao fazê-lo a CPLP representará uma oportunidade acrescida para os seus membros e estará a contribuir para uma mais rápida e mais vasta internacionalização das economias dos Estados Membros, realizando a nossa ambição de construir a comunidade.

Hélder Vaz Lopes

A FUNDAÇÃO

Foi José Aparecido de Oliveira, ministro da Cultura do Governo do Presidente José Sarney, que relançou junto dos dirigentes do regime brasileiro o interesse pela criação de uma comunidade de países de língua portuguesa.

Os obstáculos eram muitos. O Brasil, recém-saído da ditadura, estava a braços com uma gravíssima crise política, social e económica. Os novos países africanos independentes tinham optado por regimes de partidos únicos de inspiração marxista e estavam, mais ou menos, dependentes dos países comunistas do Leste europeu e da China; Angola e Moçambique eram palcos de guerras enquadradas na lógica da Guerra-fria e Portugal estava voltado para o êxito da integração europeia que via como garante da sua estabilidade democrática e de desenvolvimento e que culminaria com a adesão as Comunidades Europeias em 1986. Contudo Sarney, chegado ao poder por morte de Tancredo Neves antes da sua tomada de posse e acusado de “falta de legitimidade democrática”, compreendeu que os sete países tinham pela frente um longo combate pela democracia, a afirmação internacional e o desenvolvimento e que podiam ajudar-se mutuamente na realização desse destino comum. A ideia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – já tinha sido suscitada por diversas personalidades. Recordemo-nos que, em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, referiu que: “O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre directores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras





organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar”.

Em 1989, José Aparecido visita os países de língua portuguesa convocando-os para uma reunião ao mais alto nível.

A 1 de Novembro, Sarney recebe, em São Luís do Maranhão, a primeira cimeira dos Sete em que participam Aristides Pereira, de Cabo Verde, João Bernardo Vieira, da Guiné Bissau, Joaquim Chissano, de Moçambique, Mário Soares, de Portugal e Manuel Pinto da Costa, de São Tomé e Príncipe. O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, fez-se representar por Lopo do Nascimento.

Foi acordada a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, mas o projecto de Comunidade teria de amadurecer ainda alguns anos. As mudanças no contexto internacional e as evoluções internas de cada país foram determinantes.

Com o fim da Guerra-fria e do mundo bipolar a que dera lugar, paz e desenvolvimento passam a ocupar o primeiro lugar nas prioridades da maioria dos países do chamado “Terceiro Mundo”, não anulando mas esbatendo diferenças ideológicas e políticas. Os PALOP não fogem a regra e encetam processos de reformas políticas e económicas. Deixa de haver dois modelos antagónicos de sociedade, o que revaloriza os conceitos de solidariedade e abre à via para outro tipo de cooperação, quer ao nível da integração regional, quer no plano internacional, baseada na comum aspiração ao bem-estar, ao progresso e direitos humanos.

As mudanças de regime político em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, os acordos de paz para Angola (Lisboa, 1991) e para Moçambique (Roma, 1992) abrem novas perspectivas

Em 1993, realizam-se duas mesas-redondas Afro-Luso-Brasileira: uma no Rio de Janeiro, outra em Lisboa e uma terceira em Luanda, em 1994, congregando escritores, académicos e outras personalidades.

Mas o regime brasileiro está mais virado para as reformas internas e para o relacionamento com os países mais desenvolvidos, empurrando o Brasil para uma política externa menos “terceiro mundialista”. Pelo contrário, os governos portugueses de Aníbal Cavaco Silva colocam África, e em particular os PALOP, entre as três prioridades da diplomacia portuguesa.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Sete reunidos em Brasília, em Fevereiro de 1994, recomendam a realização de uma cimeira dos Chefes de Estado e de Governo para aprovar a constituição da Comunidade.

É criado um Comité de Concertação Permanente, em Lisboa, integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (o Director-Geral de Política Externa) e pelos Embaixadores acreditados em Lisboa (única capital onde existem Embaixadas de todos os países da CPLP).



O Comité encarregou-se de elaborar os projectos de Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade, e os seus trabalhos contam com a participação activa de Aparecido de Oliveira, então Embaixador do Brasil em Lisboa.

A Cimeira, prevista para Junho de 1994, foi adiada duas vezes. A primeira, por indisponibilidade do presidente brasileiro Itamar Franco, a segunda devido a um incidente diplomático entre Portugal e Angola.

Em Junho de 1995, os chefes da diplomacia dos Sete chegaram

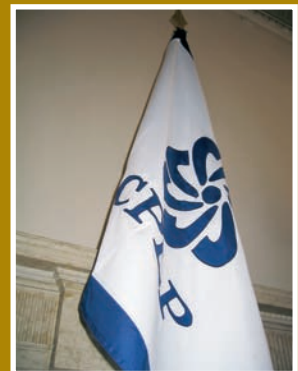
a um acordo e marcaram uma nova data para a cimeira fundadora, que será ainda antecedida por uma última reunião ministerial em Maputo, em Abril de 1996. A cimeira realizou-se a 17 de Julho de 1996, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Ao assinar a Declaração Constitutiva, os Chefes de Estado declaram que o fazem “num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus povos e no respeito pela igualdade soberana dos Estados”. A Comunidade afirma nascer para “consolidar a realidade nacional e plurinacional que confere identidade própria aos países de língua portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles”. É fixado como objectivo “aprofundar a progressiva afirmação internacional do conjunto de países de língua portuguesa que constituem um espaço descontínuo mas identificado pelo idioma comum”.

A língua portuguesa é definida como “um vínculo histórico e um património comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada” e “um meio privilegiado de difusão da criação cultural dos povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores

culturais, numa perspectiva aberta e universalista”.



(Nicole Guardiola/Al, “Comunicar, Pensar, Actuar em Língua Portuguesa – 10 Anos de CPLP”- Ed. Secretariado Executivo, 2007).





OS ESTATUTOS

Nos estatutos aprovados pela I Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a CPLP é definida como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros” particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico, técnico-científico e interparlamentar.

Os Estatutos da CPLP consagram os princípios básicos seguintes:

- » Igualdade soberana dos Estados-membros;
- » Não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- » Respeito pela sua identidade nacional;
- » Reciprocidade de tratamento;
- » Primado da Paz, da Democracia, do Estado de direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- » Respeito pela sua integridade territorial;
- » Promoção do desenvolvimento;
- » Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A Organização tem como objectivos gerais:

- » A concertação político-diplomática entre seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- » A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- » A materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

(ver texto completo da Declaração Constitutiva e dos Estatutos no site oficial da CPLP - www.CPLP.org)

OS ÓRGÃOS DA CPLP E O SEU FUNCIONAMENTO

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos. Este órgão é a instância deliberativa superior da Organização e as suas decisões são sempre tomadas por consenso.

O Conselho de Ministros é constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos oito países membros. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

A Assembleia Parlamentar é o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países.

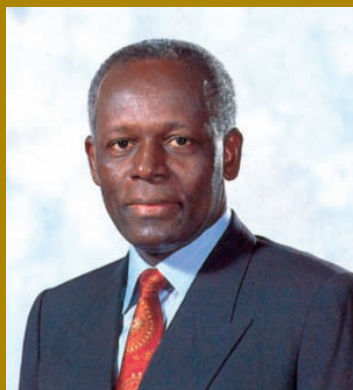
O Comité de Concertação Permanente reúne-se, ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comité é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem por incumbência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comité). É dirigido pelo Secretário Executivo, alta personalidade de um dos países membros, eleito rotativamente por um mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez.

O 10º Aniversário foi ocasião para proceder a uma Revisão dos Estatutos da CPLP. Na nova redacção saída da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, decorrida em Bissau, ficou contemplada a reestruturação interna do Secretariado Executivo, por forma a melhor responder aos desafios que se apresentam à Comunidade, tendo sido criado o cargo de Director-geral e extinta a posição de Secretário Executivo Adjunto.

As Reuniões Ministeriais Sectoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados-membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados-membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano.

AS PRESIDÊNCIAS



JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
(nascido em Luanda em 1942)
Presidente da República de Angola (1979-)



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (nascido no Rio de Janeiro em 1938)
Presidente da República Federativa do Brasil (Jan. 1995 - Dez. 2002)



ANTÓNIO MASCARENHAS MONTEIRO
(Nascido em 1944)
Presidente da República de Cabo Verde (Mar.1991-Mar.2001)



JOÃO BERNARDO "NINO" VIEIRA
(nascido em 1939 em Bissau)
Presidente da República da Guiné Bissau (nov.1980- Mai.1999) (Jul.2005 -)



JOAQUIM ALBERTO CHISSANO
Nascido em 1939, Malehice, Chibuto, Gaza
Presidente da República de Moçambique (1986-2005)



JORGE FERNANDO BRANCO DE SAMPAIO
(nascido em 1939 em Lisboa)
Presidente da República Portuguesa (Mar.1996- Mar.2006)



MIGUEL DOS ANJOS DA CUNHA LISBOA TROVOADA
(nascido em 1936 em São Tomé)
Presidente da República de São Tomé e Príncipe (1991-2001)
(fez-se representar na Cimeira Constitutiva pelo Primeiro Ministro Armindo Vaz de Almeida)

SECRETÁRIOS EXECUTIVOS



MARCOLINO JOSÉ CARLOS MOCO (1996-2000)

Nascido em 1953, em Ekunha, Província de Huambo, Angola.

Licenciado em Direito.

Ex. Primeiro-ministro da República de Angola (1991-1996)

Secretário Executivo Adjunto

Joaquim Rafael Branco (1996 -2000)

Nascido em 1953 em São Tomé
Ocupou vários cargos ministeriais, incluído o de Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe (2000-2001)



DULCE MARIA PEREIRA (2000-2002)

Nascida em 1954, em São José de Rio Preto, estado de São Paulo, Brasil

Arquitecta, professora, ex-Presidenta da Fundação Cultural Palmares, activista dos direitos das Mulheres e contra o Racismo.

Secretário Executivo Adjunto

Zeferino Andrade de Alexandre Martins (2000-2004)

Nascido em 1955, em Mocuba, província de Zambézia, Moçambique.

Professor, ex. Director do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Ensino e ex. Director Nacional do Ensino Básico.





JOSÉ AUGUSTO DE MEDICIS (2002-2004)

Nascido em 1936 em Recife, Pernambuco, Brasil. Formado em Direito e diplomata de carreira, foi embaixador em vários países e junto de várias instituições internacionais.

Faleceu subitamente em Roma em Abril de 2004.

Secretário Executivo Adjunto Zeferino Andrade de Alexandre Martins (2000-2004)

Assumiu interinamente o cargo de Secretario Executivo após a morte do embaixador Augusto de Medicis (Abril - Julho 2004)



LUÍS DE MATOS MONTEIRO DA FONSECA (2004-2008)

Nascido em 1944 na Ponta do Sol, ilha de Santo Antão, Cabo Verde

Participou na luta pela independência de Cabo Verde e esteve preso no campo de concentração do Tarrafal de 1967 a 1973. Ex. - deputado, ingressou na carreira diplomática em 1986 e foi embaixador em vários países europeus e junto das Nações Unidas.

Secretário Executivo Adjunto José Tadeu da Costa Sousa Soares

Nasceu no Porto. Iniciou a carreira diplomática em Março de 1972. Serviu por duas vezes na Missão Permanente de Portugal junto às Nações Unidas em Nova Iorque e foi embaixador de Portugal em diversos países asiáticos. O cargo de SEA foi extinto em Fevereiro de 2008.





ESTADOS-MEMBROS

ANGOLA

DESIGNAÇÃO OFICIAL: República de Angola

CAPITAL: Luanda

OUTRAS CIDADES IMPORTANTES:

Huambo, Lobito, Cabinda, Benguela, Lubango, Malange.

CHEFE DE ESTADO: José Eduardo dos Santos (desde Setembro de 1979)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

NACIONAL: Roberto Vítor de Almeida

PRIMEIRO-MINISTRO: Fernando da Piedade Dias dos Santos

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: João Bernardo de Miranda

DATA DA ACTUAL CONSTITUIÇÃO: o MPLA adoptou uma Constituição de Independência em Novembro de 1975, alterada em Outubro de 1976, Setembro de 1980, Março de 1991, Abril e Agosto de 1992 e Novembro de 1996.

LÍNGUA: a língua oficial é o Português. São falados outros idiomas, sobretudo, o Umbundo, Kimbundo, Kikongo e Tchokwé.

UNIDADE MONETÁRIA: Kwanza (Kz).

RECURSOS ECONÓMICOS: Angola possui uma grande diversidade de recursos naturais. Estima-se que seu subsolo tenha 35 dos 45 minerais mais importantes do comércio mundial, entre os quais se destacam petróleo, diamante e gás natural. Há também grandes reservas de fosfato, ferro, manganésio, cobre, ouro e rochas ornamentais, além de uma grande produção pecuária. A cultura do café e o petróleo representam 90 por cento das exportações. As principais bacias de petróleo em expansão situam-se junto à costa nas províncias de Cabinda e Zaire, no norte do País. As reservas de diamantes nas províncias de Lunda Norte e Lunda Sul são admiradas por sua qualidade e consideradas umas das mais importantes do mundo. Nos serviços, o potencial turístico é incomensurável.

PÁGINA OFICIAL DA EMBAIXADA DE ANGOLA EM

LISBOA: <http://www.embaixadadeangola.org>

PORTAL DO GOVERNO:

<http://www.angola-portal.ao/>



BRASIL

DESIGNAÇÃO OFICIAL: República Federativa do Brasil

CAPITAL: Brasília.

OUTRAS CIDADES IMPORTANTES:

São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre e Belém.

CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Luiz Inácio Lula da Silva.

VICE-PRESIDENTE: José Alencar

PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL: Senador Renan Calheiros (Presidente do Senado Federal)

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: Celso Amorim

DATA DA ACTUAL CONSTITUIÇÃO: Outubro de 1988. Alterações introduzidas posteriormente.

LÍNGUA: O português é a língua oficial.

UNIDADE MONETÁRIA: Real (BRL).

RECURSOS ECONÓMICOS: a actividade é variada e tem como produtos de destaque café, banana, cacau, tabaco, açúcar, feijão, citrinos, milho, soja, algodão, arroz, trigo, batata e mandioca. O Brasil ocupa posições de destaque mundial na produção dessas culturas. Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia são os principais estados agrícolas. No sector mineral, possui a segunda maior reserva de ferro do mundo em Minas Gerais e Pará (serra dos Carajás), além de manganésio, crómio, níquel, carvão, fosfatos, cobre, urânio e bauxite. Também possui reservas petrolíferas e tornou-se recentemente auto-suficiente nesse sector. O sector secundário gira em torno das indústrias automobilísticas, siderúrgica, têxtil, química, de derivados agropecuários (açúcar, cacau, café, carne) e metalúrgica (aço, alumínio, ferro, zinco, chumbo). No Turismo, o Brasil tem também aplicado uma política com grande dinamismo tanto a nível nacional como internacional.

PÁGINA OFICIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:
<http://www.presidencia.gov.br/>

PORTAL DO GOVERNO:
<http://www.redegoverno.gov.br/>
<http://www.e.gov.br/>



CABO VERDE

DESIGNAÇÃO OFICIAL: República de Cabo Verde

CAPITAL: Cidade da Praia.

OUTRAS CIDADES IMPORTANTES: Mindelo, Assomada, S. Filipe.

CHEFE DE ESTADO: Pedro Verona Rodrigues Pires (eleito Presidente da República em 2001 e reeleito em 2006)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL: Aristides Raimundo Lima

PRIMEIRO-MINISTRO: José Maria Pereira Neves (eleito em 2001)

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES: Victor Manuel Barbosa Borges

DATA DA ACTUAL CONSTITUIÇÃO: 25 de Setembro de 1992. Foi revista em Julho de 1999.

LÍNGUA: A língua oficial é o Português, utilizando-se localmente o Crioulo.

UNIDADE MONETÁRIA: Escudo de Cabo Verde (CVE).

RECURSOS ECONÓMICOS: dependem, sobretudo, da agricultura e da riqueza marinha. A agricultura sofre frequentemente os efeitos das secas. As culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca.

O sector industrial encontra-se em pleno desenvolvimento e podemos destacar a fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extracção de sal, não descurando o artesanato e a construção.

A banana e a indústria das conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confecções são os principais produtos exportados.

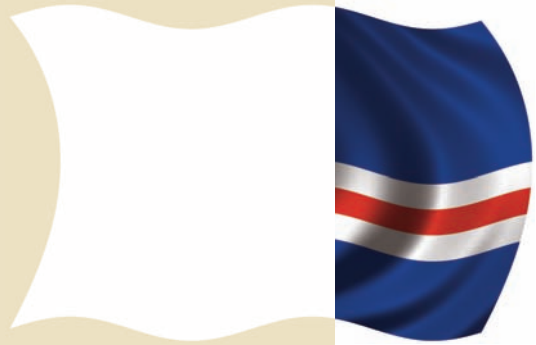
Assim, o comércio e o turismo, especialmente na ilha do Sal, produzem 69 por cento do PIB. O sector secundário gera 17 por cento do PIB. O país importa mais de 80 por cento dos alimentos que consome. Nos serviços, o sector do turismo está consolidado ao nível mundial.

PÁGINA OFICIAL DA EMBAIXADA DE CABO VERDE EM LISBOA:

<http://www.embcv.pt/>

PORTAL DO GOVERNO:

<http://www.governo.cv/>



GUINÉ-BISSAU

DESIGNAÇÃO OFICIAL:

República da Guiné-Bissau

CAPITAL: Bissau.

OUTRAS CIDADES

IMPORTANTES: Bafatá, Gabú, Mansôa, Catió, Cantchungo, Farim.

CHEFE DE ESTADO: João Bernardo Vieira (eleito em Agosto de 2005)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR: Francisco Benante

PRIMEIRO-MINISTRO: Martinho Ndafo Cabi (nomeado em Maio de 2007)

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DAS COMUNIDADES: Maria da Conceição Nobre Cabral

DATA DA ACTUAL CONSTITUIÇÃO: aprovada em 16 de Maio de 1984, foi revista em Maio de 1991, Novembro de 1996 e Julho de 1999.

LÍNGUA: a língua oficial é a Portuguesa, utilizando-se localmente o Crioulo, o Mandjaco, o Mandinga, entre outros.

UNIDADE MONETÁRIA: Franco CFA.

RECURSOS ECONÓMICOS: a Guiné-Bissau depende fortemente da agricultura e da pesca (cerca de 62 por cento do PIB). O preço das castanhas de caju aumentou e hoje o país encontra-se em sexto lugar na produção mundial do produto. A Guiné-Bissau exporta peixe e mariscos juntamente com amendoim, semente de palma e produtos das actividades extractivas florestais. As licenças para a pesca são uma fonte de receitas do governo. O arroz é o cereal mais produzido e comida típica. O turismo é, também, uma aposta crescente do país. O turismo pode vir a representar uma enorme fonte de receitas no futuro.



MOÇAMBIQUE

DESIGNAÇÃO OFICIAL: República de Moçambique

CAPITAL: Maputo.

OUTRAS CIDADES IMPORTANTES:

Beira, Nampula, Chimoio, Nacala-Porto, Quelimane, Tete, Xai-Xai, Pemba, Inhambane.

CHEFE DE ESTADO: Armando Emílio Guebuza (desde Fevereiro de 2005).

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Eduardo Joaquim Mulembwe.

PRIMEIRA-MINISTRA: Luísa Dias Diogo.

MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO: Alcinda António de Abreu.

DATA DA ACTUAL CONSTITUIÇÃO: 30 de Novembro de 1990, alterada em 1996 e em 2004.

LÍNGUA: a língua oficial é o Português. Há numerosas línguas nacionais, como o Lomué, Makondé, Shona, Tsonga e Chicheua.

UNIDADE MONETÁRIA: Metical (MZM).

RECURSOS ECONÓMICOS: a economia é ainda precária e depende de doadores estrangeiros, apesar de estar a reflectir um crescimento sustentado. O turismo é de excelência e começa a assumir-se como um sector privilegiado no mercado global. O solo é rico em ouro, carvão, sal, grafite e bauxite, mas é pouco explorado. Moçambique possui também reservas de gás natural, mármore e madeiras. A maioria da população vive da agricultura de subsistência, mas o país exporta cana-de-açúcar, algodão, sisal, chá e tabaco.

PÁGINA OFICIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:
<http://www.presidencia.gov.mz/>

PÁGINA OFICIAL DE MOÇAMBIQUE:
<http://www.mozambique.mz/>



PORTUGAL

DESIGNAÇÃO OFICIAL: República Portuguesa

CAPITAL: Lisboa.

OUTRAS CIDADES IMPORTANTES:

Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal (Madeira), Ponta Delgada (Açores), Porto, Setúbal.

CHEFE DE ESTADO: Aníbal Cavaco Silva (desde 09 de Março de 2006).

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: Jaime Gama.

PRIMEIRO-MINISTRO: José Sócrates.

MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Luís Amado.

DATA DA ACTUAL CONSTITUIÇÃO: aprovada em Abril de 1976. Revisões em Setembro de 1982, Julho de 1989, Novembro de 1992, Setembro de 1997, Dezembro de 2001, Julho de 2004 e Agosto de 2005.

LÍNGUA: Português.

UNIDADE MONETÁRIA: Euro (EUR).

RECURSOS ECONÓMICOS: a produção agrícola representa apenas 4 por cento do PIB. A principal cultura é a uva, situando o país entre os dez primeiros produtores mundiais de vinhos de qualidade. Batata, beterraba açucareira, arroz, legumes, hortaliças e frutas também são importantes produtos. A abundância de sobreiros, especialmente a Sul do rio Tejo, faz de Portugal o maior produtor mundial de cortiça (cerca de metade da produção da cortiça mundial). Na pecuária, destaca-se a produção de ovinos e, na pesa, a da sardinha. As principais actividades industriais concentram-se nos sectores têxtil, siderúrgico, metalúrgico, automobilístico e químico. Também têm importância as indústrias alimentares (conservas de peixe, vinho, cerveja e azeite), de calçados e de cerâmica. O sector de serviços (destaque para o turismo) responde por 68 por cento do PIB e por 60 por cento dos empregos.

PÁGINA OFICIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

<http://www.presidencia.pt/>

PORTAL DO GOVERNO:

<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT>

PÁGINA DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

<http://www.mne.gov.pt/mne/pt/>



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DESIGNAÇÃO OFICIAL: República Democrática de São Tomé e Príncipe

CAPITAL: São Tomé.

OUTRAS CIDADES IMPORTANTES: Santo António, Santa Cruz, Neves.

CHEFE DE ESTADO: Fradique de Menezes (desde Setembro de 2001).

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL: Francisco da Silva.

PRIMEIRO-MINISTRO: Patrice Trovoada (desde Fevereiro de 2008).

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES: Ovídio Manuel Barbosa Pequeno (desde 20 de Novembro de 2007).

DATA DA ACTUAL CONSTITUIÇÃO: publicada a 29 de Janeiro de 2003 em Diário da República.

LÍNGUA: a língua oficial é a Portuguesa. Localmente, também se fala Crioulo.

UNIDADE MONETÁRIA: Dobra (STD).

RECURSOS ECONÓMICOS: a principal actividade económica é a agricultura, que produz cacau, óleo de palma, café e coco e na pesca. A recém-descoberta de jazidas de petróleo nas suas águas pode constituir uma importante fonte de receitas e de energia no futuro. São Tomé e Príncipe também aposta no turismo quer favorecer a qualidade, propondo um quadro único de descoberta, preservando o melhor possível as suas paisagens luxuriantes, a sua arquitectura singular e, sobretudo, a sua calma.

PÁGINA OFICIAL DA EMBAIXADA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE EM LISBOA:

<http://www.emb-saotomeprincipe.pt/>

PORTAL DO GOVERNO:

<http://www.gov.st/>



TIMOR-LESTE

DESIGNAÇÃO OFICIAL: República Democrática de Timor-Leste

CAPITAL: Díli.

OUTRAS CIDADES IMPORTANTES: Baucau, Manatuto, Aileu e Liquiçá.

CHEFE DE ESTADO: José Ramos Horta (desde Maio de 2007).

PRESIDENTE DO PARLAMENTO

NACIONAL: Fernando La Sama de Araújo

PRIMEIRO-MINISTRO: Alexandre “Xanana” Gusmão (desde 2007).

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS: Zacarias Albano da Costa

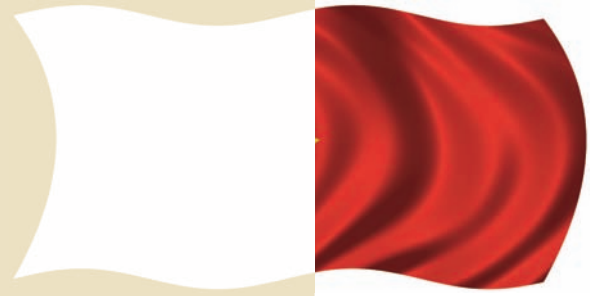
DATA DA ACTUAL CONSTITUIÇÃO: Maio de 2002.

LÍNGUA: as línguas oficiais são o Português e o Tétum.

UNIDADE MONETÁRIA: Dólar norte-americano (USD). Para facilitar as trocas comerciais, o Estado cunha moedas de denominação “centavo”.

RECURSOS ECONÓMICOS: a economia de Timor-Leste assenta na produção de cacau, café, cravo e coco. Nos últimos anos foram encontrados importantes reservas de petróleo e gás natural.

PORTAL DO GOVERNO:
<http://www.timor-leste.gov.tl/>





OBSERVADORES ASSOCIADOS

Desde a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que o desejo de alargar as colaborações extra-comunitárias se tem vindo a evidenciar. Nesse espírito, foi criado o Estatuto de Observador na IIª Cimeira de Chefes de Estado e do Governo, na Cidade da Praia em Julho de 1998. Em 2005, no Conselho de Ministros da CPLP reunido em Luanda, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo.

A criação do estatuto de Observador Associado abriu uma janela de oportunidade para o eventual ingresso de Estados ou regiões lusófonos que pertencem a Estados terceiros, mediante acordo com os Estados-membros.

Os Estados que pretendam adquirir o Estatuto de Observador Associado, terão de partilhar os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à Boa Governação e ao respeito dos Direitos Humanos, e prossigam através dos seus programas de governo objectivos idênticos aos da Organização, mesmo que, à partida, não reúnam as condições necessárias para serem membros de pleno direito da CPLP. As candidaturas deverão ser devidamente fundamentadas de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objectivos da CPLP. Serão apresentadas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros, o qual recomendará a decisão final a ser tomada pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

Os Observadores Associados beneficiarão dessa qualidade a título permanente e poderão participar, sem direito a voto,



Guiné-Equatorial

nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser ainda convidados para Reuniões de carácter técnico.

Ilha Maurícia



Qualquer Estado-membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação dos Observadores.

A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações às condições que recomendaram a sua concessão. A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respectiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente.

Neste contexto, no XIº Conselho de Ministros, reunido em Bissau, em Julho de 2006, foi recomendada a atribuição do Estatuto de Observador Associado à República da Guiné Equatorial e à República da Ilha Maurícia, passando estes a gozar dos direitos enumerados no artigo 7º dos Estatutos.

REPÚBLICA DA GUINÉ-EQUATORIAL

ÁREA: 28 051 Km²

POPULAÇÃO: 474 214 habitantes (estimativa 2000)

DENSIDADE POPULACIONAL: 16,9 hab. /Km² (2000)

DESIGNAÇÃO OFICIAL: República da Guiné-Equatorial

CHEFE DE ESTADO: Teodoro Obiang Nguema Mbasogo (desde 03 de Agosto de 1979)

PRIMEIRO-MINISTRO: Miguel Abia Biteo Borico

CAPITAL: Malabo, cerca de 100 mil Habitantes.

OUTRAS CIDADES IMPORTANTES: Bata.

RELIGIÃO: Maioritariamente católica (88,8% da população). 4,6% da população tem religiões tribais. Já o islamismo representa apenas 0,5% da população, enquanto que os ateus representam 5,9% do povo.

LÍNGUAS OFICIAIS: Espanhol e Francês

UNIDADE MONETÁRIA: Franco CFA.

PÁGINA ELECTRÓNICA DO GOVERNO DA GUINÉ EQUATORIAL

<http://espanol.guinea-equatorial.com/>





REPÚBLICA DA ILHA MAURÍCIA

ÁREA: 2 040 Km²

POPULAÇÃO: 1 241 602 mil habitantes (estimativa 2007)

DENSIDADE POPULACIONAL: 609,31 hab. /Km² (2007)

DESIGNAÇÃO OFICIAL: República da Maurícia

CHEFE DE ESTADO: Sir Anerood Jugnauth (desde 2003)

PRIMEIRO-MINISTRO: Navinchandra Ramgoolam (desde 2005)

CAPITAL: Port Louis, cerca de 147 mil Habitantes (2003).

OUTRAS CIDADES IMPORTANTES: Fond du Sac, Moka.

LÍNGUAS OFICIAIS: Inglês

UNIDADE MONETÁRIA: Rupia mauricana.

PÁGINA ELECTRÓNICA DO GOVERNO DA ILHA MAURÍCIA

<http://www.gov.mu>



A ABERTURA DA CPLP AO MUNDO

A vontade de abertura ao mundo e de aproximação entre os povos manifestada na fundação da CPLP tem-se confirmado ao longo dos últimos doze anos.

Os esforços de aproximação à Sociedade Civil culminaram com a concessão do Estatuto de Observador a outros Estados e Organizações operando nos Estados-membros.

O Estatuto de Observador foi criado na segunda Cimeira da CPLP na Cidade da Praia, em 1998, e viria a ser revisto no Conselho de Ministros de Luanda de 2005, onde foram estabelecidas as categorias de Observador Associado e Observador Consultivo.

Na cimeira de Bissau, em Julho de 2006, dois Estados Africanos – Guiné Equatorial e República da Ilha Maurícia – foram admitidos como Observadores Associados. Depois disso, outros Estados solicitaram a admissão como Observadores – estatuto que deverá ser concedido na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, prevista para o final do mês de Julho de 2008, em Lisboa.

Em Bissau também foram aceites como Observadores Consultivos 18 organizações da sociedade civil:

- » Academia Brasileira de Letras
- » Assistência Médica Internacional (AMI)
- » Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Portuguesa
- » Associação das Universidades de Língua Portuguesa
- » Círculo de Reflexão Lusófona
- » Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa
- » Conselho Empresarial da CPLP
- » Fórum da Juventude da CPLP
- » Fundação Bial
- » Fundação Calouste Gulbenkian
- » Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
- » Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do



“Os Observadores Consultivos reuniram-se com o Secretariado Executivo para definir uma estratégia conjunta por duas vezes. A 19 de Outubro de 2007, no Centro Científico e Cultural de Macau, e a 16 de Junho, na FLAD, ambos em Lisboa.”



Mundo de Língua Portuguesa

- » Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
- » Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação
- » Médicos do Mundo
- » Saúde em Português
- » União das Misericórdias de Portugal
- » Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Desde então, outras 21 organizações foram aceites como Observadores Consultivos em Conselho de Ministros, em Novembro de 2007, aumentando o número de participantes em reuniões técnicas.

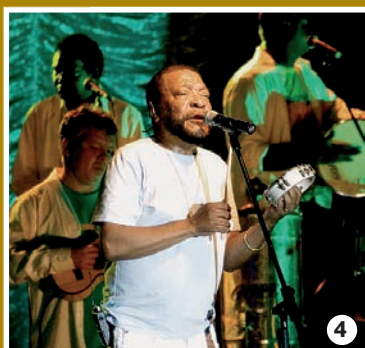
- » Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP
- » Comunidade Médica de Língua Portuguesa
- » Comissão InterPaíses/Países de Língua Oficial Portuguesa-CIP/PLP Fundação Rotarianos São Paulo
- » Fundação Agostinho Neto
- » Fundação Champalimaud
- » Fundação Eduardo dos Santos – FESA
- » Fundação Mário Soares
- » Fundação Oriente
- » Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
- » Fundação Portugal-África
- » Fundação Roberto Marinho
- » Instituto Internacional de Macau
- » Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB
- » Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- » Organização Paramédicos de Catástrofe Internacional
- » Sociedade de Geografia de Lisboa
- » Real Gabinete Português de Leitura
- » União dos Advogados de Língua Portuguesa - UALP
- » Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
- » Universidade Federal da Bahia – UFBA
- » Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO

Em breve, prevê-se que este número venha ainda a aumentar visto a aceitação da CPLP ser cada vez maior e a sua projecção na sociedade cada vez mais visível.

EMBAIXADORES DE BOA-VONTADE

Na VI Conferencia de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Bissau, 2006) foram também nomeados os primeiros Embaixadores de Boa Vontade da CPLP que, segundo o regulamento aprovado, são designados para um mandato de dois anos e devem ser personalidades de mérito reconhecido e que se distinguiram na promoção dos valores defendidos pela CPLP.

As personalidades escolhidas foram três antigos Chefes de Estado, Jorge Sampaio (Portugal), José Sarney (Brasil) e Joaquim Chissano (Moçambique). Um primeiro-ministro e um ministro, Fernando Van-Dunen (Angola) e Albertino Bragança (São Tomé e Príncipe); o músico Martinho da Vila (Brasil) e Gustavo Vaz da Conceição, presidente da Federação Angolana de Basquetebol e membro do Comité Olímpico de Angola.



- 1- Jorge Sampaio
- 2- José Sarney
- 3- MAAlbertino Bragança
- 4- Martinho da Vila
- 5- Joaquim Chissano
- 6- Gustavo Vaz da Conceição
- 7- Fernando Van-Dunen

OBSERVADORES CONSULTIVOS

Instituição	Objectivos	Morada	página electrónica
Academia Brasileira de Letras	A Academia Brasileira de Letras é uma instituição que foi fundada a 20 de Julho de 1897 e tem por fim o cultivo da língua e a literatura nacional.	Avenida Presidente Wilson, 203 Castelo; CEP 200-30-021 Rio de Janeiro - Brasil	http://www.academia.org.br/
AMI-Assistência Médica Internacional	A AMI é uma ONG com estatuto jurídico de Fundação, provada, apolítica e sem fins lucrativos. Desde a sua fundação pelo Dr. Fernando Nobre, em 5 de Dezembro de 1984, a AMI assumiu-se como uma organização humanitária inovadora em Portugal, destinada a intervir rapidamente em situações de crise e emergência, tendo o Homem como centro de todas as suas preocupações. A AMI tem sobretudo como objectivo lutar contra a pobreza, a exclusão social, o subdesenvolvimento, a fome e as sequelas da guerra, em qualquer parte do Mundo.	R. José do Patrocínio, 49 Marvila 1949-008 Lisboa	http://www.aulp.org/
Associação das Universidades de Língua Portuguesa -AULP	A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (A.U.L.P.) visa promover a cooperação entre as Universidades e Instituições de Ensino Superior e de Investigação que dela sejam membros.	Av. Santos Dumont, no 67-2o 1050-203 Lisboa	http://www.aulp.org/
Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Portuguesa-ACOLOP	A Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa (ACOLOP) é uma organização desportiva não-governamental. Foi criada em Lisboa a 8 de Junho de 2004, com o objectivo de integrar os países e regiões de língua portuguesa pelo desporto. É reconhecida oficialmente pelo Comité Olímpico Internacional (COI). Foi fundada pelos Comitês Olímpicos Nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial, cuja língua oficial é o espanhol e participa como membro associado. Mais tarde, a Índia (a Associação Olímpica de Goa) e Sri Lanka foram admitidos como membros associados com base nas suas relações históricas com Portugal.	R. do Desporto, no 185-195, Taipa, Macau, China	
Associação Saúde em Português	A Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde Primários dos Países de Língua Portuguesa, "Saúde em Português", é constituída por associados de todos os países de língua portuguesa e tem como objectivos a promoção, divulgação e aplicação dos cuidados de saúde nos países de língua portuguesa; a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; e a promoção da inclusão social.	Av. Elisio de Moura, 471-1o Esq. 3030-183 Coimbra	http://www.saudeportugues.pt/
Círculo de Reflexão Lusófona	O Círculo de Reflexão Lusófona é uma associação não governamental, sem fins lucrativos, composta por elementos oriundos dos países de língua oficial portuguesa. Projectar a lusofonia em termos mundiais e dinamizar relações de cooperação no âmbito dos países de língua portuguesa são alguns dos seus principais objectivos.	Rua do Alto do Duque, 39 1400-009 Lisboa	
Comissão InterPaíses/Países de Língua Oficial Portuguesa-CIP/PLP Fundação Rotarianos São Paulo	A Comissão InterPaíses/Países de Língua Oficial Portuguesa tem como objectivo desenvolver a integração de rotarianos de países e áreas de língua portuguesa para a promoção da paz e da compreensão mundial, por meio de estímulos para a consequente implementação de projectos e programas de carácter cultural, educativo, económico e social.	Avenida Higienópolis, 996 São Paulo SP CEP 01238-910 Brasil	http://www.frsp.org/CIP_PLOP/index.php
Comunidade Médica de Língua Portuguesa	Criada em 2005, congrega as ordens médicas de Portugal, Cabo Verde, Angola e Brasil, procurando a troca de informações e experiências entre os profissionais destes países.	Av. Almirante Gago Coutinho, 151 1749-084 Lisboa	
Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa	Congrega os sindicatos dos países de Língua Oficial Portuguesa, com excepção de Timor-Leste cuja confederação sindical é um dos membros observadores.	Rua de Buenos Aires, 11 1249-067 Lisboa	http://www.ugt.pt/csplp.htm

OBSERVADORES CONSULTIVOS

Instituição	Objectivos	Morada	página electrónica
Conselho Empresarial da CPLP	O Conselho visa promover a dinamização das relações entre empresas e entidades suas representantes no âmbito espacial da lusofonia, com o fim de constituir instrumento privilegiado da contribuição dos seus associados para o desenvolvimento, o crescimento e o bom funcionamento das economias no sistema económico mundial, a promoção das actividades privadas e o reforço da confiança entre todos os parceiros económicos e instituições de financiamento daqueles Estados e, ainda, a erradicação da pobreza, promoção do desenvolvimento sustentável e a diminuição das assimetrias entre aqueles Estados. As actividades do Conselho são orientadas no sentido de promover e incrementar o comércio e o investimento entre os Estados membros da CPLP e os países das regiões económicas onde cada um deles se insere, procurando ser um “ponto de encontro” para aquele efeito e um facilitador de contactos empresariais e políticos que permitam o desenvolvimento de parcerias.	Edifício Logoplaste Estrada da Malveira, 900 2750-782 Cascais	http://www.elo-online.org/conselho.htm
Fórum da Juventude da CPLP	O Fórum de Juventude da CPLP é a entidade que congrega os organismos coordenadores das organizações não governamentais de juventudes dos Estados membros da Comunidade. Constituem fins do Fórum, manter e aprofundar os laços de fraternidade, a cooperação, a solidariedade e o diálogo intercultural entre os jovens lusófonos, bem como, a promoção dos direitos humanos, do desenvolvimento e da interdependência na CPLP.	Rua dos Douradores, nº 106-5º 1100-207 Lisboa	
Fundação Agostinho Neto	Instituição de interesse público, a Fundação como objectivos a divulgação da vida e obra de Agostinho Neto, a promoção de pesquisas de carácter cultural, científico e tecnológico e o fomento de actividades que ajudem o desenvolvimento humano e a protecção dos direitos humanos.	Rua Major Kanhangulo (ex Rua Direita de Luanda), nº 10 - Luanda - Angola	
Fundação Bial	Criada em 1994, a Fundação Bial tem como objectivo primordial o incentivo do estudo científico do Homem, tanto do ponto de vista físico como espiritual, distinguindo, apoiando e promovendo o trabalho e o esforço de todos aqueles que procuram trilhar novos passos no caminho da Investigação, da Ciência e do Conhecimento.	Avenida Siderurgia Nacional 4745-457 S. Mamede do Coronado	http://www.bial.com/gca/?id=15
Fundação Calouste Gulbenkian	A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição portuguesa de direito privado e utilidade pública, cujos fins estatutários são a Arte, a Beneficência, a Ciência e a Educação.	Avenida de Berna, 45A 1067-001 Lisboa	http://www.gulbenkian.pt/portal/index.html
Fundação Champalimaud	A Fundação Champalimaud apoia a investigação em áreas de ponta. Tem como prioridade estimular descobertas que beneficiem as pessoas, bem como patrocinar novos padrões de conhecimento. A Fundação Champalimaud apoia, ainda, a investigação nas ciências médicas e aposta na investigação translacional com impacto directo na saúde e no bem-estar das pessoas.	Praça Duque de Saldanha, nº 1-9E 1050-094 Lisboa	http://www.fchampalimaud.org/
Fundação Eduardo dos Santos-FESA	A FESA foi fundada a 29 de Março de 1996 e tem como objectivo auxiliar os poderes públicos a amenizar o sofrimento das populações menos favorecidas de Angola. É uma instituição apartidária de carácter técnico, científico, cultural e social.	Rua da Companinha de Jesus, 4 (Complexo Endiama) P.O. Box 545 - Miramar - Luanda- Angola	http://www.fesa.og.ao/
Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	A FLAD, criada em 1985, é uma instituição portuguesa, privada e financeiramente autónoma. Pretende contribuir para o desenvolvimento de Portugal, através do apoio financeiro e estratégico a projectos inovadores e através do incentivo à cooperação entre a sociedade civil portuguesa e a americana.	Rua do Sacramento à Lapa, 21 1249-090 Lisboa	http://www.flad.pt/

OBSERVADORES CONSULTIVOS

Instituição	Objectivos	Morada	página electrónica
Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa	A Fundação Luso-Brasileira é uma instituição portuguesa de direito privado, dotada de personalidade jurídica que tem por finalidade promover ou apoiar iniciativas de carácter cultural, educativo, científico, empresarial e assistencial, a concretizar em Portugal, no Brasil e nos restantes países e territórios de língua oficial portuguesa.	Rua de São Bento, 176 1200-821 Lisboa	http://www.fund-luso-brasileira.org/html/homepage.php
Fundação Mário Soares	Constituída em 12 de Setembro de 1991, a Fundação Mário Soares é uma instituição de direito privado e utilidade pública sem fins lucrativos, ligada à pessoa do ex-Presidente da República Portuguesa, Mário Soares. Tendo como matriz a personalidade e a vida do Dr. Mário Soares, esta Fundação adoptou um modelo organizativo aberto e flexível, capaz de gerar iniciativas e projectos que alcançam diversificados e vastos públicos, influenciando de modo continuado no debate de ideias e valores e na procura de caminhos para a afirmação de uma cidadania contemporânea.	Rua de São Bento, 176 1200-821 Lisboa	http://www.fundacao-mario-soares.pt/
Fundação Oriente	A Fundação Oriente, constituída em 18 de Março de 1988, é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica e sem fins lucrativos. A Fundação Oriente tem como objectivos a realização e o apoio a iniciativas de carácter cultural, educativo, artístico, filantrópico e social, a levar a cabo sobretudo em Portugal e em Macau. Dentro destes objectivos, a Fundação procura fomentar a continuidade e incrementar o reforço das ligações históricas e culturais entre Portugal e os países do Extremo Oriente, prosseguindo simultaneamente esforços tendentes a uma estreita cooperação com as comunidades macaenses espalhadas pelo Mundo.	Rua do Salitre, 66-68 1269-065 Lisboa	http://www.foriente.pt/Pt/destaques.asp
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	A FIOCRUZ, criada em 25 de Maio de 1900, tem como objectivo promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania. A Fundação, vinculada ao Ministério da Saúde, abriga igualmente actividades que incluem o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; a fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos e serviços; e a implementação de programas sociais.	Av. Brasil, 4365 - Mangueiras Rio de Janeiro CEP 21040-900-BRASIL	http://www.fiocruz.br
Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação	A Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação tem por fim difundir os conhecimentos técnicos e científicos, nomeadamente os que respeitam às tecnologias de informação, como meio de contribuir para preparar, formar e apoiar a comunidade e em especial os jovens, para responder aos desafios da sociedade contemporânea.	Avenida da Liberdade, 194-8º 1250-147 Lisboa	http://juventude.gov.pt/portal/fdti/
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	A FDC é uma organização civil, fundada em 1990, sem filiação partidária, que visa congregar forças de todos os sectores da sociedade na realização de um ideal de desenvolvimento, democracia e justiça social. Esta Fundação surge da convicção de que a pobreza não é uma fatalidade. É fruto de um complexo mecanismo de marginalização e exploração dos mais desfavorecidos; de uma fraca divulgação de conhecimentos científico e técnico e de tecnologias apropriados; de um sistema de acesso a recursos dificilmente aproveitado pelas camadas sociais que não beneficiam de educação e enquadramento nas instituições formais da sociedade e da economia. Este conjunto de factores, condicionado negativamente a atitude do Homem perante a Natureza e a Vida, também impede que ele utilize em benefício próprio e de forma sustentável, os recursos que já são disponíveis. Este obstáculos estruturais e psicológicos constituem as raízes da pobreza que a FDC visa combater.	Av. 25 de Setembro, Edifício Times Square, Bloco 2, nº 12504 CP 4206 Maputo - Moçambique	http://www.fdc.org.mz/mz/noticias.html

OBSERVADORES CONSULTIVOS

Instituição	Objectivos	Morada	página electrónica
Fundação Portugal-África	A Fundação Portugal África (FPA) foi constituída no Porto a 9 de Janeiro de 1995. Tem por fim contribuir para a realização e incremento de acções de carácter cultural e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos PALOP, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspectiva de progresso e de projecção para o futuro. Neste âmbito a FPA contribui activamente para o desenvolvimento endógeno daqueles países mediante, nomeadamente, a concessão de apoios documentais e financeiros à realização de estudos ou trabalhos sobre África de Língua Portuguesa, a promoção e estímulo à formação de quadros, incluindo, quando a esta, variadas formas de contacto profissional prolongado com empresas de reconhecida qualidade de organização e gestão, e o fomento de iniciativa e capacidades empresariais.	Rua de Serralves, 191 4150-706 Porto	http://www.fportugalafrica.pt/destaques.aspx
Fundação Roberto Marinho	A Fundação Roberto Marinho, com sede no Rio de Janeiro, é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, de duração indeterminada. A Fundação foi constituída em 30 de Dezembro de 1977 e declarada de Utilidade Pública Federal em 1980. A FRM tem como objectivos a assistência, execução, promoção e apoio a acções nos campos cultural, educacional, social, filantrópico, comunitário, recreativo e científico-tecnológico no Brasil.	Rua Santa Alexandrina, 336 Rio Comprido Rio de Janeiro 20261-232 - Brasil	http://www frm.org.br/
Instituto de Higiene e Medicina Tropical	O Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) é uma Unidade Orgânica da Universidade Nova de Lisboa (UNL), com tutela do Ministério da Ciência Inovação e Ensino Superior. O IHMT caracteriza-se pelo seu carácter científico de Formação pós-graduada, Investigação e Cooperação para o Desenvolvimento. O IHMT foi criada em 24 de Abril de 1902 por Carta de Lei do Rei D. Carlos, então denominado por Escola de Medicina Tropical.	Rua da Junqueira, 96 1349-008 Lisboa	http://www.ihmt.unl.pt/
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)	O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB tem como objectivo coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos, adaptados às conjunturas nacionais e internacionais, necessários para a História e a Geografia do Brasil, abarcando igualmente as demais Ciências Sociais.	Av. Augusto Severo, nº8-10º andar - Glória - Rio de Janeiro CEP 20021-040 BRASIL	http://www.ihgb.org.br
Instituto Internacional de Macau	O Instituto Internacional de Macau é uma ONG com a natureza jurídica de pessoa colectiva de direito privado de carácter associativo e sem fins lucrativos. A instituição prossegue objectivos académicos, científicos e culturais.	Rua de Berlim, Edifício Nam Hong, 2º (NAPE) Macau/ enviar mail:Palácio da Independência, Largo de S.Domingos, nº11-1150-320 Lisboa	http://www.iimacau.org.mo/
Médicos do Mundo Portugal	Médicos do Mundo é uma ONG de ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento, sem filiação partidária ou religiosa. O trabalho de Médicos do Mundo assenta no direito fundamental de todos os seres humanos terem acesso a cuidados de saúde, independentemente da sua nacionalidade, religião, ideologia ou raça. As actividades desenvolvidas por Médicos do Mundo consiste, sobretudo, em minorar o sofrimento das populações atingidas pela guerra, conflitos étnicos, catástrofes naturais, doenças, exclusão social, pobreza, toxicodependência, prostituição, violação dos direitos humanos e degradação da qualidade do ambiente.	Av. de Ceuta (Sul) Lt. 4-Loja 1 1300-125 Lisboa	http://www.medicosdomundo.pt
Organização Paramédicos de Catástrofe Internacional	A Paramédicos de Catástrofe Internacional - PIC, reúne profissionais de saúde, e outros voluntários em diferentes áreas de actuação. A PIC leva socorro às populações em perigo, em qualquer parte do mundo, às vítimas de catástrofe de origem natural ou humana e de situações de conflito, sem qualquer discriminação racial, religiosa, filosófica ou política.	Praça de São Paulo, nº 7-4º Esq. Porta B 1200-425 Lisboa	http://www.paramedicos-internacional.org/

OBSERVADORES CONSULTIVOS

Instituição	Objectivos	Morada	página electrónica
Real Gabinete Português de Leitura	O Real Gabinete Português de Leitura, com sede no Rio de Janeiro, é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos. O Real Gabinete Português de Leitura (adiante RGPL), foi fundado em 14 de Maio de 1837, com a denominação de Associação Gabinete Português de Leitura. Assume a sua denominação actual a 12 de Setembro de 1906, na sequência de Decreto do Rei D. Carlos de Portugal. A Instituição foi igualmente agraciada com algumas das mais altas condecorações conferidas pelo Estado Português. O RGPL foi reconhecido como Instituição de Utilidade Pública Estadual (1949); de Utilidade Pública Federal (1970); e como Entidade de Fins Filantrópicos (1975).	R.Luís de Camões, 30 CEP 20051-020 – Centro Rio de Janeiro, RJ BRASIL	http://www.realgabinete.com.br/
Sociedade de Geografia de Lisboa	A Sociedade de Geografia de Lisboa é uma sociedade científica criada em Lisboa no ano de 1875 com o objectivo de promover e auxiliar o estudo e progresso das ciências geográficas e correlativas.	Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 Lisboa	
União das Misericórdias Portuguesas	A missão da UMP é ser o instrumento promotor, quer dos valores e actividade das Misericórdias Portuguesas na sociedade portuguesa, quer do movimento das Misericórdias no plano europeu, mundial e da cultura e civilização portuguesas e lusófonas.	Calçada das Lajes, 12A 1900-292 Lisboa	http://www.ump.pt/ump/
União dos Advogados de Língua Portuguesa - UALP	A União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP) órgão executivo de cooperação entre as Ordens, Instituições e Associações profissionais dos advogados dos países de língua e cultura jurídica lusófona. Integram a UALP a Ordem dos Advogados da Angola, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Ordem dos Advogados de Cabo Verde, a Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau, a Associação dos Advogados de Macau, a Ordem dos Advogados de Moçambique e a Ordem dos Advogados Portugueses.	SAS Q 05 Lt. BI “M”, Brasília/DF Brasil, CEP: 70070-939	www.oab.org.br
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	A UNICAMP, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, foi criada em Dezembro de 1962. É uma instituição estadual de ensino superior, com autonomia didáctica, científica, administrativa, financeira e disciplinar.	Cidade Universitária “Zeferino Vaz” Caixa Postal 6194 Barão Geraldo - Campinas - SP CEP - 13.083-872 Brasil	http://www.unicamp.br
Universidade Federal da Bahia - UFBA	A Universidade Federal da Bahia, criada em Abril de 1946, é uma instituição pública de ensino superior, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, que detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didáctico-científica.	Rua Augusto Viana, s/n - Canela - Palácio da Reitoria CEP: 40110-909 Salvador- BA Brasil	http://www.ufba.br
Universidade Federal do Rio de Janeiro-UNIRIO	a UNIRIO foi criada a 5 de Junho de 1979 e tem como objectivo produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanística, crítica e reflexiva, consequentemente preparando profissionais competentes e actualizados para o mundo do trabalho presente e futuro.	Avenida Pasteur, 296 Urca - Rio de Janeiro RJ 22290-240 - Brasil	http://www.unirio.br
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, é a maior instituição de Ensino Superior Particular e Cooperativo em Portugal e está integrada no maior grupo de ensino de Língua Portuguesa, o Grupo Lusófona.	Campo Grande, 376 1749-024 Lisboa R.Sam Levy Villa Restelo “C7” 4º Esq. 1400-391 Lisboa	http://www.ulp.pt/



Gunter W. Pollack (*)

OITO ENTRE 192 PAÍSES

4 % DA POPULAÇÃO MUNDIAL QUE SE COMUNICA EM LÍNGUA PORTUGUESA E 12 ANOS DE DEDICAÇÃO BEM-SUCEDIDA - CPLP

Poucos países, diante do número crescente dos que compõem a ONU, porém mui representativos dos 4% da população mundial que têm a Língua Portuguesa como oficial e com ela se comunicam.

São oito os que compõem a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa –, uma proposta ousada que este ano completa 12 anos efetivada em consenso visionário de Chefes de Estado em 1996, concordando com as idéias, então, colocadas pelo brasileiro José Aparecido de Oliveira, Embaixador e Ministro da Cultura.

Os que constituíram a CPLP entenderam, ao que tudo indica, que o novo organismo multinacional iria contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida de cada um dos habitantes dos seus respectivos países, apesar da evidente heterogeneidade étnica, socioeconômica e cultural.

Assim, sobrepuseram-se às diferenças decorrentes de fatores e interesses geopolíticos, econômicos, históricos e outros para criar um organismo compacto e eficiente voltado à solução de problemas prioritários e a serviço do qual colocariam os seus melhores recursos diplomáticos e governança.

Elaboraram-se estatutos e criou-se uma estrutura administrativa e operacional compacta que hoje se mostra eficiente e atesta o conjunto de serviços altamente laudatória.

Centrando esforços na valorização da Língua Portuguesa, em educação, saúde, processos de desenvolvimento socioeconômico e cultural, potencialização de recursos e harmonização das relações, a CPLP passou a desempenhar um papel relevante em todos os setores dos oito países que se projeta, também, a outras regiões de presença marcante da Língua Portuguesa.



A clara convergência desses objetivos para com os princípios e objetivos rotarianos que levaram a constituição da Comissão Interpaíses Brasil-Portugal e demais países de Língua Portuguesa foi fundamental para a nossa aproximação com a CPLP.

Entendemos o papel do rotariano nos 205 países e regiões em que Rotary está presente como elemento ativo de uma organização não governamental (ONG) – inspirada pelo ideal de servir – para agir em benefício da comunidade suprindo carências, apoiando o desenvolvimento, formando opinião, conciliando diferenças e mediando conflitos.

No contexto da CPLP, os rotarianos de língua portuguesa, cidadãos e residentes nesses países, líderes nas suas respectivas atividades (empresários, profissionais das várias áreas, engenheiros, médicos, juristas, educadores, comerciantes, administradores, etc) – identificados com Rotary estão desenvolvendo iniciativas e trabalhos em prol de sua comunidade e prontos para, em harmonia com a CPLP, dar apoio a projetos e programas.

Somando a sua vivência – in loco – à interação entre os 60 mil rotarianos de Língua Portuguesa nos leva a prever o sucesso da ação conjunta dadas as experiências já vividas nas áreas de Saúde (Congressos de Medicina Tropical), Meio Ambiente (Educação Ambiental) e outras em desenvolvimento (alfabetização, ensino tecnológico, integração de minorias, Língua de Sinais, bolsas de ensino superior e de especialização médica etc.

O status de Observador Consultivo outorgado à nossa CIP – PLOP, que a torna componente do grupo privilegiado de entidades da sociedade civil cooperadoras da CPLP valoriza um relacionamento alicerçado na língua compartilhada e, no caso do nosso Brasil, o papel de exemplo integrador humanista de diversidades, etnias, origem, credo e costumes para um convívio em paz e harmonia que converge com os objetivos da CPLP.

Para saber mais acesse: www.frsp.org/CIP_PLOP

(*) Rotariano, Secretário Executivo da Comissão Interpaíses Brasil-Portugal e demais Países de Língua Oficial Portuguesa (CIP-PLOP) e Gerente do Departamento de Relações Internacionais da Fundação de Rotarianos de São Paulo.



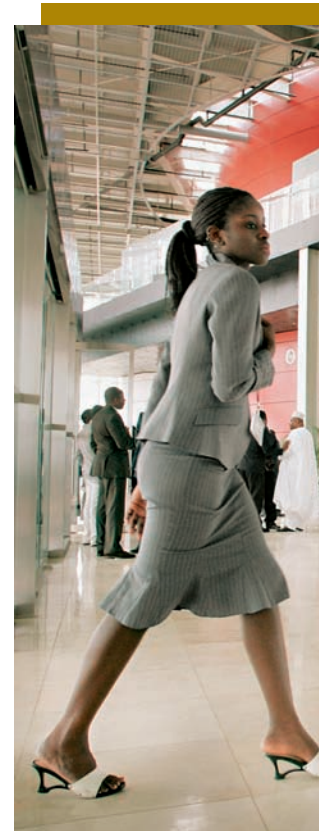


A CIDADANIA

A Cidadania e a Circulação avançam na CPLP. Apesar de ser uma das áreas com avanços substanciais nas Comunidades as dificuldades em conceder direitos políticos, económicos e sociais, cuja aplicação esteja em consonância com os actuais ordenamentos jurídicos, são enormes. Isto porque, cada um dos Estados-membros da CPLP também está integrado noutras organizações regionais e sub-regionais que impõe regras mais estritas. Porém, o Grupo de Trabalho Alargado sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP tem reunido com uma base regular, para analisar a cooperação entre os Estados-membros na área da Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP.

O tema da Cidadania está relacionado “com os objectivos fundamentais enunciados na Declaração Constitutiva da CPLP”, sublinha o Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca. Na sua intervenção no início da última reunião deste grupo de trabalho, o Secretário Executivo encorajou as delegações presentes a “adoptar medidas que respondam aos anseios repetidamente expressos pelas organizações representativas da Sociedade Civil e por diversas individualidades dos nossos países, para que se dê um conteúdo mais consistente à condição de Cidadão no Espaço da CPLP”.

Em termos de Circulação de Pessoas, os Estados-membros da CPLP produziram já um apreciável conjunto de instrumentos facilitadores: o Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para determinadas categorias de pessoas; o Acordo sobre a Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP; o Acordo sobre a Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP, o Acordo sobre o Estabelecimento de Requisitos



Fotografias: Agência Lusa

Comuns para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração e o Acordo sobre o Estabelecimento de Balcões específicos nos Postos de Entrada e Saída dos Aeroportos para o Atendimento de Cidadãos da CPLP. Todos os procedimentos internos de ratificação destes acordos, assinados em 2002, em Brasília, já foram concluídos em cada um dos Estados-membros da CPLP, com excepção de Timor-Leste onde o processo está em curso.

Contudo, “todos temos a consciência que será necessário dar passos adicionais para que sejam encontradas formas de tornar mais desimpedida a Circulação no Espaço da



CPLP, observa o Embaixador Luís Fonseca, realçando que muito há ainda a fazer “quanto à atribuição de Direitos Específicos aos Cidadãos que se encontrem no Espaço da Comunidade num país que não o seu”. O Secretário Executivo afirma também que é possível aos Estados “encontrar um denominador comum de direitos a serem atribuídos aos nossos Cidadãos, partindo do que já existe por força de acordos internacionais ou procurando alargar, até onde for possível, à escala da Comunidade, os direitos já reconhecidos aos Cidadãos através de acordos bilaterais entre Estados da CPLP.

O Grupo de Trabalho considera que a elaboração de um Estatuto de Cidadão da CPLP será um elemento facilitador da integração das comunidades migrantes e da circulação entre os Estados-membros, contribuindo para o sentimento de pertença à Comunidade e para a concretização dos objectivos que estão na origem da sua fundação.

No âmbito da Cidadania, a CPLP já reiterou o apoio de princípio ao Projecto de Convenção Quadro relativa ao Estatuto do Cidadão da CPLP, que poderá vir a ser adoptado cumpridas que estejam as reformas e formalidades legais em cada Estado-membro.

Recomendou ao Secretariado Executivo que, em consulta

com os Estados-membros, elabore uma listagem de direitos políticos, económicos e sociais cuja aplicação esteja em consonância com os actuais ordenamentos jurídicos e que possam vigorar numa fase intermédia até a adopção da Convenção Quadro.

Em matéria da Circulação, importa apostar numa vasta divulgação dos Acordos sobre Circulação de Pessoas nos Países da CPLP, assinados em Brasília, em 2002, e ao seu melhor cumprimento por parte dos serviços nacionais responsáveis.

O Projecto de Acordo sobre a Concessão de Visto de Estudante, apresentado pela delegação de Angola, deverá ser uma realidade dentro em breve, estando actualmente os serviços nacionais responsáveis dos Estados-membros da CPLP a estudar as suas implicações técnicas.

Fotografias: Agência Lusa



CINCO ACORDOS EM VIGOR

Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas

Os cidadãos de um dos países da CPLP, portadores de passaporte comum válido que sejam homens e mulheres de negócios, profissionais liberais, cientistas, investigadores/ pesquisadores, desportistas, jornalistas e agentes de cultura/ artistas, ficam habilitados a vistos para múltiplas entradas em qualquer dos outros Estados-membros da Comunidade, com a duração mínima de um ano. A permanência no território de qualquer um dos Estados-membros não poderá, salvo regime mais favorável previsto em legislação interna, ser superior a 90 dias consecutivos por semestre em cada ano civil.

Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração

A emissão de Vistos de Curta Duração a cidadãos nacionais de qualquer outro Estado-membro deverá ser efectuada no mais curto espaço de tempo, não devendo ultrapassar o prazo máximo de sete dias. Na instrução dos processos de Visto de Curta Duração (trânsito, turismo, e negócios) não serão exigidos outros documentos além dos seguintes: duas fotografias iguais, tipo passe (3X4) a cores; documento de viagem com validade superior em, pelo menos três meses à duração de estada prevista; prova de meios de subsistência; bilhete de passagem de ida e volta; certificado internacional de imunização (vacinação).

Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o atendimento dos Cidadãos da CPLP

Ficou fixado o estabelecimento de Balcões Específicos nos principais postos de entrada e saída, sujeitos a controlo, para o atendimento de cidadãos dos Estados-membros da CPLP.

Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico dos Cidadãos da CPLP

Os países da CPLP outorgarão reciprocamente aos seus cidadãos Vistos Temporários, de Múltiplas Entradas, para Tratamento Médico. O visto terá validade até dois anos, a critério da autoridade consular, passível de prorrogação por um período mínimo de um ano.

Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação das Autorizações de Residência para Cidadãos da CPLP

Os cidadãos dos Estados-membros, residentes nos outros Estados-membros, estão isentos do pagamento de taxas e emolumentos devidos na emissão e renovação de autorizações de residência, com excepção dos custos de emissão de documentos. Considerando que um dos objectivos da constituição da CPLP é o de promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados-membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas no espaço da CPLP, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;





O DESPORTO NA CPLP

É inegável a força que o desporto tem nas sociedades actuais e, não será certamente novidade para ninguém, o desporto faz bem, não só à saúde física, mas também à mente.

O desporto é um fenómeno com enorme incidência económica, social e educativa e é nesse âmbito que a maior parte dos governos mundiais destaca o desporto numa das suas áreas políticas ligadas à juventude e educação. Com a CPLP não é excepção.

Cada vez mais, na vida do dia-a-dia, são visíveis manifestações de apreço pelo desporto, quer no número de programas desportivos que vai aumentando, quer na quantidade de ginásios que vai abrindo, quer na publicidade que utiliza cada vez mais o desporto para vender uma imagem saudável de um produto.

É também nesse espírito que a CPLP desenvolve cada vez mais actividades de cooperação relacionadas com a prática e aprendizagem do desporto, ambicionando estreitar os laços que unem os Estados-membros entre si e, também, os da Comunidade a países terceiros.

Mesmo antes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa existir formalmente, já eram realizados os Jogos Desportivos. Este Campeonato foi instituído em 1990, através do Acordo Multilateral de Cooperação assinado em Lisboa pelos Estados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Nessa ocasião, o Brasil participou somente como observador. A iniciativa tinha como meta garantir o convívio desportivo entre as várias nacionalidades e fortalecer a comunidade de língua portuguesa. Hoje, os participantes representam os oito Estados-membros e, de dois em dois anos, um



Fotografias: CPLP

dos países integrantes da Comunidade fica responsável por sediar os jogos que acontecem desde 1992. Assim, Portugal acolheu a primeira edição dos jogos da CPLP em 1992; a Guiné-Bissau sediou em 1995; a terceira edição deu-se em 1997 em Maputo, Moçambique; Cabo Verde organizou os quartos Jogos em 2002; e a quinta edição ocorreu em 2005, em Angola.

De 26 de Julho a 01 de Agosto de 2008, decorrerá a VI Edição dos Jogos Desportivos da CPLP, no Rio de Janeiro (Brasil).

Durante sete dias, os atletas provenientes da CPLP estarão em

competição na capital carioca.

As disputas envolvem as modalidades de handebol (masculino), basquete (feminino), futebol (masculino), ténis (masculino e feminino), voleibol de praia (masculino e feminino) e atletismo para portadores de deficiências visuais. No entanto, este ano fica de parte a competição de atletismo para cadeirantes.



Desde então, outras iniciativas foram desenvolvidas para ir ao encontro destes objectivos como a criação da Escola Internacional de Futebol dos Países de Língua Portuguesa,

por exemplo, ou, os já referidos (ver “a CPLP e a Lusofonia”), Jogos da Lusofonia.

No caso mais recente da Escola de Futebol a adesão foi imediata. Sedeada em Brasília, o primeiro curso arrancou a 18 de Março de 2008, com base no Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Ministério do Desporto do Brasil e a Universidade de Brasília, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. O “Curso de Aperfeiçoamento para Técnicos de Futebol da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” contou com a participação de cerca de quarenta treinadores / alunos dos diversos países membros da CPLP,

distribuídos proporcionalmente à dimensão do Estado-membro e da sua população, de forma a favorecer a posterior disseminação dos conhecimentos adquiridos.

Dado o interesse do Governo brasileiro em adensar o intercâmbio e a cooperação na área desportiva e, em particular, no futebol, o executivo do Brasil decidiu ainda custear as passagens aéreas dos participantes, assim como todas as despesas de hospedagem, transportes e alimentação

relacionadas com o curso, na senda de que estas actividades permitem a formação da cidadania, a inclusão social e actuam como um instrumento do desenvolvimento.

O projecto da fundação da Escola de Futebol foi apresentado aos Ministros e Secretários do Desporto dos países da CPLP por ocasião da realização dos “V

Jogos Desportivos da CPLP”, realizados em Agosto de 2005, em Angola. A proposta de criação desta escola foi efectuada pelo actual presidente da Federação Moçambicana de Futebol, Faizal Sidat, em Maio de 2005 – altura em que coordenou a delegação de Moçambique na Copa CPLP de Futebol para Jovens, realizada em Brasília.

Além deste curso de aperfeiçoamento, a escola na continuidade dos seus trabalhos oferecerá cursos e estágios para atletas, gestores desportivos, árbitros, fisioterapeutas, massagistas e demais profissionais ligados ao futebol.

Todas estas iniciativas têm tido uma enorme aceitação quer a nível de cooperação política, quer pela adesão significativa da população.





A CONDURIL é uma empresa que se dedica, há mais de 50 anos, à indústria da construção de obras públicas e particulares. Tem sede em Ermesinde - Portugal, e internacionalizou a sua actividade nos mercados de Angola, Moçambique, Marrocos e Botswana através da abertura de Sucursais e de empresas nacionais nestes países.

Em Angola, o grupo CONDURIL, com mais de 2.000 trabalhadores, encontra-se a laborar, há mais de 20 anos, tendo desde essa data investido neste país mais de 150.000.000€ e criado a empresa angolana CONDURIL ENGENHARIA (Angola), Lda.

Com 95% dos seus quadros composto por trabalhadores angolanos, a CONDURIL continua a dispensar acurada atenção à formação, à saúde e higiene no trabalho, bem como à qualidade dos serviços prestados, valores estes fundamentais para o sucesso do Grupo CONDURIL.

Seda		Sucursal - Angola		Conduril Engenharia (Angola), Lda		
Ermesinde Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835 Apartado 1024 - 4449-909 Ermesinde - Portugal Tel. +351 229 773 920 Fax. +351 229 748 868 E-mail: expedientegeral@conduril.pt	Luanda Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente) S/N Caixa Postal 2164 Luanda Tel. +244 222 310 153 / 311 561 Fax. +244 222 310 713 E-mail: expgeralluanda@mail.conduril.com	Benguela Baixo do Capiambalo (Junto à Fabrica de Cortumes) Benguela Tel. +244 272 230 701 Fax. +244 272 230 701 E-mail: expgeralluanda@mail.conduril.com	Barra do Dande Município Barra do Dande Província do Bengo	Dondo Município do Dondo Província do Kwanza Norte	Uíge Municípios Diversos Província do Uíge	Sede Zona Industrial de Viana Município de Viana
		Porto Amboim Município Porto Amboim Província do Kwanza Sul	Cubal Município do Cubal Província de Benguela	Luau Município do Luau Província da Lunda Sul	Waco-Kungo Município do Waco-Kungo Província do Kwanza Sul	Benguela Município do Uche Província de Benguela
		Malange Municípios Diversos Província de Malange	N'Zeto Município do N'Zeto Província do Zaire	Moxico Município do Cazombo Província do Moxico		



ÚLTIMAS REUNIÕES CPLP

As largas centenas de reuniões realizadas em 12 anos de existência da CPLP são uma prova irrefutável do dinamismo alcançado pela Organização. Por ser impossível listar todas os encontros efectuados no âmbito da nossa Comunidade neste livro comemorativo, a seguir enuncia-se as principais reuniões decorridas no passado mais recente.

I - ÓRGÃOS DA CPLP

I.1 – Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

(VII Cimeira de Chefes de Estado e do Governo da CPLP – Lisboa, 25 de Julho de 2008).

(VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP – Bissau, 17 de Julho de 2006).

I.1.1 – Cimeiras Internacionais

(IIª Cimeira UE/ÁFRICA, decorreu em Lisboa no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, de 07 a 09 de Dezembro de 2007).

I.2 – Reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP.

(XIIIª Reunião do Conselho de Ministros – Lisboa, 24 de Julho de 2008).

(XIIª Reunião do Conselho de Ministros - Lisboa, Portugal - 2 de Novembro de 2007).

(XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP - Bissau, 16 de Julho de 2006).

I.3 - Comité de Concertação Permanente (CCP)

a. Reúne-se numa base mensal ou em sessões extraordinárias. Até Março de 2007 realizaram-se 100 sessões ordinárias do CCP e 54 sessões extraordinárias.

(28 de Maio de 2008 – por ocasião da visita de SE o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Dr. Vítor Manuel Barbosa Borges, à Sede da CPLP.)





(109ª Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente da CPLP em Lisboa a 14 de Dezembro de 2007).

(100ª Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente da CPLP).

(58ª Reunião Extraordinária do Comité de Concertação Permanente decorreu no dia 19 de Fevereiro de 2008, na Sede da CPLP em Lisboa).

I.4 – Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

a. Têm lugar duas vezes por ano.

(A 16ª Reunião dos Pontos Focais de Cooperação decorreu em Lisboa, de 25 a 26 de Fevereiro de 2008)

(A 15ª Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação, Lisboa, de 24 a 25 de Julho de 2007).

(A 14ª Reunião dos Pontos Focais de Cooperação decorreu em Lisboa, em Fevereiro de 2007.)

II - REUNIÕES PARLAMENTARES

II.1 – Fórum dos Presidentes dos Paramentos de Língua Portuguesa.

(V Fórum dos Presidentes dos Paramentos da CPLP - Lisboa, Julho de 2006).

(IV Fórum dos Presidentes dos Paramentos da CPLP - Brasília, 21 a 24 de Outubro de 2003).

II.2 – Fórum das Mulheres Parlamentares

(I Encontro de Mulheres Parlamentares da CPLP - Brasília, 8 a 11 de Junho de 2003).

II.3 – ASGPLP – Associação de Secretários-Gerais dos Paramentos de Língua Portuguesa / Encontros dos Secretários-Gerais dos Paramentos de Língua Portuguesa.

(VI Encontro de Secretários-gerais dos Paramentos de Língua Portuguesa – S. Tomé, 18 a 21 de Julho de 2005).

(VII Encontro de Secretários gerais dos Paramentos de Língua Portuguesa - Brasília, 26 a 29 de Setembro de 2006).

II.4 – Fórum dos Paramentos de Língua Portuguesa

(V Fórum dos Paramentos de Língua Portuguesa - Luanda, 7 a 8 de Abril de 2006).

(I Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares do Fórum dos Paramentos de Língua Portuguesa – Luanda, 15 e 16 de Dezembro de 2006).

III - COOPERAÇÃO

(Dias do Desenvolvimento, Lisboa, 05 a 07 de Junho de 2008.)

(Dias Europeus do Desenvolvimento, Lisboa, 08 de Novembro de 2008).

(2ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa).

IV - REUNIÕES SECTORIAIS

IV.1 – Administração do Território

(III Reunião de Ministros da Administração do Território da CPLP – Luanda).

IV.2 – Administração Interna e Segurança

(I Fórum Ministros Administração Interna – Lisboa, 08 e 09 de Abril de 2008)

(III Encontro de Ministros Responsáveis pela Segurança da CPLP – São Tomé, 26 a 27 de Julho de 2004).

IV.2.2 – Administração Interna e Segurança

(VII Reunião dos Directores dos Serviços de Imigração e Fronteiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa realiza-se entre 13 e 14 de Março de 2008, na Praia, em Cabo Verde).

(II Encontro dos Directores de Estradas dos Países de Língua Portuguesa (DEPLP) – Lisboa, 3 de Outubro de 2006).

(III Encontro dos Directores de Estradas dos Países de Língua Portuguesa (DEPLP) – previsto para 2007, em Angola).

(I Encontro das Entidades Responsáveis pelo Controlo Civil das Forças de Segurança no Países de Língua Portuguesa – Lisboa e Sintra, 12 e 13 de Dezembro de 2006)

IV.3 – Administração Pública

(II Encontro de Ministros da Administração Pública da CPLP – Maputo, 14 a 16 de Abril de 2004).

IV.3.1 – II Reunião dos Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE) dos Países de Língua Portuguesa realizou-se em Lisboa, no dia 29 de Outubro de 2007, na FIL.

IV.3.2 – III Fórum Permanente dos Arquivos Nacionais de Língua Portuguesa (Lisboa, Outubro de 2005).

IV.3.3 – Encontro de Medicina Militar da CPLP (Luanda, 22 a 25 de Novembro de 2004).

IV.3.4 – XIV Reunião dos Directores-Gerais dos Institutos de Estatística da CPLP (Lisboa, 29 e 30 de Novembro de 2004).

IV.3.5 – V Encontro das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa (Brasília, 11 a 13 de Maio de 2005).

IV.3.6 – XXI Conferência de Directores Gerais das Alfândegas da CPLP (Lobito, 9 a 12 de Outubro de 2006).

IV.3.7 – XV Reunião dos Directores-Gerais dos Institutos de Estatística da CPLP (Lisboa, Julho de 2005).

IV.3.8 – V Encontro dos Directores Nacionais dos Serviços de Migração e Fronteiras (São Tomé, 23 e 24 de Novembro 2005).

IV.3.9 – IX Reunião dos Chefes de Estado-Maior Genera da CPLP (Luanda, 10 a 12 Abril de 2007).

IV.3.10 – I Conferência dos Inspectores-Gerais de Finanças da CPLP (Maputo, 27 e 28 Abril de 2006).

IV.3.11 – VI Encontro dos Directores Nacionais dos Serviços de Migração e Fronteiras (Lisboa, 23 e 24 de Maio de 2006).

IV.3.12 – Encontro de Inspectores-Gerais do Trabalho dos Países de Língua Portuguesa (Santa Maria da Feira, 19 a 21 de Abril de 2006).

IV.4 – Agricultura

(IV Encontro de Ministros da Agricultura da CPLP- Brasília, 2004).

IV.5 – Ambiente

(IVª Conferência de Ministros do Ambiente, Luanda, 22 a 24 de Abril de 2008).

(III Reunião Ministerial do Ambiente da CPLP - Brasília, 24 a 26 de Maio de 2006).

IV.6 – Assuntos Parlamentares e Presidência

(VI Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e Assuntos Parlamentares - Curitiba, Março 2006).

(Reunião Extraordinária de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e Assuntos Parlamentares – Praia, 04 de Julho de 2005).

IV.7 – Bancos Centrais

IV.7.1 – Fórum dos Bancos Centrais da CPLP.

(VI Fórum dos Bancos Centrais da CPLP - Luanda 2002).

IV.7.2 – Encontro de Governadores dos Bancos Centrais da CPLP (Encontro de Governadores dos Bancos Centrais da CPLP – Bissau, 2 de Maio de 2008)

(III Encontro de Governadores dos Bancos Centrais da CPLP - Luanda, 6 de Novembro de 2006).

IV.7.3 – XVI Encontro do Banco de Portugal com as Delegações dos PALOP e Timor-Leste à Assembleia Anual do FMI/BM – Lisboa, 12 de Setembro de 2006).

IV.8 – Ciência e Tecnologia

(IV Reunião de Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP – Luanda, 7 a 10 de Novembro de 2005).

IV.9 – Comunicação Social

(II Reunião de Ministros da Comunicação Social da CPLP – Lisboa, 10 a 12 de Setembro de 2003).

IV.10 – Correios e Telecomunicações

(VIII Encontro Ministerial de Correios e Telecomunicações da CPLP – Viseu, 15 e 16 de Junho de 2004).

IV.10.1 – OTLP – Organização das Televisões de Língua Portuguesa.

(III Encontro de Televisões de Língua Portuguesa – Santa Maria, Cabo Verde, 9 a 14 de Setembro de 1991).

IV.10.2 – AICEP – Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa.

(XV Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa)

(XIV Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa – Maceió, 28 de Abril de 2006).

(XIII Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa, “Gerações Digitais” – Macau, 1 a 3 de Julho de 2005).

IV.10.3 – (IV Reunião Técnica das Telecomunicações subordinada ao tema “ Desenvolvimento da Regulação nos países da CPLP”, nos dias 19 e 20 de Outubro de 2007, em Maputo).

(III Reunião Técnica de Telecomunicações (Maputo, 19 e 20 de Outubro de 2006)).

IV.10.4 – Mesa Redonda para uma Plataforma de Partilha de Conteúdos Televisivos entre Operadores Públicos de Televisão dos Países Lusófonos e TV CPLP (Lisboa, 5 a 7 de Março de 2007).

IV.11 – Cultura

(VI Reunião de Ministros da Cultura – Praia, prevista para Outubro de 2007).

(V Reunião de Ministros da Cultura – Bissau, 28 e 29 de Outubro de 2006).



IV.12 – Defesa

(X Reunião de Ministros da Defesa da CPLP – previsto para Setembro de 2007).

(IX Reunião de Ministros da Defesa da CPLP - Praia, 14 e 15 de Setembro de 2006).

IV.13 – Desporto

(Reunião Extraordinária dos Ministros do Desporto e Juventude da CPLP – Mindelo, 30 de Junho e 01 de Julho de 2007).

(IX Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto dos Países Membros da CPLP - Salvador da Bahia, 6 a 7 de Março de 2006).

IV.14 – Educação

(VI Conferência de Ministros de Educação da CPLP - Lisboa, 16 de Dezembro de 2005).

IV.15 – Igualdade de Género

(Seminário sobre Igualdade de Género - Lisboa, Março de 2004).

IV.16 – Justiça

(XIª Reunião dos Ministros da Justiça da CPLP – Bissau, 11 e 12 de Fevereiro de 2008)

(X Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa - Praia, 22 e 23 de Novembro de 2005).

IV.17 – Juventude

(Reunião Extraordinária de Ministros do Desporto e Juventude da CPLP – Mindelo, 2 a 3 de Julho de 2007) (v. Desporto).

IV.18 – Magistratura

IV.18.1 - Encontros dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países de Língua Portuguesa.

(VII Fórum dos Presidentes dos Tribunais

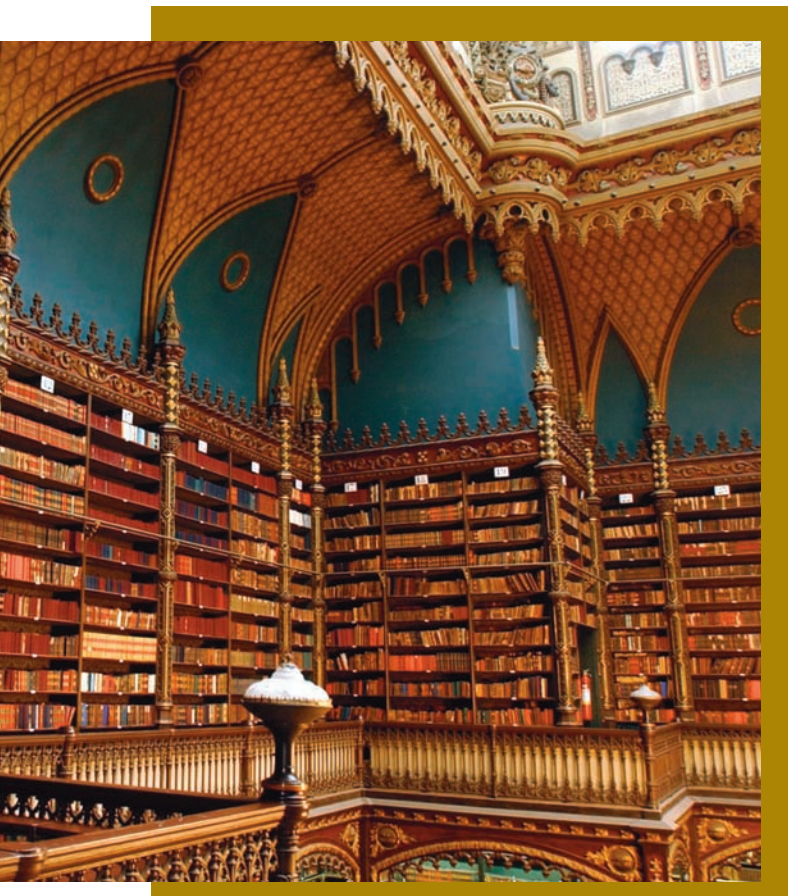
Supremos da Comunidade e Territórios de Língua Portuguesa 22 a 25 de Outubro de 2007, em Maputo).

(VI Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça - Brasília, 25 a 27 de Outubro de 2005).

IV.18.2 - Congressos do Ministério Público

(VI Congresso do Ministério Público - Évora, 21 a 24 de Novembro de 2002).

IV.18.3 - Encontros de Procuradores Gerais da República da CPLP.



(VIII Encontro dos Procuradores Gerais da República da CPLP - Maputo, 19 e 22 de Junho de 2006).

IV.18.4 - Encontros dos Tribunais de Contas da CPLP

(VIII Encontro dos Tribunais de Contas da CPLP - Lisboa, 1 de Julho de 2005).

(X Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural do Conselho Directivo dos Tribunais de Contas da CPLP - Lisboa, 4 de Julho de 2005).

(V Assembleia Gera da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP - Porto, 8 e 9 de Maio de 2008)

(IV Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP - Maputo, 21 de Julho de 2006).

IV.19 – Pescas

(3ª Sessão Ordinária de Ministros das Pescas da CPLP - Maputo, 6 e 7 de Março de 2008)

(III Conferência Ministerial dos Ministros Responsáveis pelas Pescas - Lisboa, 20 e 21 de Janeiro de 2005).

IV.20 – Propriedade Industrial

(II Fórum da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre a Propriedade Industrial reúne-se entre 28 e 29 de Abril de 2008, em Maputo).

IV.21 – Saúde

(1ª Reunião dos Ministros da Saúde - Cidade da Praia, 11 e 12 de Abril de 2008)

(1ª Reunião Ministerial de Políticas para as Mulheres e HIV/Sida na CPLP, realizou-se no Rio de Janeiro (Brasil), 24 e 25 de Março de 2008).

(V Reunião de Ministros da Saúde da CPLP - prevista para Praia, Outubro de 2007).

(IV Encontro de Ministros da Saúde da CPLP - Lisboa, Junho de 1998).

IV.21.1 - I Seminário sobre Terapêutica de Malária da CPLP - Lisboa, 9 a 11 de Outubro de 2006.

IV.21.2 - Reunião das Autoridades Nacionais de Luta Contra a SIDA da CPLP - prevista para 2007.

IV.22 – Segurança Social e Trabalho

(VIIIª Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP - Díli, 11 e 12 de Fevereiro de 2008).

(VII Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais

da CPLP - Bissau, 4 a 5 de Setembro de 2006).

IV.23 – Transportes

IV.23.1 - Associação dos Portos dos Países de Língua Portuguesa (Reunião de Constituição da Associação dos Portos dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa, 11 de Janeiro de 2005).

IV.24 – Turismo

(IV Conferência de Ministros do Turismo da CPLP - Lisboa, 25 de Janeiro de 2007).

V - INSTITUIÇÕES

V.1 – Três Espaços Linguísticos

(IIIº Encontro dos Três Espaços Linguísticos em Lisboa, 21 de Abril de 2008).

V.2 – Conferências Episcopais das Igrejas Lusófonas (Católicas)

(V Encontro Presidências Conferências Episcopais Igrejas Lusófonas - Bissau, Janeiro 2004).

(VII Encontro de Igrejas Lusófonas – Fátima, 10 a 15 de Outubro de 2006).

V.3 – Reuniões dos Secretários Gerais das Comissões Nacionais para a UNESCO dos Países de Língua Portuguesa.

(V Reunião dos Secretários Gerais - Maputo, 10 a 12 de Maio de 2004).

V.4 – Círculo de Reflexão Lusófona – Associação (Fundada em Lisboa, a 28 de Junho de 2004).

V.5 – Encontro das Fundações dos Países de Língua Portuguesa

(II Encontro das Fundações Lusófonas - Lisboa, Outubro de 2004)

(III Encontro das Fundações Lusófonas – Luanda, Setembro de 2006).

V.6 – Encontro da Associação de Ensino Superior em Ciências Agrárias dos Países de Língua Portuguesa (ASSESCA – PLP).

V.7 – Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP

(XVII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa - Praia, 10 a 15 de Junho de 2007).

V.8 – Comité Sindical de Energia dos Países de Língua Portuguesa

(CSPLP).

V.9 – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)

(Encontro de Governos Locais Lusófonos - autoridades locais dos países de língua portuguesa e representantes da sociedade civil e

de organizações nacionais e internacionais participam do encontro, dias 15 a 17 de Abril de 2008. /

XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela entidade brasileira Confederação Nacional de Municípios (CNM), dia 16 de Abril de 2008.).

(XXI Assembleia Geral da UCCLA, Salvador da Bahia, 4 a 8 de Julho de 2005).

VI - ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

VI.1 - Associação de Medicina Geral e Familiar da CPLP “Saúde em Português”

(IV Encontro de Medicina Geral e Familiar da CPLP – Ilha do Sal, 22 a 24 de Outubro de 2003).

VI.2 - Associação de Medicina Dentária Lusófona

VI.3 - Encontros da Associação de Magistrados de Língua Portuguesa

(IV Encontro de Juizes de Língua Portuguesa - São Tomé, 10 a 13 de Dezembro de 2002).

VI.4 - Associação dos Médicos dos Países de Língua Portuguesa

(I Reunião dos Médicos dos Países de Língua Portuguesa – Lisboa, 29 de Janeiro de 2005).

(I Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa – Praia, 27 a 29 de Novembro de 2006).

(III Congresso Internacional de Médicos da CPLP – Luanda, 23 a 26 de Janeiro de 2007).

VI.5 - Reuniões de Biólogos da CPLP

(I Reunião de Biólogos da CPLP – Lisboa, 28 de Setembro de 2004).

VI.6 - Reuniões do Comité Sindical da Energia dos Países de Língua Portuguesa – CSEPLP.

(I Reunião do Comité Sindical da Energia dos Países de Língua Portuguesa – Maputo, Julho de 2000).

VI.7 - Encontros do Conselho Permanente de Ordens e Associações de Advogados da CPLP.

(V Encontro do Conselho Permanente de Ordens e Associações de Advogados da CPLP – Luanda, 4 e 5 de Maio de 2002).

VI.8 - Reunião das Ordens e Associações de Engenheiros da CPLP

(I Reunião das Ordens e Associações de Engenheiros da CPLP – Porto, 22 de Outubro de 2000).

VI.9 - Encontros de Escritores e Editores de Língua Portuguesa

(I Encontro de Escritores e Editores de Língua Portuguesa – Brasília, 19 a 21 de Junho de 2000).

(I Encontro de Escritores de Língua Portuguesa - Leiria, 17-18 Abril de 2001).

VI.10 - Congressos Internacionais de Jornalistas de Língua Portuguesa

(VI Congresso Internacional de Jornalistas de Língua Portuguesa - Lisboa, 10 de Janeiro de 2005).

VI.11 - Congressos da Associação de Farmacêuticos de Língua Portuguesa

- AFPLP

(VIII Congresso Mundial da Associação de Farmacêuticos de Língua Portuguesa - Luanda, 31 de Maio a 2 de Junho de 2006).

VI.12 - Câmara Agrícola Lusófona - CAL

VI.12.1 - Jornadas de Agricultura da CAL

(II Jornadas de Agricultura Lusófona - Maputo, 15 de Março de 2004).

VI.12.2 - Reuniões de Jovens Agricultores Lusófonos

(II Reunião de Jovens Agricultores Lusófonos - São Paulo, Junho de 2000).

VI.13 - Encontros de Actores Lusófonos

(III Estágio Internacional de Actores Lusófonos - Coimbra, Setembro a Dezembro de 2003).



VI.14 - Fórum Empresarial da CPLP

(IV Fórum Empresarial da CPLP - Funchal, 14 e 15 de Outubro de 2005)

VI.15 - Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa

(VI Assembleia-Geral da Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa – Praia, 16 de Setembro de 2004).

VI.16 - Fórum das Mulheres Empresárias da CPLP

(IV Fórum das Mulheres Empresárias da CPLP – Maputo, Maio de 2005).

VI.17 - Reuniões de Medicina Veterinária da CPLP

(VIII Reunião de Medicina Veterinária – Ilha do Sal, 29 de Novembro a 2 de Dezembro de 1999).

VI.18 - Associação de Economistas de Língua Portuguesa, AELP

(VI Encontro de Economistas de Língua Portuguesa - Luanda, 11 a 13 de Abril de 2006).

VI.19 – Organização dos Chefes de Polícia da CPLP

(Reunião Constitutiva da Organização dos Chefes de Polícia da CPLP - Luanda, 26 a 27 de Março de 2007).

VII - OUTROS

VII.1 – Comissão para o Desenvolvimento das Associações de Cegos dos Países de Língua Portuguesa (CDAC)

(Reunião da CDAC realizada à margem da Assembleia-Geral da União Mundial de Cegos – Cape Town, Dezembro de 2004).

VII.2 - Associações de Estudantes de Língua Portuguesa

VII.2.1 – LEUPLP – Liga dos Estudantes do Ensino Superior

(Colóquio “A Participação da CPLP na Afirmação dos Povos Lusófonos” – Luanda, 17 a 24 de Julho de 2006).

VII.2.2 - Encontros Lusófonos de Estudantes do Ensino Superior

(I Encontro Lusófono de Estudantes do Ensino Superior – Alcobaça, 18 a 20 de Abril de 2001).

VII.3 - Agência CRIA (Agência dos Países de Língua Portuguesa e do Território de Macau para o Clima e Respectivas Implicações Ambientais).

VII.3.1 - Jornadas sobre Clima e Aplicações na CPLP

(III Jornadas sobre Clima e Aplicações na CPLP – Évora, 15 a 18 de Maio de 2002).

VII.3.2 - Rede de Organizações sobre Alterações Climáticas

da CPLP (Reuniões da Rede de Organizações sobre Alterações Climáticas da CPLP).

VII.4 - Congressos de Ciências da Comunicação da CPLP

(V Congresso de Ciências da Comunicação da CPLP – Maputo, 16 a 19 de Abril de 2002).

VII.5 - Federação das Associações Cívicas do Espaço Lusófono (FACEL)

(I Congresso das Associações Cívicas dos Países de Língua Portuguesa - Luanda, 18 de Abril de 2001).

VII.6 - Fórum da Juventude da CPLP

(III Assembleia-Geral do Fórum da Juventude da CPLP - Coimbra, 6 a 8 de Junho de 2005).

(I Conferência da Juventude da CPLP sobre o VIH/SIDA - Bissau, 11 a 13 Abril 2006).

VII.7 - Fórum das Mulheres da CPLP

(I Conferência das Mulheres da CPLP – Salvador da Bahia, Janeiro e Fevereiro de 2000).

VII.8 - Fórum das Organizações dos Deficientes da CPLP

(I Encontro de Artistas Portadores de Deficiência da CPLP – Praia, 3 a 6 de Junho de 1998).

VIII - EVENTOS - ÁREAS SECTORIAIS

VIII.9.1 – Comunicação Social

(I Encontro de Jornalistas Económicos da CPLP, nos dias 21 e 22 de Abril, em Malanje, Angola).

(VI Congresso Internacional do Jornalismo de Língua Portuguesa – Lisboa, 10 e 11 de Janeiro de 2005).

(I Festival de Rádios Comunitárias da CPLP - Bissau, 14 a 20 de Março de 2006).

VIII.9.2 – Cultura

(Iº Festival multicultural da CPLP – Lisboa, 10 de Maio de 2008)

VIII.9.3 – Ciência e Tecnologia

(Seminário “Acesso Livre ao Conhecimento Científico nos Países Lusófonos” Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 2007).

(II Colóquio Luso-brasileiro de Educação à Distância e On-line, dias 5 e 6 de Novembro de 2007, no Museu das Comunicações em Lisboa).

VIII.9.4 – Desporto

(6ª Edição dos Jogos Desportivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) vai decorrer de 26 de Julho a 1 de Agosto, no Rio de Janeiro, no Brasil).

(5ª Edição de Jogos Desportivos da CPLP - Luanda, 12 a 18 de Agosto de 2005).

(I Jogos da Lusofonia – Macau, 7 a 15 de Outubro de 2006).

VIII.9.5 – Economia e Sector Empresarial
(VIIº Encontro de Economistas da CPLP – Maputo, 9 a 11 de Abril de 2008)
(I Encontro de Organismos de Fiscalização das Actividades Económicas dos Países da CPLP - Lisboa, 20 e 21 de Outubro de 2005).
(II Encontro de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa - Lisboa 10 e 11 de Abril de 2006).
(II Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa – Macau, 24 e 25 de Setembro de 2006).

VIII.9.6 – Educação
(Iª Edição do Concurso Literário “Terminemos este Conto” – Lisboa, 28 de Março de 2008).
(II Encontro de Especialistas de História da CPLP - Lisboa, 29 a 31 de Março de 2006).

VIII.9.7 – Finanças
(12ª Sessão ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), que se realiza a 17 de Janeiro de 2008, em Ouagadougou, no Burkina Faso).

VIII.9.8 – Saúde
(II Congresso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre DST e AIDS será realizado no Hotel Gloria, na cidade do Rio de Janeiro, de 14 a 17 de Abril de 2008).(Conferência Internacional sobre Narcotráfico na Guiné Bissau, 19 de Dezembro de 2007).

IX - GRUPOS

IX.1 – Grupo Internacional de Contacto sobre a Guiné-Bissau

(4ª Reunião do GIC-GB – Praia, 5 de Maio de 2008)

IX.2 – Grupo CPLP

(Reunião do Grupo CPLP com FAO – Roma, Novembro de 2007).
(Reunião do Grupo CPLP – Ottawa, Canadá, Novembro de 2007).
(Reunião do Grupo CPLP com FAO – Roma, 25 de Julho de 2007).
(Reunião do Grupo CPLP – Tóquio, 18 de Julho de 2007).
(Reunião de Institucionalização – Brasília, 13 de Junho de 2007).
(Vª Reunião do Grupo CPLP – Maputo, 31 de Maio de 2007).
(Reunião do Grupo CPLP – Bruxelas, 20 de Abril de 2007).
(Reunião do Grupo CPLP – Berna, 19 de Abril de 2007).
(Reunião do Grupo CPLP – Dacar, 13 de Abril de 2007).

IX.3 – Grupo de Trabalho Alargado sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP.

(Reunião do Grupo – Lisboa, 18 de Junho de 2007).



MAIS DO QUE O EX-LIBRIS DA GASTRONOMIA PARISIENSE

Brinde connosco ao espírito *bon vivant*, ao lado belo e apaixonadamente gourmet da vida, às artes e aos artistas, aos serões e às conversas inspiradas pela noite dentro. Acompanhe, *comme il faut*, com o ex-libris das brasseries parisienses: ostras e champanhe.

No coração de Lisboa, mais do que um novo restaurante,

UMA EXPERIÊNCIA VERDADEIRAMENTE GOURMET

TIVOLI LISBOA
Av. da Liberdade, 185 - 1269-050 LISBOA
RESERVAS: 21 319 89 77
ABERTO DAS 07:00H ÀS 00:00H
reservas@brasseriefloodlisboa.com
www.brasseriefloodlisboa.com

BRASSERIE

FLO
LISBOA

experience more TIVOLI



CONTACTOS ÚTEIS

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Rua de S. Caetano, n.º 32
1200-829 Lisboa
Portugal
www.cplp.org
comunicacao@cplp.org

Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)

Casa Cor-de-Rosa
Rua Andrade Corvo, n.º 8
C.P. n.º 382, Praia
- República
de Cabo Verde
Tel.: +238 261 95 04 /
261 96 73
Fax: +238 261 95 02
www.iilp-cplp.cv
iilp.secretariado@cvtelecom.cv

Embaixada da República de Angola em Portugal

Av. da República, 68
1050 Lisboa
Tel.: +351 21 782 74 60
www.embaixadadeangola.orggabemangola@hotmail.com

Missão Permanente da República Federativa do Brasil junto à CPLP

Avenida da Liberdade,
n.º 180 A, 10.º Andar
1250-146 Lisboa
Tel.: +351 21 356 83 60
Fax: +351 21 357 30 27
missao@brasilcplp.org

Embaixada da República de Cabo Verde

Avenida do Restelo, n.º 33
1449-025 Lisboa
Tel.: +351 213 041 440
Fax: +351 213 041 466
e-mail: info@embcv.pt

Missão Permanente da República da Guiné-Bissau junto à CPLP

Rua Alcolena, n.º 17

1400-004 Lisboa
Tel.: +351 21 303 0440
Fax: +351 21 303 0450

Embaixada da República de Moçambique em Lisboa

Avenida de Berna, n.º 7
1050-036 Lisboa
Tel.: +351 21 797 19 94
Fax: +351 21 793 27 20

Embaixada da República Democrática de São Tomé e Príncipe em Lisboa

Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 26 - 6.º
1000-017 Lisboa
Tel.: +351 21 846 19 17/8
Fax: +351 21 846 18 95

Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Lisboa

Avenida Infante Santo,
n.º 17 - 6.º E
1350-175 Lisboa
Tel.: +351 21 393 37
30/31/32
Fax: +351 21 393 37 39
E-mail: etta-Lx@netc.pt

Observadores Consultivos:

Academia Brasileira de Letras

Av. Presidente Wilson, 203
Castelo CEP 20030-021
Rio de Janeiro - Brasil
Tel.: +55 2139742500
<http://www.academia.org.br>

AMI - Assistência Médica Internacional

R. José do Patrocínio, 49
Marvila 1949-008 Lisboa
Tel.: +351 218362100
Fax.: +351 218362199
<http://www.fundacao-ami.org/ami/matriz.asp>

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Av. Santos Dumont, n.º67 - 2.º
1050-203 Lisboa
Tel.: +351 21 7816360/8
Fax: +351 21 7816369
<http://www.aulp.org>

Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Portuguesa ACOCOLOP

Travessa da Memória, 36-38
1300-403 Lisboa
Tel.: 213617260

R. do Desporto, n.º185-195
Taipa - Macau China
Tel.: +853 28702006
Fax: +853 28712006

Associação Saúde em Português

Av. Elísio de Moura, 471 - 1.º
3030-103 Coimbra
Tel.: +351 239702723
Fax: +351 239705186
www.saudeportugues.pt

Círculo de Reflexão Lusófona

Rua do Alto do Duque, 39
1400-009 Lisboa
Tel.: +351 213031864
Fax: +351 213030839

Comissão InterPaíses/ Países de Língua Oficial Portuguesa-CIP/PLP Fundação Rotarianos São Paulo

Avenida Higienópolis, 996
São Paulo SP CEP 01238-910
Tel.: +55 11 3829 2879/78
Fax: +55 11 3829 2876
http://www.frsp.org/CIP_PLOP/index.php

Comunidade Médica de Língua Portuguesa

Av. Almirante Gago Coutinho,
n.º151 749-084 Lisboa
Tel.: +351 21 842 7100
Fax: +351 21 842 7199

Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa

Rua de Buenos Aires, 11
1249-067 Lisboa
Tel.: +351 213931200
<http://www.ugt.pt>

Conselho Empresarial da CPLP

Edifício Logoplaste
Estrada de Malveira, 900
2750-782 Cascais
Tel.: +351 214858600
Fax.: +351 214858609
<http://www.elo-online.org/conselho.htm>

Fórum da Juventude da CPLP

Rua dos Douradores, n.º
106-5.º
1100-207 Lisboa
Tel.: +351 218802130
Fax.: +351 218802139

Fundação Agostinho Neto

Rua Major Kanhangulo (ex
Rua Direita de Luanda), n.º
10 Luanda
Angola

Fundação Bial

Av. Siderurgia Nacional
4745-457 S. Mamede do
Coronado
Tel.: +351 229866100
Fax.: +351 22 9866190
<http://www.bial.com/>

Fundação Calouste Gulbenkian

Av. de Berna, n.º45 A
1067-001 Lisboa
Tel.: +351 217823639/
217823212
Fax.: +351 217823021/
217823025
<http://www.gulbenkian.pt>

Fundação Champalimaud
Praça Duque de Saldanha,
n.º1 - 9 E 1050-094 Lisboa
Tel.: +351 213568160

Fax.: +351 213568169
www.fchampalimaud.org

Fundação Eduardo dos Santos - FESA

R. de Companinha de Jesus,
n.º4 (Complexo Endiama)
P.O. Box 545
Miramar - Luanda Angola
Tel.: +244 222430315
Fax.: +244 222430316
<http://www.fesa.org.ao>

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Rua do Sacramento
à Lapa, n.º21
1249-090 Lisboa
Tel.: +351 213935800
Fax.: +351 213963358/
213956614
<http://www.flad.pt>

Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa

Rua de São Marçal, n.º77-79
1200-419 Lisboa
Tel.: +351 213407150
Fax.: +351 213431177
www.fund-luso-brasileira.org

Fundação Mário Soares

R. São Bento, n.º 176
1200-821 Lisboa
Tel.: +351 213920441
Fax.: +351 213964156
www.fundacao-mario-soares.pt

Fundação Oriente

R. do Salitre, n.º66-68
1269-065 Lisboa
Tel.: +351
213585250/21/00
Fax.: +351 213520742
<http://www.foriente.pt>

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Av. Brasil, n.º 4365
- Manguinhos
Rio de Janeiro CEP 21040-
900 Brasil
<http://www.fiocruz.br>

Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação

Av. da Liberdade, 194 - 8º
Tel.: +351 213192660
<http://www.juventude.gov.pt>

Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

Av. 25 de Setembro, Edifício Times Square, bloco 2, nº 12504 CP 4206 Maputo - Moçambique
Tel.: +258 21355300
Fax.: +258 21355355
<http://www.fdc.org.mz>

Fundação Portugal-África R. de Serralves, nº191

4150-706 Porto
Tel.: +351 225320319
Fax.: +351 225320310
<http://www.fportugalafrica.pt>

Fundação Roberto Marinho

R. Santa Alexandrina, nº336
Rio Comprido - Rio de Janeiro 20261-232 Brasil
<http://www.frm.org.br/>

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

R. da Junqueira, nº96
1349-008 Lisboa
Tel.: +351 21 365 2600
Fax.: +351 21 363 2105
<http://www.ihmt.unl.pt/>

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Av. Augusto Severo, nº8 - 10º andar
Glória - Rio de Janeiro CEP 20021-040 Brasil
Tel.: +55 21 2509 5107
<http://www.ihgb.org.br>

Instituto Internacional de Macau

R. de Berlim, Edifício Nam Hong, 2º (NAPE) Macau
Enviar mail:
Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, nº11 1150-320 Lisboa
Tel.: +853 751 727/751 767 (Lisboa: +351 21 324 1471 / 96 480 6722)
Fax.: +853 751 797 (Lisboa: +351 21 324 1029)
<http://www.iimacau.org.mo/>

Médicos do Mundo Portugal

Av. de Ceuta (sul) Lt. 4 Loja 1
1300-125 Lisboa
Tel.: +351 213612021
Fax.: +351 213619525
<http://www.medicosdomundo.pt>

Organização Paramédicos de Catástrofe Internacional

Praça de São Paulo, nº7 - 4º Esq. - Porta B
1200-425 Lisboa
Tel.: +351 912948244
<http://www.paramedicos-internacional.org>

Real Gabinete Português de Leitura

R. Luís de Camões, nº30 CEP 20051-020 - Centro Rio de Janeiro, Brasil
Tel.: +55 2122213138
Fax.: +55 2122212960
www.realgabinete.com.br

Sociedade de Geografia de Lisboa

R. das Portas de Santo Antão, nº100
1150-269 Lisboa
Tel.: +351 213425401/
213425068
Fax.: +351 213464553

União das Misericórdias Portuguesas

Calçada das Lages, nº12 A
1900-292 Lisboa
Tel.: +351 218155342
Fax.: +351 218147535
<http://www.ump.pt>

União dos Advogados de Língua Portuguesa - UALP

SAS Q 05 Lt. Bl "M" Brasília/DF
CEP 70070-939 Brasil
Tel.: +55 6121939684/
+351 218823550
Fax.: +55 6121939652
<http://www.oab.org.br>

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6194 Barão Geraldo - Campinas - SP CEP 13083-872 Brasil
Tel.: +55 1935214720
Fax.: +55 1935214789
<http://www.unicamp.br>

Universidade Federal da Bahia - UFBA

R. Augusto Viana, s/n Canela - Palácio da Reitoria CEP 40110-909 Salvador - BA Brasil
Tel.: +55 7132837072
Fax.: +55 7132837027
<http://www.ufba.br>

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO

Av. Pasteur, nº296 Urca - Rio de Janeiro RJ 22290-240 Brasil
Tel.: +55 2125427350
Fax.: +55 2122958642
<http://www.unirio.br>

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Campo Grande, nº376 1749-024 Lisboa
R. Sam Levy Villa Restelo "C7", 4º Esq.
1400-391 Lisboa
Tel.: +351 933186109
<http://www.ulp.pt>

União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa)

Rua de São Bento, 640 1250-222 Lisboa - Portugal
Tel.: +(351) 21 384 5600
Fax: +(351) 21 385 25 96
uccla@uccla.pt

Membros Efectivos:

Câmara Municipal de Bissau

Av. Domingos Ramos
Caixa Postal 34 Bissau
República da Guiné-Bissau
Tel.: (00245) 206 477
Fax: (00245) 201 032

Comité de Estado da Região de Bolama/ Bijagós

Rua 5 de Outubro
Caixa Postal nº 37 - Bolama
República da Guiné-Bissau
Tel. (00245) 811 141
Fax (00245) 201 032

Distrito Federal de Brasília Palácio do Buriti

- Praça do Buriti - 70075

Brasília DF - Brasil
Tel.: (0055613) 441 44 00
Fax: (0055613) 441 44 66
<mailto:gabgov@buriti.br.gov.br>
<http://www.distrifederal.df.gov.br/>

Comité de Estado da Região do Cacheu

Av. IV Centenário do Cacheu
Caixa Postal nº 1 - Cacheu
República da Guiné-Bissau
Tel.: (00245) 921 129
Fax: (00245) 203 300

Administração do Distrito de Díli

Rua Mouzinho de Albuquerque- Díli
República Democrática de Timor-Leste
Tel.: (00670) 331 25 53
Fax: (00670) 331 25 26

Câmara Municipal de Guimarães

Largo Cónego José Maria Gomes
4810-242 Guimarães Portugal
Tel.: (00351) 253 421 200
Fax: (00351) 253 515 134
camaraguimaraes@mail.telepac.pt
www.cm-guimaraes.pt

Conselho Municipal da Ilha de Moçambique

Caixa Postal 104
Ilha de Moçambique
República de Moçambique
Tel.: (0025826) 610 132/610 126/610 097
Fax: (0025826) 610 132/610 126/610 097
cjasso@teledata.mz

Câmara Municipal de Lisboa

Praça do Município
1149-014 Lisboa Portugal
Tel.: (00351) 213 227 000
Fax: (00351) 213 236 279
camara@cm-lisboa.pt
<http://www.cm-lisboa.pt/>

Governo Provincial de Luanda

Largo Irene Cohen, 1
Caixa Postal 1227 - Luanda
República de Angola
Tel.: (002442) 223 922 97
Fax: (002442) 223 339 02
www.gpl.gv.ao

Macau - Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais

Av. Almeida Ribeiro 163
C.P. 3054 - Macau
Tel.: (00853) 336 400
Fax (00853) 341 890
www.iacm.gov.mo

Conselho Municipal de Maputo

Praça da Independência
Caixa Postal 251 - Maputo
República de Moçambique
Tel.: (0025+821) 21 356 100 -
Extensão: 2039/2060
Fax: (00258) 320 053
Website: Conselho municipal de Maputo

Oecussi-Ambeno (Timor)

Presidente: Dr. Francisco Marques
Tel.: (00670)726 24 03

Câmara Municipal da Praia

Praça Alexandre de Albuquerque
Caixa Postal 108
Plateau - Praia Santiago
República de Cabo Verde
Tel.: (002382) 615 221
Fax: (002382) 611 242
www.cmpriaia.cv

Câmara Municipal de Ribeira

Grande
Largo Cons. Hintze Ribeiro
Tel.: 296 472 118
geralcmrg@cm-ribeiragrande.Pt

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Palácio da Cidade
Rua de São Clemente, 360
22260-000 Rio de Janeiro
República Federativa do Brasil
Tel.: (005521) 22 86 10 45 -22 86 22 39 - 22 86 30 40
Fax: (005521) 22 73 99 77 /22 86 92 46
gpcri@pcrj.rj.gov.br
www.rio.rj.gov.br/

Prefeitura Municipal de Salvador da Bahia

Palácio Tomé de Sousa
Praça Municipal - Centro
40.020 - 100 - Salvador da Bahia
República Federativa do Brasil

secr@pms.ba.gov.br
www.salvador.ba.gov.br

Santo António do Príncipe
Governo Regional do Príncipe

República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Tel.: 00 (239) 251 011

São Tomé / Água Grande
Câmara Distrital de Água Grande

Caixa Postal 10
São Tomé
República Democrática de São Tomé e Príncipe

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Av. Santos Dumont, 67, 2º, 1050-203
Lisboa - Portugal
Tel.: (+351.21.) 781.63.60/8
Fax: (+351.21.) 781.63.69
aulp@aulp.org

Membros:

ANGOLA:
Instituto superior privado de angola - ISPRA

Endereço: Parque da Filda - (à Estrada de Catete)
Código Postal: Luanda
Tel.: (0024422) 265 645 / 265 646
Fax: (0024422) 265 647
secretariageral@mail.ispra.ao
www.netangola.com/ispra

Universidade Agostinho Neto

Av. 4 de Fevereiro, nº. 7 - 2º.
Caixa Postal 815 - Luanda
Tel.: (0024422) 2311 125 / 2310 341
Fax: (0024422) 2310 283 / 2310 887
uan@nexus.ao
reitor@nexus.ao
www.uan.ao

Universidade Católica de Angola

R. Nossa Senhora da Muxima, 29 - 2064 Luanda
Tel.: (0024422) 233 99 07
Fax: (0024422) 239 87 59
info@ucan.edu
filomeno_dias@ucan.edu
www.ucan.edu

Universidade Independente de Angola - UNIA

Rua da Missão, Bairro Morro Bento II, Corimba, Luanda
Tel.: (0024422) 2395 775 / 2338 970 / 912 319 528
Fax: (0024422) 2392 691

Universidade Jean Piaget de Angola

Bairro Capalanca
Caixa Postal: 81 - Viana, Luanda 10365 - Brito Godins
Tel.: (0024422) 230 11 48 / 92
Fax: (0024422) 290 872
jrocha_piaget@hotmail.com
bbcarloss@hotmail.com
i.piaget@netangola.com
www.ipiaget.org

BRASIL

Faculdades Integradas do Brasil - Unibrasil

Rua Konrad Adenauer, 442
82.820-540 Curitiba - Paraná
Tel.: (0055) 413 614 284
inter@unibrasil.com.br
www.unibrasil.com.br

Centro Universitário Nove de Julho - Uninove

Rua Diamantina, 302
Vila Maria - 02117-010
Tel.: (005511) 6633-9000
Fax: ((005511) 6633-9194
www.uninove.br
marketing@uninove.br
Instituto Latino Americano de Direito de Integração
Caixa Postal 1240
90.001.970
Portalegre - RS - Brasil

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Campus Universitário Rodovia D. Pedro I, Km.136, Parque das Universidades 13012-970 Campinas - SP
Tel.: (005519) 3756 7010 / 3756 7288
Fax: (005519) 3256 8477 / 3756 7366
reitoria@puc-campinas.br
pewilson@puc-campinas.edu.br
www.puc-campinas.br

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rua Monte Alegre, 984 Perdizes
05014-901 São Paulo - SP
Telefone (005511) 367 08 010 / 367 08 278 (reitoria)

Fax (005511) 367 08 505
@ reitoria@pucsp.br
@ arii@pucsp.br
url www.pucsp.br

Universidade Bráz Cubas

Av. Francisco Rodrigues Filho, 1233 Bairro do Mogilar
Caixa Postal: 511
08773-380 Mogi das Cruzes- São Paulo
Tel.: (005511) 479 02256 / 479 18000
Fax: (005511) 479 03844 / 4790 2256
ritaescobar@brazcubas.br / mchermannreitor@brazcubas.br
www.brazcubas.br

Universidade Católica de Brasília

EPCT Q. S. 07 Lote 01 - Águas Claras
71.966-700 Taguatinga Distrito Federal
Tel.: (005561) 356 91 47 / 356 91 48
Fax: (005561) 356 18 00 / 356 30 10
ucb@ucb.br
dniquni@ucb.br
www.ucb.br

Universidade Católica de Goiás

Av. Universitária, 1440 - Setor Universitário - Caixa Postal: 86
74.605-010 Goiânia - Goiás
Tel.: (005562) 227 10 03 / 227 10 02
Fax: (005562) 227 10 05 / 227 10 10
reitoria@ucg.br
ucg@ucg.br
www.ucg.br

Universidade Cidade de S. Paulo

Rua Cesário Galeno, 432/448 Tatuapé
03071-000 São Paulo - SP
Tel.: (005511) 217 812 00
Fax: (005511) 217 814 15
gabreit@unicid.br
lauricio@unicid.br
www.unicid.br

Universidade Cruzeiro do Sul

Av. Dr. Ussiel Cirilo, 225 São Miguel Paulista
08060-070 São Paulo - SP
Tel.: (005511) 384 931 35 / 613 757 08
Fax: (005511) 613 757 00

/613 757 60
adair.pereira@unicul.br
unicul@unicul.br
www.unicul.br

Universidade da Amazônia

Av. Alcindo Cacela, 287 Bairro Umarizal
66.060-000 Belém - Pará
Tel.: (005591) 212 30 01 / 210 30 00
Fax: (005591) 225 39 09
reitor@unama.br
internacional@unama.br
www.unama.br

Universidade da Região de Campanha

Av. Tupy Silveira, 2099 - Centro 96.400.110 Caixa Postal: 141 Bagé - Rio Grande do Sul
Tel.: (0058553) 242 82 44
Fax: (005553) 242 88 98
urcamp@attila.urcamp.tche.br
www.urcamp.tche.br

Universidade da Região de Joinville

Campus Universitário, s/nº Bom Retiro Caixa Postal: 246 89.201-972 - Joinville - Santa Catarina
Tel.: (005547) 461 60 51 / 461 90 00
Fax: (005547) 473 01 31 / 461 90 53
cristala@univille.edu.br
reitoria@univille.edu.br
www.univille.edu.br

Universidade de Alfenas

Rod. MG 179, Km 0 Campus Universitário Caixa Postal: 23 37.130-000 - Alfenas - Minas Gerais
Tel.: (005535) 329 930 00
Fax: (005535) 329 938 00 / 329 144 03
unifenas@unifenas.br
www.unifenas.br

Universidade de Brasília (Fundação)

Prédio da Reitoria, Subsolo, sala 21 - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte 70.910-900 - Brasília - Distrito Federal
Tel.: (005561) 348 20 22 / 307 26 00
Fax: (005561) 272 00 03 / 274 26 49
integral@guarany.cpd.unb.br
unb@unb.br
www.unb.br

Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 - Bairro Petrópolis 95.901-970
Caixa Postal: 1352 Caxias do Sul - Rio Grande do Sul
Tel.: (005554) 218 2318
Fax: (005554) 212 10 49 / 218 23 18
larizzon@ucs.br
l Stalliv@ucs.br
www.ucs.br

Universidade de Itaúna

Av. Dona Cota, 397 - Itaúna 35680-033 - Minas Gerais
Tel.: (005537) 242 16 22
Fax: (005537) 242 16 22
uit@uit.br
www.uit.br

Universidade de Fortaleza

Av. Washington Soares, 1321 Bairro Edson Queiroz
Caixa Postal: 1258 60.811-905 Fortaleza - Ceará
Tel.: (005585) 477 3000
Fax: (005585) 477 3055
reitoria@unifor.br
www.unifor.br

Universidade de Franca

Av. Dr. Armando Salles Oliveira, 201 - Parque Universitário
Caixa Postal: 82 14.404-600 - Franca - São Paulo
Tel.: (005516) 371 188 51 / 371 188 88 / 371 188 86
Fax: (005516) 371 188 81
reitoria@unifran.br
www.unifran.br

Universidade de São Paulo

Rua da Reitoria, 109 - Cidade Universitária - Butantã 05.508-900 - São Paulo - SP
Tel.: (005511) 381 550 39 / 309 135 28 / 29 / 93
381 437 42
gr@edu.usp.br
ccint@edu.usp.br
www.usp.br

Universidade de Taubaté

Rua 4 de Março, 432 - Bairro Centro 12.020.270 - Taubaté - São Paulo
Tel.: (005512) 225 41 00
Fax: (005512) 232 76 60
reitoria@unitau.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua São Francisco Xavier,
524 Maracanã -
20559-900 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (005521)
2587 75 92 / 2587 77 20
Fax: (005521)
2284 50 33 / 2204 04 42
reitoria@uerj.br
nilcea@uerj.br
www.uerj.br

Universidade do Vale do Itajaí
Rua do Uruguai, 458
Caixa Postal: 360 -
88.302.202
Itajaí - Santa Catarina
Tel.: (005547)
341 75 20 / 341 75 75
Fax: (005547) 341 75 77
reitoria@univali.br
www.univali.br

Universidade Estadual de Campinas
Cidade Universitária
"Zeferino"
Vaz s/nº - Barão Geraldo
13083-970 - Campinas
São Paulo
Tel.: (005519)
3788 2121 / 3788 4720
Fax: (005519)
3788 4789 / 3788 4701
cori@unicamp.br
gabinete@reitoria.unicamp.br
www.unicamp.br

Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"
Rua Quirino de Andrade,
215 - 12º Andar
01419-010 - Centro
São Paulo - SP
Tel.: (005511)
5627 0608 / 5627 0519
Fax: (005511) 5627
0103
reitor@unesp.br
carrizo@reitoria.
unesp.br
www.unesp.br

Universidade Federal de Alagoas
Campus A. C. Simões
BR 104 - Norte, Km 97
Tabuleiro do
Martins 57072-970
- Maceió - Alagoas
Tel.: (005582)
214 10 02 / 214 10 01
Fax: (005582) 214 17 00
reitor@reitoria.ufal.br
www.ufal.br

Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Corrêa, s/nº
Caxipó
78.060-900 - Cuiabá
Mato Grosso
Tel.: (005565)
615 8302 / 8000
Fax: (005565) 661 51 19
reitoria@cpd.ufmt.br
www.cpd.ufmt.br

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627
Campus
Universitário Pampulha
31.270-901 - Belo
Horizonte Minas Gerais
Tel.: (005531)
349 941 27 / 349 941 28
Fax: (005531) 349 941 30
reitor@reitoria.ufmg.br
www.ufmg.br

Universidade Federal de Pelotas
Campus Universitário, s/nº
Caixa Postal: 354
96010-900 - Pelotas - Rio
Grande do Sul
Tel.: (005553) 275 71 04
Fax: (005553) 275 90 23/
275 74 04
reitor@ufpel.tche.br
www.ufpel.tche.br

Universidade Federal de Pernambuco
Av. Prof. Moraes Rêgo, nº.
1235 Cidade Universitária
- Engenho do Meio
50670-901 - Recife
Pernambuco
Tel.: (005581) 2126 8000
Fax: (005581) 2126 8029
reitor@ufpe.br
gabinete@ufpe.br
www.ufpe.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário, s/nº
Bairro Trindade
88.040-900
Caixa Postal: 476
Florianópolis - Santa
Catarina
Tel.: (005548)
331 95 96 / 331 94 63
Fax: (005548) 234 40 69
gabinete@reitoria.ufsc.br
www.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Maria
Campus Universitário
Camobi 97.105-900 - Santa

Maria Rio Grande do Sul
Tel.: (005555)
220 80 02 / 83 00
Fax: (005555) 220 80 01
gabinete@adm.ufsm.br
reitor@adm.ufsm.br
www.ufsm.br

Universidade Federal de São Carlos
Rodovia Washington Luís,
Km 235 - Caixa Postal: 676
13.565-905 - São Carlos
- SP
Tel.: (005516)
260 81 01 / 260 81 68
Fax: (005516)
261 20 81 / 261 48 46
reitoria@power.ufscar.br
reitor@power.ufscar.br
www.ufscar.br

Universidade Federal de São Paulo
Rua Botucatu, nº. 740 - Vila
Clementino
04.023-900 São Paulo - SP
Tel.: (005511)
5549 7699 / 7890
Fax: (005511) 5576 4313
unifesp@epm.br
reitoria@epm.br
www.epm.br

Universidade Federal de Sergipe
Cidade Universitária "Prof.
José Aloísio de Campos"
Av. Marechal Rondon, s/n -
Jardim Rosa Elze
Caixa Postal: 353
49.100-000 - São Cristóvão
- Sergipe
Tel.: (005579) 212 66 00
Fax: (005579) 212 64 74
navarro@ufs.br
lindete@ufs.br
www.ufs.br

Universidade Federal de Viçosa
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº -
Campus Universitário
36.571-000 Viçosa - Minas
Gerais
Tel.: (005531)
3899 2174 / 3899 1236
Fax: (005531) 3899 2405
reitoria@mail.ufv.br
www.ufv.br

Universidade Federal do Maranhão
Praça Gonçalves Dias, 351
Palácio Cristo Rei - Centro
65.020-240 São Luis -
Maranhão
Tel.: (005598)

231 80 47/221 57 28
Fax: (005598) 221 52 85
ufmagr@ufma.br
diai@ufma.br
www.ufma.br

Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Correia, nº1 -
Prédio da Reitoria, 3º
- Guama 66.075.110 -
Belém - Pará
Tel.: (005591)
211 11 15 / 221 11 12
Fax: (005591) 211 16 75
cdiniz@ufpa.br
franr@ufpa.br
www.ufpa.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Brigadeiro Trompovsky,
s/nº 2º - Cidade
Universitária
21941-590 - Rio de Janeiro
RJ Tel.: (005521) 259 896
00 / 259 816 09 /
2598 1610
Fax: (005521) 2598 1605
scri@reitoria.ufrj.br
www.ufrj.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Paulo Gama, 110 - 6º
andar 90.040-060 Porto
Alegre - Rio
Grande do Sul
Tel.: (005551)
3316 3600 / 3902
Fax: (005551) 3316 3973
reitor@ufrgs.br
reinter@gabinete.ufrgs.br
www.ufrgs.br

Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 -
7º andar - Icaraí
24.220-000 - Niterói - Rio
de Janeiro
Tel.: (005521)
262 952 05 / 262 652 06
Fax: (005521) 2620 45 53
/ 2719 60 84
reitor@gar.uff.br
gabinete@gar.uff.br
www.uff.br

Universidade Guarulhos
Praça Teresa Cristina, 01 -
Centro - 07.023.-070
Guarulhos - São Paulo
Tel.: (005511)
6464 1700 / 1684
Fax: (005511) 6464 1758
ung@ung.br
www.ung.br

Universidade Iguazu
Avenida Abílio Augusto
Távora, nº 2134 - 26.255-
360 Nova Iguazu - Rio de
Janeiro
Tel.: (005521)
2666 20 18 / 2666 20 01
Fax: (005521)
2667 1687 / 2666 20 24
reitoria@unig.br
www.unig.br

Universidade Metodista de Piracicaba
Rua Rangel Pestana, 762
Centro - Caixa Postal: 68
13.400-901 Piracicaba - SP
Tel.: (005519) 3124 1515
Fax: (005519) 3124 1850
unimep@unimep.br
www.unimep.br

Universidade Presbiteriana Mackenzie
Rua da Consolação, 896
- 10º 01.302-907 São
Paulo - SP
Tel.: (005511) 2114 8437 /
2114 8548 / 2114 8186
Fax: (005511) 3214 31 02
www.mackenzie.br
acoi@mackenzie.br

Universidade Regional de Blumenau
Rua Antônio da Veiga, 140
Caixa Postal: 1507
89.012-971 - Blumenau
- Santa Catarina
Tel.: (005547)
321 02 00 / 321 03 79
Fax: (005547) 322 88 18
reitoria@furb.rct-sc.br
www.furb.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Rua São Francisco, 501 - São
Geraldo - Caixa Postal: 560
98.700-000 - Ijuí
Rio Grande do Sul
Tel.: (005555) 333 202 00
Fax: (005555) 333 291 00
paginas@unijui.tche.br
www.unijui.tche.br

Universidade de São Francisco
Av. São Francisco de Assis,
218 12.916-900 - Bragança
Paulista
São Paulo
Tel.: (005511) 403 480 00
Fax: (005511) 403 418 25
nogara@usf.com.br
www.usf.com.br

Universidade Salgado de Oliveira

Rua Marechal Deodoro, 263
Centro - 24.020 - 240 -
Niterói- Rio de Janeiro
Tel.: (005521) 3604-6362
Fax: (005521) 2620 5206
reitoria@nt.universo.br
www.universo.br

Universidade Vale do Rio Doce

Vila Bretas - Minas Gerais
Caixa Postal 295
35.030-390 - Governador
Valadares
Tel.: (0033) 327 950 04
Fax: (0033) 327 950 02
reitoria@univale.br
www.univale.br

CABO VERDE**Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento**

agrário - INIDA
São Jorge do órgão - Cidade da Praia
Caixa Postal 84 Cidade da Praia
Tel.: (00238)
711 147 / 711 161
Fax: (00238)
711 133 / 711 155
inida@cvtelecom.cv
jozulevy@cvtelecom.cv

Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais- ISCEE

Praça José Lopes - Mindelo
Caixa Postal: 827 São Vicente
Tel.: (00238) 2324 070
Fax: (00238) 2323 107
iscee@cvtelecom.cv

Instituto Superior de Educação - ISE

Palmarejo, Cidade da Praia
Caixa Postal 279 Santiago
Tel.: (00238) 629112 / 629 173 / 629 145
Fax: (00238) 627 655
paulinofortes@hotmail.com
pise@cvtelecom.cv

Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar - ISECMAR

Ribeira de São Julião
- S. Vicente Caixa Postal 163 Mindelo
Tel.: (00238) 32 1129 / 31 4561 / 31 4841
Fax: (00238) 31 1806

cruzelsa8@hotmail.com
nrn0120@milton.cvtelecom.cv
www.isecmar.cv

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Código Postal Palmarejo Grande- Cidade da Praia
Caixa Postal 775
Tel.: (00238) 260 90 00
Fax: (00238) 260 90 20
info@cabo Verde.ipiaget.org
www.cabo Verde.ipiaget.org

GUINÉ-BISSAU**Universidade Amílcar Cabral**

Bairro da Ajuda, 2ª fase (Ex-Complexo Desportivo 14 de Novembro) Caixa Postal: 659
Tel.: (00245)
20 40 65 / 25 18 68 / 7
Fax: (00245) 20 22 44
univ-cabral@mail.eguitel.com
tdjalo@hotmail.com

Faculdade de Direito da Guiné-Bissau

Complexo escolar 14 de Novembro Caixa Postal: 595
Bissau Codex
Tel.: (00245) 252 770
Fax: (00245) 204 304

Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação- INDE

Rua Dr. Herman Grmeiner
Bairro 2º fase, 7
Código Postal 132 Bissau
Tel.: (00245)
204 534 / 204 922
Fax (00245) 204 534 / 202 054 / 204 922
indebissau@hotmail.com
mbsbissau@sol.gtelecom.gw

MACAU**Instituto de Formação Turística**

Colina de Mong-Há, Macau
RAEM - China
Tel.: (00853)
561 252 / 598 30 85 / 84
Fax: (00853)
519 058 / 521 694
fanny@ift.edu.mo
www.ift.edu.mo

Instituto Internacional de Macau - IIM

Rua de Berlim, Edifício Nam hong, 2º (NAPE) - Macau
RAEM - China

Tel.: (00853)
751 727 / 751 767
Fax: (00853) 751 797
iim@macau.ctm.net
www.iimacau.org.mo

Instituto Inter-Universitário de Macau

NAPE, Lote 18 Rua de Londres- P - Edf. Tak Ip Plaza, 3º andar Macau RAEM - China
Tel.: (00853)
796 44 00 / 796 44 02
Fax: (00853) 725 517
adm@iium.edu.mo
www.iium.edu.mo

Instituto Politécnico de Macau- IPM

Av. Luís Gonzaga Gomes
PO Box 286 Macau RAEM - China
Tel.: (00853)
578 722 / 599 61 14 / 00
Fax: (00853)
308 801 / 530 766
hilei@ipm.edu.mo
leihiok@ipm.edu.mo
www.ipm.edu.mo

Instituto Português do Oriente - IPOR

Rua Pedro Nolasco da Silva, n.º 45 - 1º Edifício S. Rafael
Macau RAEM - China
Tel.: (00853) 530227
Fax: (00853) 530277
info.macau@ipor.org.pt
www.ipor.org.pt

Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau) - UAIA

Av. Dr. Rodrigo Rodrigues - Edifício Royal Centre - 3º Andar PO Box 1266 Macau
RAEM - China
Tel.: (00853) 781 698
Fax: (00853) 781 691
aiou@macau.ctm.net
genoffi@aiou.edu
www.aiou.edu

Universidade de Macau - UMAC

Av. Padre Tomás Pereira S.J., Taipa - PO Box 3001 Macau
RAEM - China
Tel.: (00853) 831 622 / 397 43 09
Fax: (00853) 831 694
rtoivp@umac.mo
rtorpm@umac.mo
www.umac.mo

MOÇAMBIQUE**Instituto Superior de Relações Internacionais****de Moçambique - ISRI**

Rua Damião de Gois, 100
Maputo
Tel.: (002581)
493 853 / 491 109
Fax: (002581)
493 213 / 491 506
ceei@zebra.uem.mz
www.isri.imoz.com

Instituto Superior Politécnico e Universitário de Moçambique - ISPU

Av. Paulo Samuel
Kankhomba, n.º 1170
Código Postal Maputo
Tel.: (002581) 314 226 / 9
Fax: (002581) 314 340
drec@ispu.ac.mz
www.ispu.ac.mz

Universidade Eduardo Mondlane

Praça 25 de Junho, 37 - 4º Andar Caixa Postal: 257
Maputo
Tel.: (002581)
427 851 / 428 198
Fax: (002581) 326 426
bmazula@rei.uem.mz
zusta@rei.uem.mz
www.uem.mz

Universidade Pedagógica - UP

Rua Comandante Augusto Cardoso, 135
Caixa Postal: 3276 Maputo
Tel.: (002581) 420 860 / 2 / 420 861
Fax: (002581) 422 113
carlosmachili@hotmail.com
updaf@zebra.uem.mz
anamanso12@yahoo.com.br

PORTUGAL**Academia Militar - AM**

Paço da Rainha, 29
1169-203 Lisboa
Tel.: (00351) 213 186 900 / 213 186 905
Fax: (00351) 213 186 988
ciam@mail.exercito.pt
gtgc@clix.pt
www.exercito.pt/am

Escola Superior de Hotelaria

e Turismo do Estoril - ESHTe
Av. Conde de Barcelona
2765-470 Estoril
Tel.: (00351) 21 004 07 00
Fax: (00351) 21 004 07 19
secretaria@eshte.pt
eunice@goncalves.pt
www.eshte.pt

Instituto Camões

Rua Rodrigues Sampaio, 113
1150-279 Lisboa
Tel.: (00351) 217 955 470
Fax: (00351) 210 040 719
geral@instituto-camoes.pt
www.instituto-camoes.pt

Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e Ensino Superior - GRICES

Av. 5 de Outubro, n.º 85, 5.º
1050-050 Lisboa
Tel.: (00351) 217 828 300
Fax: (00351) 217 971 687
grices@gripes.mces.pt
www.grices.mces.pt

Instituto de Investigação Científica Tropical - ICT

Rua da Junqueira, 86 - 1º
1349-007 Lisboa
Tel.: (00351)
213 642 008 / 213 616 340
Fax: (00351)
213 622 626 / 213 631 460
iict@iict.pt
iict@teleweb.pt
www.iict.pt

Instituto Nacional de Administração - INA

Palácio dos Marquês de Pombal 2784-540 Oeiras
Tel.: (00351)
214 465 300 / 431
Fax: (00351) 214 465 476
ina@ina.pt
vitor.ruivo@ina.pt
www.ina.pt

Instituto Politécnico de Beja - IPB

Rua de Santo António, n.º 1 - A
Apartado 461
7800-957 Beja
Tel.: (00351) 284 314 402 / 284 314 400
Fax: (00351) 284 314 401
jramalho@ipbeja.pt
www.ipbeja.pt

Instituto Politécnico de Bragança

Campus de Santa Apolónia
Apartado 1038
5301-854 Bragança
Tel.: (00351)
273 303 200 / 273 303 570
Fax: (00351) 273 325 405
dionisio@ipb.pt; ipb@ipb.pt
www.ipb.pt

Instituto Politécnico de Castelo Branco - IPCB

Av. Pedro Álvares Cabral, n.º 12
6000-084 Castelo Branco

Tel.: (00351) 272 339 600
Fax: (00351) 272 339 601
/272 339 602
ipcbsc@mail.ipcb.pt
www.ipcb.pt

Instituto Politécnico da Guarda - IPG

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro,
50 Apartado 88,
6300-559 - Guarda
Tel.: (00351)
271 220 111 /271 222 634
Fax: (00351) 271 222 690
ipg@ipg.pt
gairi@ipg.pt
www.ipg.pt

Instituto Politécnico de Coimbra - IPC

Av. Marnoco e Sousa, 30 -
Apartado 3136
3000-271 - Coimbra
Tel.: (00351) 239 791 250
Fax: (00351) 239 791 262
politec.coimbra@mail.ipc.pt
www.ipc.pt

Instituto Politécnico de Leiria - IPEIRIA

Rua General Norton de Matos
Apartado 4133
2411-901 - Leiria
Tel.: (00351)
244 830 010 /244 830 014
Fax: (00351) 244 813 013
/244 835 098
presidencia@iplei.pt
ipleiria@iplei.pt
www.ipleiria.pt

Instituto Politécnico de Lisboa

Estrada de Benfi ca, 529
1549-020 - Lisboa
Tel.: (00351)
217 101 213 /217 101 200
Fax: (00351)
217 101 235 /217 101 236
presidente@sc.ipl.pt
servicocentrais@sc.ipl.pt
www.ipl.pt

Instituto Politécnico de Portalegre - IPPORTALEGRE

Praça do Município
Apartado 84
7300-901 - Portalegre
Tel.: (00351) 245 301 500 /
245 301 525 / 245 301 527
Fax: (00351) 245 330 353
geral@mail.ipportalegre.pt
www.ipportalegre.pt

Instituto Politecnico de Santarem - IPSantarem

Compelxo Andaluz - Moinho

do Fau Apartado 279
2001-904 - Santarém
Tel.: (00351)
243 309 521 /243 309 520
Fax: (00351) 243 309 230
/243 332 384
ipstr.pres@mail.telepac.pt
www.ipsantarem.pt

Instituto Politécnico de Setúbal- IPS

Largo dos Defensores da
República,
1 - Apartado 188
2901-901 - Setúbal
Tel.: (00351) 265 548 820
Fax: (00351) 265 231 110
ips@spr.ips.pt
www.ips.pt

Instituto Politécnico de Tomar- IPT

Quinta do Contador - Estrada
da Serra
2300-313 - Tomar
Tel.: (00351) 249 328 100 /
249 328 119 / 249 321 500
Fax: (00351) 279 328 186 /
249 346 572
geral@ipt.pt
sec.vice-presidencia@ipt.pt
www.ipt.pt

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - IPCA

Av. Dr. Sidónio Pais, 222
4750-333 Barcelos
Tel.: (00351)
253 802 190 /253 604 300
Fax: (00351) 253 812 281
admin@ipca.pt
www.ipca.pt

Instituto Politécnico do Porto - IPP

Rua Dr. Roberto Frias, 712
4200-465 Porto
Tel.: (00351)
225 020 996 /225 571 002
Fax: (00351) 225 020 772
/225 180 774
helenas@sc.ipp.pt
conceicao@sc.ipp.pt
www.ipp.pt

Instituto Politécnico de Viana

do Castelo - IPVC
Praça General Barbosa (ao
Jardim D. Fernando)
Apartado 51
Tel.: (00351) 258 809 610
/258 829 003
Fax: (00351) 258 829 065
/258 829 005
limacarvalho@ipvc.pt
ipvc@ipvc.pt
www.ipvc.pt

Instituto Superior Politécnico de Viseu - ISPV

Av. José Maria Vale
de Andrade - Campus
Politécnico
3504-510 - Viseu
Tel.: (00351) 232 480 700
/232 480 703 (Presidência)
Fax: (00351)
232 480 750 /232 480 780
ssilva@ipv.pt
ipv@ipv.pt
www.ipv.pt

Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC

Av. do Brasil, nº 101
1700-066 - Lisboa
Tel.: (00351)
218 443 000 /218 443 739
Fax: (00351) 218 443
010 / 11
linec@linec.pt
www.lnec.pt

Universidade Aberta

- **UAB Palácio Ceia**
- Rua da Escola
Politécnica, 147
1269-001 - Lisboa
Tel.: (00351) 213 916 345
/213 916 316
Fax: (00351) 213 973 229
/213954 290
infosac@univ-ab.pt
mjft@univ-ab.pt
www.univ-ab.pt

Universidade Católica

Portuguesa - UCP
Cam. Palma de Cima
1649-023 - Lisboa
Tel.: (00351) 217 214 000
/217 265 838
/ 217 265 817
Fax: (00351) 217 260 546
/217 270 265
reitor@reitoria.ucp.pt
www.ucp.pt

Universidade da Beira Interior- UBI

Convento Santo António
6201-001 - Covilhã
Tel.: (00351)
275 319 007 /275 319 700
Fax: (00351)
275 319 056 /319 057
ubiserct@ubi.pt
gracacb@ubista.ubi.pt
www.ubi.pt

Universidade da Madeira - UMA

Colégio dos Jesuitas
9000-081 - Funchal
Tel.: (00351) 291 209 400

Fax: (00351) 291 209 410
reitoria@uma.pt
www.uma.pt

Universidade de Aveiro - UA

Campo Universitário de
Santiago
3810-193 - Aveiro
Tel.: (00351)
234 370 002 /234 370 200
Fax: (00351)
234 370 985 /234 370 248
jpedrosa@adm.ua.pt
isegadaes@amd.ua.pt
sre@ua.pt
www.ua.pt

Universidade de Coimbra - UC

Paço das Escolas
Apartado 3001
3004-531 Coimbra
Tel.: (00351) 239 859 800
/239 859 810
Fax: (00351) 239 825 841
/239 827 994
Fax: (00351) 239 859 813
(Gabinete do Reitor)
gbreitor@ci.uc.pt
www.uc.pt

Universidade de Évora - UE

Largo dos Colegiais, 2
Apartado 94
7002-554 - Évora
Tel.: (00351) 266 740 800
/266 740 828
Fax: (00351) 266 744 /
266 744 969
jaraujo@reitoria.uevora.pt
reitoria@uevora.pt
www.uevora.pt

Universidade de Lisboa - UL

Alameda da Universidade,
Cidade Universitária, Campo
Grande 1649-004 - Lisboa
Tel.: (00351) 217 976 059
/217 967 624
Fax: (00351) 217 941 990
/217 933 624
reitoria@reitoria.ul.pt
www.ul.pt

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD

Quinta dos Prados - Folhadela
Apartado 1014
5000-911 - Vila Real
Tel.: (00351) 259 350 000 /
170/ 167 / 168 (Reitoria)
Fax: (00351) 259 350 480
/259 325 058 (Reitoria)
reitoria@utad.pt
www.utad.pt

Universidade do Algarve - UALG

Estrada da Penha,
Campus Penha - 8005-139
- Faro
Tel.: (00351) 2
89 800 100 /289 803 560
Fax: (00351) 289 801 575
/289 810 568
lapimpao@ualg.pt
gre@ualg.pt
www.ualg.pt

Universidade do Minho - UM

Largo do Paço
4704- 553 - Braga
Tel.: (00351)
253 601 150 /1 / 06
Fax: (00351) 253 616 936
/253 612 248
uminho@reitoria.uminho.pt
coralia@reitoria.uminho.pt
www.uminho.pt

Universidade do Porto - UP

Praça Gomes Teixeira
4099-002 - Porto
Tel.: (00351) 220 408
000/ 220 408 145 /
220 408 152
Fax: (00351) 220 408
186/7 /220 408 183
secretariado@reit.up.pt
scppla@reit.up.pt
www.reit.up.pt

Universidade dos Açores - UAC

Rua da Mãe de Deus
Apartado 1422
9501-801 Ponta Delgada
Tel.: (00351) 296 650 003
/296 650 000
Fax: (00351) 296 650 002
/296 650 005
uac@notes.uac.pt
www.uac.pt

Universidade Internacional - UI

Estrada de Benfi ca, 275
1500-072 Lisboa
Tel.: (00351) 217 210 230
Fax: (00351) 217 267422
uilx@uinternacional.pt
www.uinternacional.pt

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Campo Grande, 376
1749-024 Lisboa
Tel.: (00351) 217 515 500
Fax: (00351) 217 577006
informacoes@ulusofona.pt
www.ulusofona.pt

Universidade Moderna - UM
Travessa da Saúde, 2-A
Belém 1449-022 Lisboa
Tel.: (00351)
213 020 411
Fax (00351) 213 016
933 / 213 204 441
info@umoderna.pt
www.umoderna.pt

Universidade Nova de Lisboa- UNL
Campus de Campolide
1099-085 Lisboa
Tel.: (00351) 213 715
600 / 32/ 33
Fax: (00351)
213 715 614
/ 213715 643
reitoria@unl.pt
gabreitor@unl.pt
www.unl.pt

Universidade Técnica de Lisboa - UTL
Alameda de Santo António
dos Capuchos, 1 1169-047 Lisboa
Tel.: (00351)
218 811 900
Fax: (00351)
218 811991
rutl@reitoria.utl.pt
l.silva@reitoria.utl.pt
www.utl.pt

S. Tomé e Príncipe

Instituto Superior Politécnico de S. Tomé e Príncipe
Ministério da Educação
Quinta de Santo António
Caixa Postal: 41 - São Tomé e Príncipe

Tel.: (00239)
221 466 /223 876
Fax: (00239)
224 201 / 221 867
isptsp@cstome.net

Timor-Leste
Universidade Nacional de Timor-Leste
Av. Cidade de Lisboa,
Liceu Dr. Francisco Machado
C.P. Díli - Timor-Leste
Tel.: (00670 390)
321210
Fax: (00670 390)
321211
beimitu@timorleste.net
bcorte_real@hotmail.com

Membros Associados

Estados-Unidos
Brown University
Department of Portuguese - Brazilian Studies
Box O. Providence Rhode Island 02912 USA
Tel.: (001401) 863 30 42
Fax: (001401) 863 72 61
www.brown.edu/
departa167
ments/portuguese_brazilian_studies

Casa Hispânica da Columbia University
Department of Spanish and Portuguese
612, West 116 Street
New York NY 100027-7091 USA

Tel.: (001212)
854 37 64 / 854 41 87
Fax: (001212) 222 42 76
peg1@columbia.edu
www.columbia.edu/cu/
gsas/depts/

Cornell University
- Department of Modern Languages and Linguistics
203 Morrill Hall, Ithaca, NY
14853 USA
Tel.: (001607) 255 42 98
Fax: (001607) 255 74 91
lingdept@cornell.edu
www.cornell.edu
Presidente Hunter Rawlings
Contacto AULP: Jura Oliveira

Georgetown University
School of Languages and Linguistics
Luso Brazilian Studies
370 Street - School of Languages & Linguistics Washington DC 20057 WDC USA
Tel.: (001202) 687 56 95
Fax: (001202) 687 57 12
gerliem@gusun.
georgetown.edu
www.georgetown.edu

Queens College
- Section of Luso Brazilian Studies
Liely Hall 243,65-3 Kissena
Boulevard, Flushing, New York 11367 USA
Tel.: (001781) 997 56 60
Fax: (001781) 997 56 69
ell@qc.edu
www.qc.edu

Texas University at Austin - Department of Spanish and Portuguese/ Brasil Center
Campus Mail Code B3700, W. Richardson Hall 1.310 - Austin TX 78712-1167 USA
Tel.: (001512)
471 49 36 / 471 55 51
Fax: (001512)
471 80 73 / 471 80 73 / 471 30 90
sp@mail.utexas.edu
www.sp.utexas.edu

França
Universidade de Poitiers
Faculté de Lettres (Dep. de Portugais)
95, avenue du Recteur Pineau
F-86022 Poitiers Codex Poitiers - France
Tel.: (003349)
453 000 /454 846
Fax: (003349) 453 286
fac.lettres@campus.univ-poitiers.fr
www.univ-poitiers.fr

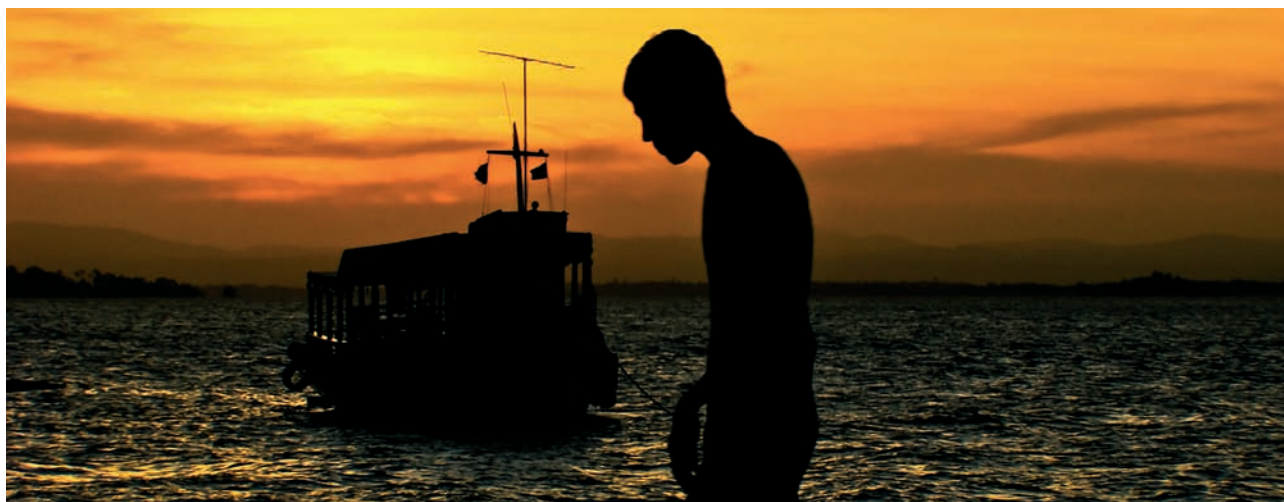
Itália
Associazione Culturale "Lusitania" - Università di Bari
Facoltà de lingue e Letterature Straniere,
Via Garrula, 6/b, 70122 Bari- Italia
Tel.: (0039) 805 317 414 / 805 717 477
f.toriello@lingue.uniba.it

Università di Bari - Cattedra Di Portoghese
Spanish e Letterature Straniere, Facoltà de lingue e Letterature Straniere,
Via Garrula, 6/b, 70122 Bari - Italia
Tel.: (0039)
805 317 414 / 805 717 477
Fax: (0039) 805 717 437
f.perrillo@lingue.uniba.romanmed@lingue.uniba.it
www.uniba.it

Polónia
Universidade de Varsóvia
Iberystyka

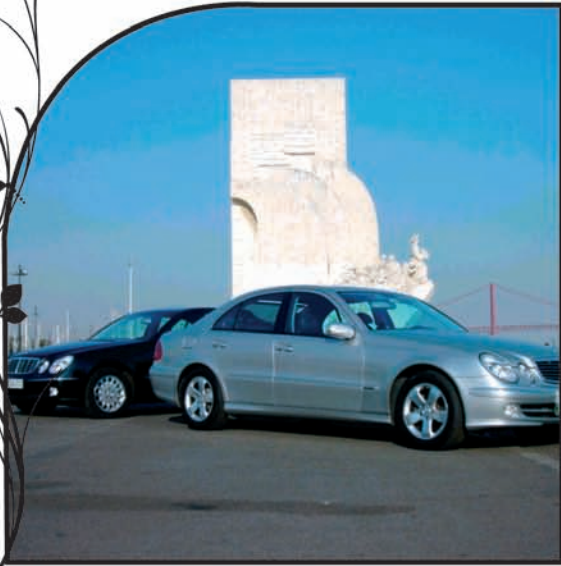
Outros:
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD
Avenida da Liberdade, nº 192- 2º 1250-147 - Lisboa
Tel.: 351 213176700
cooperacao.portuguesa@ipad.mne.gov.pt

Agência Brasileira de Cooperação
Esplanada dos Ministérios, Bloco H - Palácio do Itamaraty,
Anexo I, 8ºAndar
70170-900 - Brasília, DF
Tel.: (55.61)
34116881 / 34116879
www.abc.gov.br/abc/abc.asp



Fredauto

Chauffeured Services



Apresentamos a V. Exas a Firma FREDAUTO Automóveis de Turismo Lda,.

Desde há mais de 40 anos que a FREDAUTO Automóveis de Turismo Lda se dedica à prestação de serviços de aluguer de automóveis de prestígio com condutor, todos os nossos automóveis são da marca Mercedes e dispõem de equipamentos, destinados a proporcionar aos utentes a maior segurança, conforto e operacionalidade.

O nosso serviço é destinado a executivos nacionais e estrangeiros, para deslocações de carácter turístico ou profissional, que pelo desconhecimento do país, ou necessidade de visitas a efectuar, devam ser conduzidos ou acompanhados por profissionais credenciados e habituados a este tipo de situações, sabendo manter a discrição e compostura exigida a esta actividade. Devemos aqui salientar, que os nossos motoristas estão habilitados com carteira profissional de Motorista de Turismo, emitida pelas entidades competentes. Estes falam vários idiomas de acordo com a nacionalidade das pessoas a transportar.

Entre os nossos clientes contam-se Agências de Viagens, Empresas Nacionais e Estrangeiras, Bancos, Ministérios, Embaixadas, Organizadores de Congressos, Cadeias de Televisão, Produtores Cinematográficos, Organismos Públicos e Privados bem como muitas outras Entidades necessitadas da contratação deste tipo de serviços.

Descubra mais sobre nós e sobre a nossa actividade, a qualquer hora, visto que temos serviço de assistência 24h por dia.

Os nossos melhores cumprimentos.
Atentamente

Portuguese transportation suppliers

Dear all at

Fredauto is a Portuguese company well experienced in chauffeured service. We have been working in the trade over 40 years now and with all our know-how and fully experienced team and partners, provide simple transfers as well as complete tours in Portugal that are a reference of quality service in the Portuguese industry. Guided by the clients needs, we offer flexibility hard to find in other companies, not only because we have specialised in all sorts of segments of the Portuguese market but as well have a structure that allows us to keep in contact with our clients' 24h/7. Further more, FREDAUTO has a confidentiality policy about our clients, but just to give you some examples we work with International Agencies, Governmental Organisations and took part in several Events:

International Agencies:

- Aims International Awards
- Abercrombie & Kent
- Classic Vacations
- The Booking Room

Events:

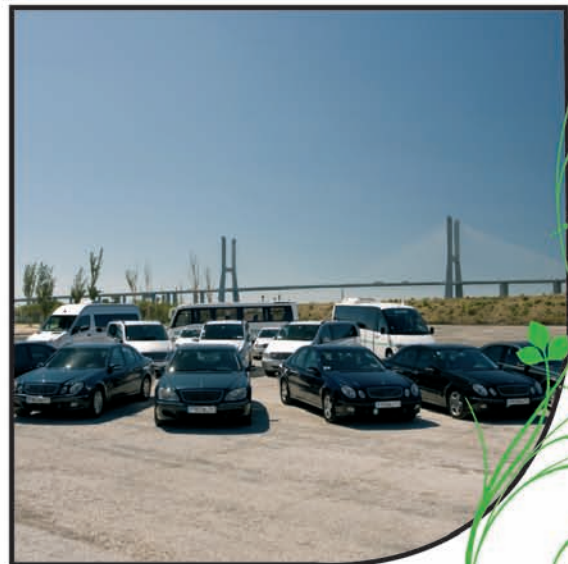
- European MTV Video Music Awards
- Laureus Sports Awards
- Chrysler Dealers gathering

Governmental and European Institutions

- USA Embassy among others
- European Communities Commission
- CTS's Corporation

Our fleet is constituted only by mercedes fully equipped and all our drivers have full accreditation given by the government tourism office that qualifies them to provide guided tours that adjust several interests, from families to buisnessman.

Find out more about us at www.fredauto.com



Fredauto
Automoveis Turismo, Lda
Av. Berlim, 25 C Esc. A
1800-411 Lisboa Portugal
Tel. +351 213 877 780
+351 213 879 302
Fax.+351 213 877 822
www.fredauto.com
fredauto@fredauto.com



FICHA TÉCNICA

SECRETARIADO EXECUTIVO

Secretário Executivo
Embaixador Luís Fonseca

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO

Embaixador Tadeu Soares
(Julho de 2004 a 1 de Fevereiro de 2008, data da extinção do cargo)

CHEFE DE GABINETE

Ana Maria Neto

ASSISTENTE DO SE

Cristina Galvão

DIRECTOR-GERAL

(a partir de 1 Fevereiro de 2008)
Hélder Vaz Lopes

ASSISTENTE DO DG

Isabel Júlio

DIRECTOR DE COOPERAÇÃO

Manuel Lapão

ASSESSORA PARA A COOPERAÇÃO

Jovelina Imperial

ASSESSORA PARA AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, AMBIENTE E EDUCAÇÃO

Jaqueline Andrade

ASSESSOR PARA A CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA

Márcio Gomes

ASSESSOR PARA QUESTÕES LABORAIS, MIGRAÇÕES E GRUPOS CPLP

Paulo R. Palm

ASSESSOR POLITICO-DIPLOMÁTICO

Hélder Lucas

ASSESSOR POLITICO-DIPLOMÁTICO

Sancho Coutinho

ASSESSOR DE IMPRENSA

António Ilharco

ESTAGIÁRIA

Margarida Gama

ASSESSORA FINANCEIRA

Maria Bentes

ASSESSORIA JURÍDICA

Mário Mendão

CHEFE DE SECRETARIA

Branca Croft

ASSISTENTE

Djalita Fialho

ASSISTENTE

Carlos Gonçalves

ASSISTENTE

Ana Tierno

REDACÇÃO, EDIÇÃO E PRODUÇÃO:

Secretariado Executivo da CPLP -
Assessoria de Imprensa
António Ilharco (coordenação)
e Margarida Gama

COLABORAÇÕES ESPECIAIS:

Gunter W. Pollack
Luís Bernardino

DESIGN E PAGINAÇÃO:

Patricia Ajuda

FOTOGRAFIAS:

Agência Lusa, Agência Brasil e
Secretariado Executivo da CPLP.

IMPRESSÃO:

Europress- Editores e Distribuidores
de Publicações, lda
Rua João Saraiva, 10-A
1700-249 Lisboa Portugal
Tel.: +351 21 849 41 41
Fax.: +351 21 849 20 61
europress@mail.telepac.pt

ISBN: 978-2-9529795-2-8

DEPÓSITO LEGAL: N° 279394/08

Direitos Reservados - Secretariado
Executivo da CPLP, Julho de 2008



CPLP

GESTÃO FINANCEIRA E DE PATROCÍNIOS:



PORTUGAL:

Avenida da Liberdade n.º 110
1269-046 | LISBOA
TEL: (+351) 91 300 54 43
(+351) 21 340 46 71
www.ared.eu.com



FRANÇA:

4, rue Voltaire
66000 Perpignan
TEL: (+33) 468 66 93 13
(+33) 468 73 76 94
www.afpi.eu.com

APOIOS:



